

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**DE BENTINHO A CASMURRO: IDENTIDADES MÚLTIPLAS
E MASCULINIDADES DESLIZANTES**

DÉBORA MAIA DE FREITAS

GUARAPUAVA

2015

DÉBORA MAIA DE FREITAS

**DE BENTINHO A CASMURRO: IDENTIDADES MÚLTIPLAS
E MASCULINIDADES DESLIZANTES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção de grau de Mestre em Letras, Curso de
Pós-Graduação em Letras, área de Concentração
Interfaces entre Língua e Literatura, da Unicentro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Níncia Cecília Ribas Borges
Teixeira

GUARAPUAVA

2015

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

F866b Freitas, Débora Maia de
De Bentinho a Casmurro: identidades múltiplas e masculinidades
deslizantes / Débora Maia de Freitas.– Guarapuava: Unicentro, 2015.
x, 134 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em Letras; área de concentração: Interfaces
entre Língua e Literatura.
Orientadora: Profa. Dra. Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira;
Banca examinadora: Prof. Dr. Antonio Donizeti da Cruz, Profa. Dra.
Raquel Terezinha Rodrigues.

Bibliografia

1. Masculinidades. 2. Identidade Masculina. 3. Estudos de Gênero. 4.
Homem. 5. Badinter, Elisabeth. 6. Connell, R. W. 7. Santiago, Bento. I. Título.
II. Programa de Pós-Graduação em Letras.


CDD 20. ed. 305.31

TERMO DE APROVAÇÃO

DÉBORA MAIA DE FREITAS

DE BENTINHO A CASMURRO: IDENTIDADES MÚLTIPLAS E
MASCULINIDADES DESLIZANTES

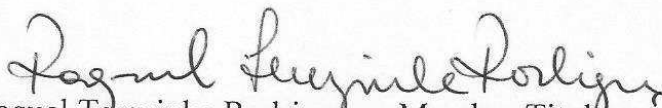
Dissertação aprovada em 17/12/2015 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Interfaces entre Língua e Literatura, pela seguinte Banca Examinadora:



Profa. Dra. Nírcia Cecília Ribas Borges Teixeira – Presidente/Orientadora
(UNICENTRO)



Prof^o. Dr. Antonio Donizeti da Cruz - Membro Titular
(UNIOESTE)



Profa. Dra. Raquel Terezinha Rodrigues – Membro Titular
(UNICENTRO)

Para Ivone... A maior e melhor contadora de histórias - reais, imaginárias ou sonhadas - que eu conheci... E que nos deixou, enquanto eu escrevia essa história...

AGRADECIMENTOS

À professora Dr^a Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira, pelos ensinamentos e pelo incentivo; por ter orientado a minha caminhada acadêmica durante quatro anos e ter me conduzido pelos caminhos e descaminhos da pesquisa, sempre com dedicação, tranquilidade e paciência. Mas, especialmente, por ter confiado no meu trabalho e por ser um exemplo de profissional, de mulher e de ser humano. Serei eternamente grata pela sua atenção e pela sua disponibilidade!

Aos membros da banca, professora Dr^a. Raquel Terezinha Rodrigues e professor Dr^o. Antonio Donizeti da Cruz, os meus mais sinceros agradecimentos pela atenção e pela disponibilidade com que aceitaram o nosso convite. Pela leitura crítica desse texto e pelas contribuições à discussão nele proposta.

À professora Mariana Sbaraini Cordeiro que me ajudou a dar os primeiros passos no mundo da pesquisa e que me incentivou a participar do evento *Mulher e Literatura* (2011), que foi um divisor de águas na minha trajetória acadêmica. Acredito que não agradei, devidamente, à época, porque só mais tarde percebi a importância de tal fato, mas aproveito para me redimir agora: meus sinceros e eternos agradecimentos!

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Letras da Unicentro pelos ensinamentos e pelo conhecimento partilhado, que muito contribuíram para o meu desenvolvimento profissional e acadêmico;

A todos os colegas do mestrado por compartilharem conhecimentos e experiências durante as aulas, em especial, à Marilda pelo desprendimento com que me ajudou e à Josiete pelo abraço no momento em que eu mais precisava;

À minha mãe Miriane, pelo apoio, pelas orações e pelo amor com que nos conduziu até aqui. Por ser um exemplo de mãe, de mulher, de força, de coragem e de fé. E por ter me incentivado na realização de mais esse sonho;

À Jaqueline, por ser o anjo que ilumina e alegra a minha vida;

Às amigas Amanda Souza e Sandy Semczeszm pelas conversas, pelas risadas, pelo incentivo, por compartilharem comigo as dúvidas e incertezas, mas também os desafios e as conquistas desse empreendimento; e, principalmente, por torcerem por mim;

Aos demais familiares e amigos que me incentivaram, torceram e rezaram por mim ao longo dessa caminhada; em particular, à Cristiane Zaninelli pela tradução do resumo;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação Araucária pela bolsa de estudos que possibilitou dedicação exclusiva ao desenvolvimento dessa pesquisa;

E agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de realizar um sonho, quando eu mesma quase não acreditava mais que fosse possível...

FREITAS, Débora Maia de. **DE BENTINHO A CASMURRO: IDENTIDADES MÚLTIPLAS E MASCULINIDADES DESLIZANTES**. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orientadora: Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira. Guarapuava, 2015.

RESUMO

A problematização das masculinidades no campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais é bastante recente. Diferente do que aconteceu com as mulheres e as feminilidades, que se tornaram objeto de estudo já na década de 1970 e ganharam visibilidade nos anos 1980 com a adoção da perspectiva de gênero, os homens e as masculinidades converteram-se em objeto de pesquisa, apenas, em meados dos anos 1990. Apreender os aspectos que permeiam a formação das masculinidades torna-se relevante à medida que pode colocar em xeque os estereótipos construídos a respeito do masculino que são responsáveis por perpetuar práticas e discursos machistas e opressores. Com essa proposta de trabalho, que será norteada pelos Estudos Culturais, pelos Estudos de Gênero e lançará mão de teóricos como Elisabeth Badinter, R. W. Connell e Michael Kimmel, pretendemos trazer à tona o oportuno debate sobre a formação da identidade masculina e das masculinidades que a compõem. Nesse intuito, recorreremos à análise da constituição identitária de Bento Santiago, personagem do livro *Dom Casmurro*, de autoria de Machado de Assis. Bento Santiago, embora seja o protagonista e o narrador da obra, foi, durante muito tempo, ofuscado pelo brilho e pela perspicácia de sua enigmática esposa Capitu, que sempre ocupou uma posição de destaque nas pesquisas acadêmicas. Não obstante, a sensibilidade, a passividade e a ingenuidade do adolescente apaixonado que, ao longo dos anos, transformaram-se em frieza, apatia e amargura nos chamou atenção e despertou nosso interesse para o estudo das características identitárias do narrador de *Dom Casmurro*. Bento Santiago, no decorrer de seu relato, reconstrói sua trajetória e, dessa forma, expõe, diante do leitor e de si mesmo, suas identidades múltiplas, fragmentadas e instáveis que, por vezes, vão de encontro ao padrão de masculinidade vigente em sua época. Nosso trabalho irá focar a construção dessas masculinidades, bem como, as oscilações identitárias enfrentadas pelo personagem, durante o extenso processo de metamorfose que transformou Bentinho em Dom Casmurro.

Palavras-chave: Masculinidades, Identidade masculina, Estudos de Gênero, Elisabeth Badinter, R. W. Connell, Bento Santiago.

FREITAS, Débora Maia de. **FROM BENTINHO TO CASMURRO: MULTIPLE IDENTITIES AND SLIDING MASCULINITIES.** 134f. Dissertation (Master in Language) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Supervisor: Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira. Guarapuava, 2015.

ABSTRACT

The problematization of the masculinity in the field of Humanities and Social Sciences is quite recent. Differently from what happened with women and feminilities, which have become an object of study since the 1970s and gained visibility in the 1980s with the adoption of a gender perspective, men and masculinities have turned into research object, only in the mid-1990s. Apprehend the factors that underlie the masculinity formation becomes relevant as they can put into question the stereotypes constructed about the male which are responsible for perpetuating sexist and oppressive practices and speeches. With this proposed work, which will be guided by the Cultural Studies and Gender Studies, and resort to theoreticians like Elisabeth Badinter, R. W. Connell e Michael Kimmel, we intend to bring out the timely debate about the male identity formation and masculinities that comprise it. To this end, we refer to the identity construction analysis of Bento Santiago, character in the book *Dom Casmurro*, written by Machado de Assis. Although Bento Santiago is the protagonist and the storyteller, for a long time he was overshadowed by the brightness and acumen of his enigmatic wife Capitu, which has always occupied a prominent position in academic research. Nevertheless sensitivity, passivity and naivety of the passionate teenager that, over the years, turned into coldness, apathy and bitterness, caught our attention and sparked our interest in the study of identity characteristics of *Dom Casmurro's* storyteller. Bento Santiago, during the narrative, rebuild his trajectory and thus exposes to the reader and to himself his multiple identities, fragmented and unstable, that sometimes are contrary to the prevailing standard masculinity in his time. Our study will focus on these masculinities building, as well as the identity oscillations faced by the character during the long process of metamorphosis that transformed Bento into *Dom Casmurro*.

Keywords: Masculinity, Male Identity, Gender Studies, Elisabeth Badinter, R. W. Connell, Bento Santiago.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ESTUDOS CULTURAIS, LITERATURA E GÊNERO: CONFLUÊNCIAS	15
2.1 Gênero: pressupostos teóricos	30
3 AS MASCULINIDADES NO ÂMBITO DOS ESTUDOS DE GÊNERO	45
3.1 Masculinidades em rotação: do determinismo biológico à construção social ..	50
3.2 Identidades móveis: masculinidades e feminilidades em contradição	57
3.3 As relações entre as múltiplas masculinidades	62
3.3.1 A hierarquia das masculinidades: hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização	62
3.3.2 As masculinidades como relações de poder	68
3.3.3 Homens mutilados: o <i>homem duro</i> e o <i>homem mole</i>	70
3.4 O “Filho do homem”? - O renascimento ou o crepúsculo dos pais	73
3.5 “A polêmica”: Crise da masculinidade?	80
4 “O MENINO É O PAI DO HOMEM?” – DE BENTINHO A CASMURRO	84
4.1 “Aceito a teoria” – o contexto da constituição identitária de Bentinho	85
4.1.1 “O agregado” – o homem parasita	86
4.1.2 “Tio Cosme” – o colono preguiçoso	88
4.1.3 “D. Glória” - vestígios patriarcais na construção do papel materno	89
4.1.4 “Capitu” - a desconstrução da lógica patriarcal	90
4.1.5 Seja homem - “O administrador interino”	93
4.1.6 “Prima Justina” e uma semente plantada	95
4.1.7 “O protonotário apostólico” – Padre Cabral e a isenção da norma	96
4.1.8 “Adiemos a virtude” - Bentinho e a ausência de modelos normativos	97
4.1.9 “Um seminarista” – surge, enfim, o modelo hegemônico	98
4.2 “Vamos ao capítulo” – Bentinho: hibridização e instabilidade identitária	100
4.3 “Entre luz e fusco” – o percurso oscilante até Bento Santiago	107
4.4 “É tempo” – a construção da identidade masculina de Bento Santiago	113
4.4.1 “O filho é a cara do pai”?	118
4.4.2 “Uma comparação” – Bento Santiago e Ezequiel de Souza Escobar	120
4.5 “Uma reforma dramática” – Dom Casmurro	122
5 “E BEM, E O RESTO?” CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	130

“O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência. Pois, senhor, não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltassem os outros, vá; um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde; mas falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo”

(Machado de Assis)

“Cada qual procura-se onde se sente perdido”

(Miguel Torga)

1 INTRODUÇÃO

“Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, 1995, p. 11). Essa afirmação de Italo Calvino em *Por que ler os clássicos* (1995), pode nos ajudar a entender porque uma obra como *Dom Casmurro* de Machado de Assis, ainda, desperta tanto interesse, mesmo depois de mais de um século de sua primeira publicação. Segundo Calvino (1995), os clássicos são aqueles livros que sempre precisam ser relidos, nenhuma leitura, porém, é igual à outra, pois a cada leitura novos elementos emergem: “Toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira” (CALVINO, 1995, p. 11).

Podemos dizer que é como se as grandes produções literárias como *Dom Casmurro* fossem compostas por incontáveis fechaduras e a cada nova leitura trouxéssemos conosco uma chave diferente que nos permite abrir mais uma de suas inúmeras portas, acatando a sugestão de Carlos Drummond de Andrade nesses versos de “Procura da poesia”¹: “Chega mais perto e contempla as palavras./ Cada uma/ tem mil faces secretas sob a face neutra/ e te pergunta, sem interesse pela resposta,/ pobre ou terrível, que lhe deres:/ Trouxeste a chave?”

A narrativa autobiográfica ficcional de Bento Santiago faz parte do cânone literário brasileiro que, conforme o *E-Dicionário de Termos Literários* é composto pelo “corpo de obras (e seus autores) social e institucionalmente consideradas ‘grandes’, ‘geniais’, perenes, comunicando valores humanos essenciais, por isso dignas de serem estudadas e transmitidas de geração em geração”². Desse modo, tanto a ação dos leitores que leem ou releem as grandes produções literárias, quanto dos pesquisadores que, além de ler, procuram, também, esmiuçá-la, contribuem para que essas obras-primas mantenham-se vivas, ou melhor, imortalizadas.

Outra característica importante dos grandes livros é que “quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos” (CALVINO, 1995, p. 12). Tal fato justifica a grande quantidade de trabalhos científicos relacionados às principais obras literárias do

¹ “Procura da poesia”, poema de Carlos Drummond de Andrade publicado, originalmente, no livro *A rosa do povo* de 1945. Disponível em: <http://drummond.memoriaviva.com.br/alguma-poesia/procura-da-poesia/>. Acesso em 24 jul. 2015.

² E-Dicionário de Termos Literários. Disponível em: http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&link_id=525:canone&task=viewlink. Acesso em: 24 jul. 2015.

cânone, como é o caso de *Dom Casmurro* que possui milhares de trabalhos nas mais variadas áreas do conhecimento e não, apenas, no campo das Letras. São diferentes possibilidades de leitura que procuram iluminar determinados aspectos da obra-prima de um dos maiores gênios da literatura brasileira.

A genialidade de Machado de Assis, aliás, está presente em toda sua obra, no entanto, ela fica mais evidente na fase realista de sua produção, quando escreveu seus três principais livros: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado no ano de 1881, *Quincas Borba* de 1892 e *Dom Casmurro* de 1900. Esse último, com efeito, tem sido o mais discutido, estudado e, até mesmo, o causador de algumas polêmicas entre críticos literários. A eterna discussão sobre a infidelidade de Capitu está no topo da lista, embora alguns críticos defendam que ela não é essencial e que, portanto, a incerteza sobre o adultério não diminui em nada a grandiosidade da obra escrita pelo “bruxo do Cosme Velho”.

O livro é tão sedutor e envolvente que levou pesquisadores, críticos e escritores a se aventurarem na escrita de obras que dialogam, direta ou indiretamente, com o grande clássico de Machado de Assis. É o caso, por exemplo, de *Amor de Capitu* (1998) de Fernando Sabino e *Capitu – memórias póstumas* (1998) de Domício Proença Filho. Segundo Audemaro Taranto Goulart, no artigo, apropriadamente, denominado “*Dom Casmurro*, ainda e sempre” (2005), essas novas propostas de releitura somadas à imensa relação de artigos, teses, e demais trabalhos suscitados por *Dom Casmurro*, indicam: “o limite mesmo das tentativas de penetrar o texto de Machado, na expectativa de que nele há reentrâncias inexploradas e, por isso mesmo, propícias para desvelar o seu enigma desafiador” (GOULART, 2005, p. 4).

Nossa proposta de trabalho, embora não seja tão audaciosa, pretende levantar o necessário e importante debate sobre a construção da identidade masculina, por meio da análise da constituição identitária ou, mais especificamente, das masculinidades de Bento Santiago. Esperamos, através dessa investigação, compreender as oscilações identitárias vivenciadas pelo personagem ao longo da narrativa e o processo de metamorfose que transforma Bentinho em Dom Casmurro, além de observar a relação entre as masculinidades por ele adotadas e o “modelo de homem” imposto pelos padrões normativos da sociedade da época. Essa proposta de trabalho será norteadada pelos Estudos Culturais e pelos Estudos de Gênero e adotará uma perspectiva, predominantemente, sociológica.

Nossa metodologia de pesquisa está baseada na revisão bibliográfica a respeito dos Estudos Culturais, Estudos de Gênero, identidades e masculinidades. Essas teorias nos darão os fundamentos necessários para a reflexão e para a análise do nosso *corpus* de trabalho. Os Estudos Culturais são um campo de estudos multidisciplinar que permite a associação das mais diversas disciplinas e a adoção dos mais diversos objetos culturais de análise. No caso específico dessa proposta, faremos uma aproximação entre literatura, história e sociologia.

Desse modo, no primeiro capítulo da presente dissertação, abordaremos, inicialmente, o nascimento e a consolidação dos Estudos Culturais como área de estudos no meio acadêmico. Em seguida, nos deteremos nas relações desse campo de pesquisas com a literatura. O objetivo é compreender como o relacionamento entre essas duas áreas do conhecimento contribuiu para que a literatura passasse a fazer parte de um sistema cultural muito mais abrangente, no qual suas análises puderam expandir-se, estabelecendo relações entre o texto literário e a vida social.

Dando continuidade a esse capítulo, trataremos das confluências entre os Estudos de Gênero e os Estudos Culturais. A nova perspectiva de pesquisa trazida pelos Estudos Culturais beneficiou, diretamente, os estudos feministas que ganharam um novo espaço de propagação, transformaram a questão das identidades e das subjetividades em reflexões políticas e, ainda, questionaram as hierarquias sexuais vigentes na sociedade. Para fundamentar as discussões a respeito dos Estudos Culturais, lançaremos mão das reflexões de Escosteguy (2006; 2010), Cevasco (2009; 2010), Mattelart e Neveu (2004) e Bordini (2006).

Para finalizar esse capítulo, discutiremos o conceito de gênero, seu surgimento e desenvolvimento no interior dos estudos feministas, seus pressupostos teóricos, seu caráter social e relacional e tentaremos, ainda, esclarecer alguns equívocos bastante comuns na aplicação do termo. Traremos para o debate, também, as concepções de gênero de alguns teóricos importantes como Scott (1995), Connell (1997) e Louro (1997). O intuito desse tópico é entender como as identidades de gênero são engendradas na sociedade ocidental, especialmente, aquelas que servem de modelo para homens e mulheres.

No capítulo seguinte, trazemos a fundamentação teórica que servirá de base para nossa análise. As discussões iniciais referem-se à inserção dos homens e das masculinidades no contexto dos Estudos de Gênero. Nossa intenção é demonstrar que essa inclusão foi necessária, ainda que a principal preocupação dos Estudos de

Gênero fossem as questões femininas e a incorporação das mulheres como sujeitos históricos. Na sequência, debateremos a problematização do conceito de masculinidade ao longo dos anos, sob a perspectiva de vários autores como Connell (1997), Badinter (1993), Bourdieu (2014), Kimmel (1997), entre outros nomes que procuraram descrever a construção da masculinidade nas sociedades.

A imposição feita aos homens para que afastem ou excluam de si quaisquer traços de feminilidade para compor a identidade masculina de um “homem de verdade” é outro tópico que abordaremos nesse capítulo. Essa necessidade de diferenciação infligida ao sexo masculino, como poderemos perceber através da discussão, é, contudo, prejudicial aos homens.

A existência de múltiplas masculinidades engendram relações de hierarquia entre as várias concepções de masculino e são essas relações que serão analisadas nesse capítulo. Daremos especial atenção ao conceito de “masculinidade hegemônica” formulado por Connell (1997; 2013) e, brevemente, descrito por Kimmel (1997) que destaca, ainda, as relações de poder existentes entre os diferentes grupos de homens. Já Badinter (1993) nos apresenta o conceito de “homem mutilado”. Trataremos, também, da questão da paternidade e das modificações que a relação entre os homens e seus filhos vem sofrendo ao longo dos anos. E, finalmente, abordaremos a tão contestada crise da masculinidade.

No capítulo quatro dessa dissertação, faremos a análise da constituição da identidade masculina de Bento Santiago, por meio da investigação das masculinidades adotadas pelo personagem no decorrer da narrativa. Antes, porém, apresentaremos, brevemente, a obra selecionada para o *corpus* desse trabalho, bem como, o contexto e as influências em que a identidade do personagem foi construída. O propósito é examinar a lenta e gradual transformação de Bentinho, um jovem sensível e ingênuo, em Dom Casmurro, um homem frio e impassível.

No último capítulo, traremos as considerações finais a respeito da análise da construção identitária do personagem e do processo de metamorfose que o transformou no amargo Dom Casmurro. Essa mutação, como veremos, foi resultado de uma grave crise identitária enfrentada pelo personagem.

Com esse trabalho, esperamos contribuir para a discussão a respeito dos estereótipos instaurados sobre a masculinidade e para a sua flexibilização, visto que eles têm sido responsáveis por práticas e discursos machistas e opressores que vitimam homens e mulheres em nossa sociedade.

2 ESTUDOS CULTURAIS, LITERATURA E GÊNERO: CONFLUÊNCIAS

Os Estudos Culturais foram concebidos a partir de uma abordagem crítica e multidisciplinar da cultura e vieram para ultrapassar os limites da disciplina e romper as barreiras da tradição acadêmica, configurando-se como uma área de investigação e intervenção, eminentemente, inter/transdisciplinar, ou, até mesmo, “antidisciplinar” (SCHWARZ, 1994, p. 380 apud ESCOSTEGUY, 2006, p. 5) e, dessa forma, deram abertura para trabalhos de pesquisas que poderiam associar literatura, linguística, sociologia, história, psicologia, psicanálise, antropologia, filosofia, teoria política, semiótica, entre outros ramos do conhecimento e contribuiu para a transformação do pensamento acadêmico.

A origem dos Estudos Culturais está relacionada ao *Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS)*, um centro de pesquisas de pós-graduação, fundado pelo professor britânico Richard Hoggart, em 1964, na Universidade de Birmingham, na Inglaterra. O Centro que, inicialmente, estava vinculado ao Departamento de Língua Inglesa da universidade, tinha como objetivo principal investigar as mudanças sociais e analisar as formas, as instituições e as práticas culturais das sociedades contemporâneas. Antes, porém, da instituição do CCCS, preocupações de vertente culturalista já pairavam sobre o meio educacional inglês, instigando professores e pesquisadores.

O interesse pelas questões culturais surgiu, na Inglaterra, no cenário do segundo pós-guerra, em decorrência da necessidade política de promover a integração social da classe trabalhadora e como efeito da influência dos fundamentos marxistas que permeavam os ambientes intelectuais britânicos. Desse modo, os Estudos Culturais desenvolveram-se no interior da esfera educacional, nomeadamente, na *Workers' Educational Association (WEA)*, uma organização de esquerda que tinha por objetivo proporcionar educação de qualidade aos trabalhadores, disponibilizando, aos seus alunos, cursos noturnos. A WEA era defensora de uma educação pública e igualitária, tinha a intenção de contribuir para a construção de uma sociedade que incluísse o proletariado e, ainda, de colaborar para a formação de uma nova consciência social.

Para os professores que participavam do projeto da WEA, a educação deveria ser interpretada como uma transferência mútua de conhecimento entre os intelectuais e os trabalhadores, para isso, entretanto, seria necessário modificar o

seu modo de ensinar, adaptando-o às necessidades e à realidade dos estudantes: “[...] tratava-se de explicar as diferentes disciplinas em termos que pudessem ser entendidos por todos e, principalmente, pudessem ser utilizadas como forma de intervenção em movimentos sociais reais” (CEVASCO, 2009, p. 320). De acordo com Maria Elisa Cevasco, em *Dez lições sobre estudos culturais* (2008, p. 62):

[...] os estudos culturais começaram como um empreendimento marginal, desconectado das disciplinas e das universidades consagradas, e começaram não porque este ou aquele intelectual os inventou, mas a partir da necessidade política de estabelecer uma educação democrática para os que tinham sido privados dessa oportunidade. [...] Ensinar nesse tipo de instituição [WEA] era mais uma intervenção política do que uma profissão.

Os intelectuais Richard Hoggart, Edward P. Thompson e Raymond Williams, todos egressos da classe operária, foram instrutores na *WEA* e são os autores das três obras que são consideradas fundadoras dos Estudos Culturais. Essas obras foram produzidas em um contexto pós-estruturalista que incluía o combate ao ensino superficial de literatura inglesa na Grã-Bretanha que era posto em prática, até então: “os novos tempos do pós-guerra pediam uma visão mais democrática e inclusiva de cultura e uma forma mais integrada de ver as formas culturais como articulações de processos sociais reais” (CEVASCO, 2009, p. 321).

O primeiro dos três livros que formaram a base dos Estudos Culturais foi *The uses of literacy*, de Richard Hoggart, lançado no ano de 1957. A obra apresenta um estudo sobre as tradições e costumes culturais da classe trabalhadora urbana da Inglaterra, buscando demonstrar o impacto exercido pela cultura de massa sobre os seus hábitos. O propósito de Hoggart com o estabelecimento do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos era “utilizar os métodos e os instrumentos da crítica textual e literária, deslocando sua aplicação das obras clássicas e legítimas para os produtos da cultura de massa e para o universo das práticas culturais populares” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 56).

O acadêmico galês Raymond Williams é autor de *Culture and Society 1780 – 1950*, publicado em 1958. Essa obra obteve grande repercussão e foi responsável por torná-lo um dos principais pensadores sobre cultura na Inglaterra. Neste estudo, o autor repensa o conceito de cultura no interior da tradição intelectual britânica, que vinha sofrendo uma modificação em relação ao seu sentido original, no período pós-

guerra. Ele buscava, também, conduzir a uma reflexão profunda a respeito dos vínculos existentes entre cultura e sociedade, especialmente, em virtude das mudanças sociais ocorridas após a Revolução Industrial, além de alterar os modos de se fazer crítica cultural:

Para Williams, é necessário restaurar a cultura como produto social, como a produção material de um sistema de significação através dos quais uma ordem social se comunica, se reproduz, é vivida como experiência, e explorada como possibilidades e limites. A criatividade não está restrita à grande arte e se manifesta em várias áreas: por exemplo, pensar uma nova forma de organização social baseada no princípio da solidariedade e não do da individualidade é também uma forma de criação cultural. A cultura não é apenas a realização de uma minoria, mas pertence a todos (CEVASCO, 2009, p. 322).

O historiador Edward P. Thompson trabalha na confluência entre história e literatura e publicou, em 1963, sua obra mais conhecida intitulada *The making of the English Working Class*, na qual ele buscava reaver a “história dos de baixo” (CEVASCO, 2008, p. 21), abordando a formação da consciência das classes trabalhadoras por meio de vários movimentos sociais, porém, sob a perspectiva daqueles que foram marginalizados pela história oficial, evidenciando, assim, o posicionamento da nova disciplina, então, em ascensão.

De acordo com Norma Schulman, no artigo “O *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham: uma história intelectual” (2010), a preocupação com a situação social e cultural da classe trabalhadora, a necessidade de estabelecer uma “cultura comum” que englobasse tanto a cultura popular, quanto a cultura difundida pelos meios de comunicação de massa e, ainda, a urgência em atribuir uma nova concepção de educação que revogasse os valores tradicionais e elitistas que contribuíam, de maneira direta, para a segregação da população em classes sociais são alguns dos aspectos comuns presentes nas três obras fundadoras dos Estudos Culturais.

Nas palavras de Cevasco (2008, p. 20): “O olhar sobre a cultura do ponto de vista da classe trabalhadora une os representantes mais notáveis da tradição de cultura e sociedade posterior aos anos 1950 [...]”. Richard Hoggart, Edward P. Thompson e Raymond Williams, a partir da segunda metade dos anos 1950, até meados dos anos 1960, compuseram o trio fundador dessa nova área de investigação e intervenção chamada de Estudos Culturais. As contribuições teóricas

desses três pensadores, em particular, as obras pioneiras e inovadoras citadas acima, são consideradas seminais para a constituição e desenvolvimento desse campo do conhecimento, entretanto, é importante destacar que *The uses of literacy* (1957), *Culture and Society 1780 – 1950* (1958) e *The making of the English Working Class* (1963):

[...] não foram, de forma alguma, ‘livros didáticos’ para a fundação de uma nova subdisciplina acadêmica: nada poderia estar mais distante de seu impulso intrínseco. Quer fossem históricos ou contemporâneos em seu foco, tais textos eram, eles próprios, focalizados pelas pressões imediatas do tempo e da sociedade na qual foram escritos, organizados através delas, além de serem elementos constituintes de respostas a essas pressões (HALL, 1996, p. 32 apud ESCOSTEGUY, 2006, p. 2).

Outro nome que merece ser destacado quando o assunto é Estudos Culturais é o do sociólogo e teórico cultural Stuart Hall, que nasceu na Jamaica no ano de 1932 e mudou-se para a Inglaterra, em 1951, para estudar literatura na Universidade de Oxford. Embora não tenha participado, diretamente, da fundação do CCCS, Hall juntou-se ao trio fundador, pouco tempo depois da criação do Centro, convidado por Hoggart, e foi um dos principais responsáveis pela evolução dos Estudos Culturais, pois ele foi “[...] ao mesmo tempo o empreendedor e o acadêmico mais preocupado com a sistematização da teoria no seio dos estudos culturais” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 59).

Ao assumir a direção do *Centre for Contemporary Cultural Studies* no ano de 1968, substituindo Richard Hoggart que deixava o Centro para trabalhar na UNESCO, Hall desempenhou a importante função de conciliador nas situações de divergências teóricas, estimulou o estudo de subculturas e dos meios massivos, além de publicar uma grande quantidade de artigos de variados temas relacionados à cultura. Ele permaneceu na direção do Centro até 1980 e, durante esse período, o CCCS e, conseqüentemente, os Estudos Culturais, passaram por uma fase de grande expansão e, também, de afirmação teórica.

Stuart Hall empenhou-se no estudo dos mais diversos temas, mas, em especial, àqueles que eram deixados de lado pela academia como, por exemplo, as culturas populares, os movimentos sociais, os meios de comunicação, as comunidades de imigrantes e as subculturas e suas práticas de resistência. Hall procurava dar destaque, em suas pesquisas, às relações de poder, de classe e de

gênero engendradas pela cultura, além de dedicar-se ao estudo do multiculturalismo e abordar questões identitárias, étnicas e raciais. *Resistance Through Rituals* (1975), *Policing the Crisis* (1978), *The Politics of Thatcherism* (1983), *A identidade cultural na pós-modernidade* (1992) e *Da diáspora – identidades e mediações* (2003) estão entre as principais obras publicadas pelo sociólogo.

Armand Mattelart e Érik Neveu, em *Introdução aos estudos culturais* (2004, p. 56), advertem que o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos “[...] foi um caldeirão de cultura de importações teóricas, de trabalhos inovadores com objetos julgados até então indignos do trabalho acadêmico”. Grande parte das pesquisas do CCCS era direcionada às relações entre as práticas sociais e a cultura contemporânea, não obstante, as preocupações e referências teóricas de seus pesquisadores fossem bastante heterogêneas. A pesquisadora Ana Carolina Escosteguy, no artigo “Estudos culturais: uma introdução (2010)”, sintetiza bem a importância do Centro para esse novo campo de estudos:

Pode-se entender o Centro de Birmingham, da sua fundação ao início dos anos 80, como foco irradiador de uma plataforma teórica derivada de importações e adaptações de diversas teorias; como promotor de uma abertura a problemáticas antes desconsideradas, tais como as relacionadas às culturas populares e aos meios de comunicação de massa e, mais tarde, a abertura a questões vinculadas às identidades étnicas e sexuais; bem como divulgador de estudos bastante heterogêneos decorrentes da diversidade de referências teóricas, e da pluralidade das temáticas estudadas (ESCOSTEGUY, 2010, p. 148).

Os Estudos Culturais, de fato, não tomam a forma de uma disciplina específica, mas caracterizam-se como um campo de intervenção em que diferentes disciplinas interagem no intuito de investigar os aspectos culturais das sociedades contemporâneas. Sua grande versatilidade teórica e seu caráter reflexivo são algumas das suas características mais marcantes, além, é claro, da multiplicidade de objetos de análise que possibilita aos pesquisadores, uma vez que qualquer elemento que possa ser qualificado ou entendido como cultural, pode ser tomado como tema de pesquisa, deixando de lado as distinções elitistas de “alta cultura” e “baixa cultura”.

Segundo Escosteguy (2010), os Estudos Culturais precisam ser compreendidos como um movimento teórico-político: teórico porque foi responsável por formar uma nova área de pesquisa que propunha a interdisciplinaridade; e

político em virtude da grande identificação que havia entre esse novo campo e os movimentos sociais da época de seu surgimento. De acordo com Cevasco, no artigo “Literatura e estudos culturais” (2009, p. 319), os Estudos Culturais configuram-se como “[...] uma corrente crítica que vem para mudar não só o que se estuda na prática, mas também, [...], como e para que se estuda, ou seja, a abordagem teórica e a intervenção que se pretende levar a efeito com o trabalho da interpretação”.

As relações entre a literatura e os Estudos Culturais são, além de estreitas, bastante antigas, pois, como foi enfatizado anteriormente, os autores das obras consideradas fundadoras desse campo de investigação eram, sobretudo, críticos literários – Hoggart, Williams e Hall possuíam formação em literatura. Além disso, os Estudos Culturais nasceram “de uma insuficiência da teoria literária nos anos 50/60 que, preocupada com a explicação imanente dos textos [...] esquecia sua inserção sociocultural e a materialidade de seus processos de produção e recepção” (BORDINI, 2006, p. 14). Conforme Bordini, para “os expoentes da Escola de Birmingham”:

a valorização das manifestações populares, a investigação dos processos materiais de formação do público leitor, a defesa ao direito de acesso aos bens da alta cultura pelos grupos minoritários, exigiam que se considerasse não apenas a literatura, mas a cultura em que esta se produzia como novo campo de discussão teórica (BORDINI, 2006, p. 14 -15).

O conceito de cultura, até meados dos anos 1950, era considerado hegemônico, uma vez que somente as manifestações culturais mais elevadas ou eruditas, comumente, aquelas disseminadas pelas elites econômicas e intelectuais, eram classificadas como “Cultura” (com C maiúsculo), deixando de lado as produções populares, classificadas como inferiores, de baixa qualidade ou, simplesmente, como “cultura” (com c minúsculo). Essa dicotomia também estava presente na Literatura que só valorizava as obras clássicas produzidas pelos grandes autores, ou seja, aquelas aprovadas e consagradas pelos mais renomados historiadores e críticos literários e que faziam parte do cânone literário, excluindo aquelas que não atendiam ao padrão canônico.

Com o advento dos Estudos Culturais, porém, esse quadro começou a se modificar: “Diante do pluriculturalismo que as organizações populares, tanto quanto as elites intelectuais, têm tentado pôr em prática, um caminho para o estudo da

literatura foi proposto nas pesquisas, [...], da chamada Escola de Birmingham” (BORDINI, 2006, p. 13). Os Estudos Culturais trouxeram à disciplina de Literatura novas possibilidades de investigação, visto que a proposta de deselitização da cultura abriu as portas para produções que, por não pertencerem ao cânone, eram deixadas à margem tanto do meio cultural quanto do universo intelectual e acadêmico. Desse modo, os Estudos Culturais, através do seu aporte multidisciplinar, buscavam “lançar luz sobre como determinados traços da vida social, dentro de uma cultura específica, aparecem na obra literária, a partir das características poéticas que os manifestam” (BORDINI, 2006, p. 13).

Em outro artigo, intitulado “Os Estudos Culturais” (2006), Escosteguy assevera que, ainda no período inicial de constituição desse novo campo de estudos, a aproximação das disciplinas de Literatura Inglesa, Sociologia e História proporcionaram uma profunda reflexão sobre a ligação entre esses três níveis:

A primeira contribuiu com a preocupação com as formas culturais populares, assim como com textos e textualidades, estes últimos podendo estar situados além da linguagem e literatura; à sociologia atribui-se o exame da reprodução estrutural e da subordinação e da história vem o interesse da ‘história de baixo’ e, também, o reconhecimento da história e da memória popular (ESCOSTEGUY, 2006, p. 6).

As disputas pela busca da consolidação das identidades de grupos, anteriormente, classificados como minoritários, constituíram-se por meio de pesquisas e, também, pela retomada de objetos de cultura considerados, até então, secundários pelos padrões rígidos de análise da tradição ocidental. Isso aconteceu a partir do momento em que as discussões no âmbito dos estudos literários contemporâneos conseguiram demonstrar que os valores universais preservaram um relacionamento intrínseco com as questões étnicas, sociais, regionais, sexuais, entre outras.

O campo dos Estudos Culturais contribuiu, diretamente, para a constituição desse panorama que fez com que a crítica, de maneira geral, colocasse de lado os critérios de análise, tão somente, literários (que estiveram em vigência até a modernidade), e comesçassem a pensar a Literatura incorporada a um projeto bem mais abrangente de cultura. O surgimento das mais diversas manifestações linguísticas que aspiravam “ao estado de arte verbal, [...], põe em causa a

delimitação do objeto das teorias literárias, confundido cada vez mais com outros produtos culturais que reivindicam semelhantes poderes de significação estética” (BORDINI, 2006, p. 12).

A respeito das relações entre a Literatura e os Estudos Culturais, propriamente ditas, Cevasco (2009) afirma que este, quando tem a Literatura como objeto de pesquisa, procura trabalhar “as ligações entre a forma social e a forma estética, as duas aspectos diferentes, porém não alheios, de uma mesma estrutura” (CEVASCO, 2009, p. 22). A autora diz, ainda, que embora o estudo dos textos e dos modos de representação da realidade tenham sido conservados, o advento dos Estudos Culturais permitiu que os focos de pesquisa fossem mais abrangentes, uma vez que os gêneros antes entendidos como secundários ou, até mesmo, inferiores passaram a disputar com a alta literatura, ou seja, com a literatura clássica e canônica a atenção e o interesse dos pesquisadores.

Essa disputa entre “alta” e “baixa” literatura tem proporcionado uma série de discussões relacionadas ao cânone literário que, gradativamente, vem se expandindo e abrindo espaço para produções que, durante muito tempo, foram rejeitadas pelo universo acadêmico como, por exemplo, obras escritas por mulheres, negros, homossexuais, minorias étnicas, entre outros. Em virtude disso, foi estabelecida uma conexão direta entre os estudos culturais e outras áreas de pesquisa como os estudos feministas e de gênero, os estudos pós-coloniais e, ainda, os da literatura afrodescendente o que também contribui, de maneira direta, para a flexibilização do cânone literário.

Na opinião de Bordini, no artigo “Estudos Culturais e Estudos Literários” (2006): “a pertinência de uma abordagem dos estudos literários que não se detenha nos recursos formais e sim que acentue as relações que o texto pode estabelecer com a vida social parece hoje muito maior do que os socialistas sonharam” (BORDINI, 2006, p. 12). Ainda de acordo com Bordini (2006), o procedimento de trabalho dos Estudos Culturais teve sua origem na análise literária e deve ser dividido em duas etapas distintas.

A primeira etapa corresponde à análise de todos os tipos de elementos de linguagem. Como exemplos desses componentes de linguagem, a autora lista os seguintes: os personagens, o enredo, o tema, as ênfases, as repetições, as omissões, as ambiguidades, as imagens, os incidentes, entre outros. Esse estágio inicial precisa levar em consideração o funcionamento estético, psicológico e cultural

de cada um desses elementos analisados. Funcionamento esse que tem sua origem no “intercâmbio de necessidades provenientes da estrutura formal, de necessidades psicológicas oriundas do tipo de indivíduo que escreveu a obra e de necessidades culturais de um certo tipo de sociedade, num certo período” (BORDINI, 2006, p. 14).

Na segunda etapa deve ocorrer a delimitação do espaço dos valores socioculturais que a obra acolheu, transformou ou rejeitou, bem como, o exame da reflexão que ela proporcionou sobre eles. Maria da Glória Bordini (2006) adverte que esse tipo de análise coloca em evidência o investigador, pois ele só pode alcançar seu objetivo por intermédio das decisões tomadas a respeito dos valores que o definem e a relação desses com os apresentados pela obra. Para isso, entretanto, é necessário presumir que toda sociedade tem valores e que suas experiências são construídas por meio “de sistemas, rituais e formas artísticas, que essa vivência de seus valores é um processo dialético, sempre incompleto e sujeito à mudança e que nenhum indivíduo se ajusta perfeitamente à ordem dominante desses valores” (BORDINI, 2006, p. 14). Desse modo, evita-se a perspectiva tradicional de análise e propõe-se um estudo capaz de distinguir as individualidades de uma cultura.

Os contrastes existentes entre literatura e mundo real e, também, entre sociedade e cultura dissimulam uma importante ligação, visto que a realidade é produzida e reproduzida nas obras literárias e, portanto, uma não pode ser analisada sem a outra. Da mesma forma, é a cultura que determina o modo de vida de toda e qualquer sociedade. De acordo com Cevasco (2009), a crítica cultural, nos últimos anos, transformou-se na maneira mais eficiente de assimilar o verdadeiro funcionamento de uma sociedade:

O diferencial dos Estudos Culturais é que se propõem a ver produção cultural e modo de vida social como diferentes manifestações de um mesmo impulso. Os projetos artísticos e intelectuais são constituídos pelos processos sociais, mas também constituem esses processos na medida em que dão a forma pela qual eles são percebidos. Os elementos que se costuma, em crítica cultural, considerar externos – como, por exemplo, modo de produção econômica, relações sociais, tempo histórico – são de fato internos, na medida em que são eles que estruturam a forma dos produtos culturais. Estes, por sua vez, concretizam esses elementos e os tornam perceptíveis (CEVASCO, 2009, p. 322).

Desse modo, considerando o romance *Dom Casmurro*, escrito por Machado de Assis, durante o Realismo brasileiro, como um projeto artístico e intelectual que

constituiu e foi, ao mesmo tempo, constituído pelos processos sociais, pretendemos, por meio da análise da construção identitária de Bento Santiago e levando em consideração seus elementos internos e externos, em particular, as relações sociais que compõem a narrativa, bem como o momento histórico em que ela transcorre, apreender aspectos sociais importantes do período, especialmente, no que se refere à formação e ao desenvolvimento das identidades masculinas na sociedade carioca de meados do século XIX.

Estudar a construção da identidade masculina de Bento Santiago adquire relevância não, apenas, pelo fato dele ser o narrador e o protagonista de uma das principais obras da literatura brasileira, mas, principalmente, pelo fato de que as constituições identitárias transformaram-se no principal foco de investigação e análise dos Estudos Culturais na atualidade (ESCOSTEGUY, 2006). Isso aconteceu em razão da grande preocupação desse campo de estudos, a partir de meados da década de 1990, com o papel desempenhado pelos meios de comunicação na formação das identidades.

Outro fator que contribuiu para a notoriedade adquirida pela questão identitária foi o processo de globalização, uma vez que as identidades culturais não conseguiram manter-se intactas e alheias às influências externas que foram ocasionadas pela infiltração cultural decorrente do movimento de internacionalização e do consumismo exacerbado, ambos consequências do capitalismo econômico.

Na obra *A identidade cultural da pós-modernidade* (2001), Stuart Hall, um dos principais teóricos culturais contemporâneos, afirma que as “velhas identidades”, que agora se encontram em processo de decadência, estão cedendo lugar a novas identidades que estão fragmentando o indivíduo moderno que, até então, era entendido como um sujeito unificado. Tal fato engendrou uma “crise de identidade” que desestruturou os pontos de referência que, anteriormente, colocavam os indivíduos numa posição estável no espaço social. Essa ausência de um “sentido de si” sólido e fixo é denominada por Hall (2001) de deslocamento ou descentração do sujeito.

Outro teórico a tratar dessa questão é Bauman (2005). O autor descreve o conceito de “deslocamento” que acontece quando um indivíduo deixa o seu “*habitat* natural” e não consegue sentir-se totalmente ajustado em outros lugares, em particular, nessa época “líquido-moderna” em que “o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências

individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados” (BAUMAN, 2005, p. 18-19). Esse sentir-se “deslocado” pode ser uma experiência desconfortável e perturbadora. Ainda de acordo com Bauman (2005), tanto a questão do “pertencimento”, quanto a questão da “identidade” não são sólidas como uma rocha e, também, não estão asseguradas por toda a vida, mas, são passíveis de negociação e podem ser revogadas, sendo, portanto, instáveis e mutáveis.

Para Hall (2001) existem três concepções bastante diferentes de identidade. A primeira é a do sujeito do Iluminismo que se baseava num conceito de ser humano centrado, unificado, racional, consciente e de ação, cujo núcleo interior afluía no momento do nascimento, desenvolvendo-se com ele, mas sua essência permanecia a mesma durante toda a vida do indivíduo: “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (HALL, 2001, p. 11). Hall (2001), entretanto, considera essa concepção bastante individualista.

A segunda noção de identidade é a do sujeito sociológico que era o reflexo do complexo mundo moderno juntamente com a conscientização de que o núcleo interior do indivíduo não é independente, pelo contrário, ele é construído nas relações com as pessoas que são importantes para ele. Nessa concepção, portanto, a identidade é constituída através da interação entre o sujeito e a sociedade: “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2001, p. 11).

A concepção sociológica da identidade completa o vácuo existente entre o mundo pessoal e o público, entre o “interior” e o “exterior” e, dessa forma, “costura [...] o sujeito à estrutura” (HALL, 2001, p. 12), estabilizando o indivíduo e os mundos culturais no qual ele está inserido, tornando-os unificados e previsíveis. Esse sujeito portador de uma identidade una e constante, no entanto, está entrando em colapso, em razão das mudanças estruturais e institucionais da sociedade: “O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2001, p. 12).

Esse processo criou a terceira concepção de identidade: a do sujeito pós-moderno. O sujeito pós-moderno é aquele que não possui uma identidade imutável, essencial ou perene, uma vez que ela “torna-se uma celebração móvel:

formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2001, p. 12). Isto é, ela permanece em constante processo de constituição e transmutação, modificando-se de acordo com as necessidades do indivíduo e as exigências dessa sociedade de mudanças constantes e do meio cultural em que vive ou com os quais se relaciona.

Assim, o sujeito que vive na era da “modernidade tardia” - para utilizar a expressão do próprio autor - precisa assumir diferentes identidades em diferentes momentos de sua vida. Essas identidades não são coerentes, mas contraditórias. Com isso, nossas identificações são, constantemente, deslocadas. Hall (2001) denomina esse processo de “jogo das identidades”. O autor argumenta, ainda, que a identidade unificada, coerente, plena e estável é, apenas, uma utopia, pois ao passo que “os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar” (HALL, 2001, p. 13). De acordo com Hall (2001):

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. As partes ‘femininas’ do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento (HALL, 2005, p. 38-9).

O sociólogo Zygmunt Bauman concorda com a perspectiva identitária de Hall (2001). Na obra intitulada *Identidade* (2005), ele afirma que na era em que vivemos, denominada por ele de “modernidade líquida” que ele descreve como um mundo de diversidades e policultural, as identidades estão sempre flutuando ao nosso redor e, embora algumas delas sejam de escolha própria, muitas outras são “infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta” (BAUMAN, 2005, p. 19). Desse modo, nem sempre é possível utilizar a identidade que mais nos agrada, às vezes, precisamos, simplesmente, optar por aquela que é mais conveniente ou que melhor se adequa à situação e ao momento.

No intuito de melhor esclarecer o conceito de identidade, Bauman (2005) utiliza uma metáfora interessante, comparando a formação da identidade pessoal com a montagem de um “quebra-cabeça *incompleto*”, no qual faltam muitas peças, porém, não é possível saber quantas. Cada indivíduo tem uma quantidade significativa de peças, mas não sabe de antemão a imagem que deverá formar com elas, nem se possui as peças corretas ou se as encaixou no lugar certo. Bauman (2005) adverte que montar um quebra-cabeça comum “é uma tarefa *direcionada para o objetivo*”, enquanto o quebra-cabeça da identidade é, completamente, diferente, pois “o trabalho total é *direcionado para os meios*” (BAUMAN, 2005, p. 55, grifos do autor). Nas palavras do autor:

Podemos dizer que a solução de um quebra-cabeça segue a lógica da racionalidade *instrumental* (selecionar os meios adequados a um determinado fim). A construção da identidade, por outro lado, é guiada pela lógica da racionalidade do *objetivo* (descobrir o quão atraentes são os objetivos que podem ser atingidos com os meios que se possui). A tarefa de um construtor de identidade é, como diria Lévi-Strauss, a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão...” (BAUMAN, 2005, p. 55, grifos do autor).

Na década de 1970, as pesquisas que tinham como ponto central as questões femininas e de gênero começaram a conquistar seu espaço no interior dos Estudos Culturais britânicos. Isso aconteceu a partir do momento em que as hierarquias produzidas através da instauração de binariedades relacionadas à cultura (alta/baixa, superior/inferior, etc.) passaram a ser investigadas e discutidas, o que desencadeou o estudo das identidades culturais, sexuais, nacionais, étnicas, de gênero, entre outras.

Essa confluência dos Estudos Culturais com os Estudos Feministas foi bastante significativa, conforme a avaliação de Escosteguy (2010), uma vez que proporcionou “novos questionamentos em torno de questões referentes à identidade, pois introduziram novas variáveis na sua constituição [...]. Mais tarde, acrescentam-se às questões de gênero aquelas que envolvem raça e etnia” (ESCOSTEGUY, 2010, p. 152).

A elevação dos temas que, anteriormente, eram considerados como de cultura popular a um status acadêmico, segundo Maristela Scremin Valério (2014), foi o mais importante legado dos Estudos Culturais britânicos. A Escola de

Birmingham tornou-se pioneira ao colocar de lado essa percepção reducionista da cultura que predominava, até então, propiciando, assim, legitimidade à cultura popular e foi, também, a principal responsável pelos questionamentos que colocaram em dúvida a hierarquização da arte, hierarquia essa que a fragmentava em alta cultura e baixa cultura. Para a autora: “No campo social, as lutas das mulheres por seus direitos e pela diferença de gênero, assim como os movimentos contra o racismo foram os principais beneficiados com essa nova ótica de pesquisa” (VALÉRIO, 2014, p. 22).

De acordo com a pesquisadora Danielle Souza Batista (2014), a emergência dessa nova área de investigação, chamada de Estudos Culturais, contribuiu para a nova perspectiva dos Estudos de Gênero na medida em que interpretaram a cultura como um ambiente simbólico de luta, ou seja, como um procedimento no qual os “membros de uma sociedade ‘negociam’ a legitimidade das representações, rompem com a distinção pejorativa entre alta e baixa cultura, e colocam em evidência, os grupos, até então, deixados à margem do discurso cultural hegemônico” (BATISTA, 2014, p. 21). Desse modo, as mulheres, ao lado de outras minorias raciais, étnicas, de classe e de gênero, puderam sair da condição marginalizada em que se encontravam e começaram a ganhar visibilidade no universo acadêmico, cultural e intelectual.

A despeito dos Estudos de Gênero terem encontrado nos Estudos Culturais um espaço bastante propício para a sua proliferação e desenvolvimento, o relacionamento entre ambos foi muito mais complexo do que uma simples integração das discussões sobre o feminino implementada por intermédio de fundamentos teóricos embasados numa ideologia masculina. Nas palavras de Batista (2014, p. 22): “As experiências femininas deviam ser pensadas sob um ângulo novo, que contestasse as limitações teóricas que não dão conta de ‘explicar’ a problemática feminina, criando novos espaços epistemológicos”. Dessa forma, os Estudos Feministas e de Gênero foram agentes de grandes modificações no âmago dos Estudos Culturais.

Os Estudos Culturais, portanto, também foram influenciados pelos Estudos Feministas que conseguiram modificar a trajetória de suas investigações. O Feminismo foi o grande responsável por transformar em políticas as reflexões e debates sobre identidades e subjetividades e, ainda, por problematizar as disparidades e hierarquias sexuais, estabelecendo, assim, novos referenciais

teóricos para as Ciências Sociais e Humanas. Na opinião de Januario (2014, p. 401): “a fragmentação e a quebra de modelos estatuídos sobre o que é masculino e o que é feminino permitiram aos Estudos Culturais uma nova visão no processo identitário do ser em relação ao género”.

Stuart Hall, conforme Escosteguy (2006), reconhece que o Feminismo estabeleceu um rompimento doutrinário definitivo, uma vez que conseguiu modificar uma prática acumulada dos Estudos Culturais, reestruturando a sua pauta. De acordo com Hall, tanto os Estudos Feministas, quanto os Estudos de Género, influenciaram os Estudos Culturais nos mais variados aspectos. O autor cita como exemplo dessa influência:

[...] a abertura para o entendimento do âmbito pessoal como político e suas consequências na construção do objeto de estudo dos Estudos Culturais; a expansão da noção de poder, que, embora bastante desenvolvida, tinha sido apenas trabalhada no espaço da esfera pública; a centralidade das questões de género e sexualidade para a compreensão da própria categoria ‘poder’; a inclusão de questões em torno do subjetivo e do sujeito e, por último, a ‘reabertura’ da fronteira entre teoria social e teoria do inconsciente – psicanálise (ESCOSTEGUY, 2006, p. 8).

No ano de 1974, nasce o “*Women’s Studies Group*”, em Birmingham, instituído pelo *Centre for Contemporary Cultural Studies*. As problematizações e discussões referentes ao género despertaram o interesse do CCCS, justamente, no seu período de maior visibilidade. Esse novo grupo de estudos era constituído por pesquisadores e pesquisadoras que direccionavam seus trabalhos de pesquisa, exclusivamente, para as questões relacionadas às mulheres e às temáticas consideradas femininas: “A preocupação desse coletivo era ver como a categoria ‘género’ estrutura e é ela própria estruturada nas formações sociais” (ESCOSTEGUY, 2006, p. 9).

A primeira obra publicada pelo “Grupo de estudos da mulher” do Centro de Birmingham foi *Women take issue*, no ano de 1978, e foi um dos precursores do trabalho intelectual feminista. Nesse livro, autoras como Charlotte Brundson, Marion Jordon, Dorothy Hobson, Christine Geraghty e Angela McRobbie analisam o posicionamento do senso comum a respeito dos meios de comunicação e defendem que o público feminino, na condição de audiência, tem o poder sobre suas próprias práticas de leitura. Esse trabalho foi o grande responsável por delimitar novos

objetos de pesquisa e definir um campo de atuação específico no interior da esfera acadêmica.

2.1 Gênero: pressupostos teóricos

Gênero: s.m. 1 conjunto de espécies com a mesma origem ou as mesmas particularidades 2 p.ext. tipo, classe; estilo (gosta desse g. de roupas) 3 classe de estilo, técnica ou natureza artística ou literária (g. épico) 4 em gramática, categoria que classifica as palavras em masculino, feminino e neutro 5 BIO na classificação dos seres vivos, subdivisão da família, categoria que agrupa espécies relacionadas segundo a história da evolução e distinguíveis das outras por diferenças marcantes ▼ gêneros s.m.pl. 6 mercadorias, esp. agrícolas e comestíveis; víveres (HOUISS; VILLAR, 2009, p. 374).

Apresento a definição acima, retirada do *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), com a intenção de demonstrar a complexidade do termo que será aqui abordado que é muito mais abrangente do que o vocábulo supracitado. Quando ouvimos falar em “gênero”, imediatamente, nos vem à mente questões relacionadas às mulheres e ao feminino ou, então, oposições baseadas no determinismo biológico como homem *versus* mulher, masculino *versus* feminino ou, ainda, macho *versus* fêmea. A definição trazida pelo dicionário contribui para disseminar essa ideia. A questão semântica do termo “gênero”, portanto, pode criar algumas dificuldades, pois as descrições trazidas pelos dicionários tendem a confundir os leitores o que, conseqüentemente, impõe aos autores que o utilizam a necessidade de esclarecer o conceito cada vez que o mesmo é empregado (MORAES, 1998, p. 101).

O conceito de gênero sobre o qual trataremos aqui, de fato, não é tão simples e, ao longo da discussão, perceberemos que a sua construção não está baseada, apenas, em oposições binárias, mas, sobretudo, nas relações sociais. Conforme assegura Rabelo (2010, p. 171): “O gênero é algo tão presente que parece natural, mas envolve, na realidade, um enorme esforço social (inclusive em normatizações) para orientar o comportamento das pessoas em determinado sentido”.

De acordo com Soraya Barreto Januario (2014), em 1968, Robert Stoller formulou o conceito de gênero, nos Estados Unidos. Stoller, porém, utilizava o termo numa perspectiva psicanalítica e patológica. Os Estudos de Gênero, propriamente ditos, só ganharam impulso, a partir de 1975 com a publicação de um artigo de

Gayle Rubin (1993), sobre o tráfico de mulheres: “Rubin retomou o conceito e usou-o como estratégica para formular, concetualizar e trabalhar pela primeira vez o sistema sexo/gênero sob uma perspectiva antropológica” (JANUARIO, 2014, p. 400). Desde então, o termo vem sendo utilizado para teorizar e problematizar as questões de diferença sexual.

Foi somente no final do século XX, segundo Scott (1995), que as problematizações referentes ao gênero como categoria analítica começaram a aparecer. Com efeito, a “questão feminina”, as oposições masculino/feminino e a formação da identidade sexual subjetiva haviam sido abordadas, anteriormente, todavia, “o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido” (SCOTT, 1995, p. 19).

Os Estudos Feministas foram os principais responsáveis pela evolução desse conceito de “gênero” que, inicialmente, foi empregado pelas feministas com o objetivo de contestar o determinismo biológico, demonstrando que o gênero é uma construção social e não algo imanente ao indivíduo como se afirmava, até meados dos anos 1960. Conforme Rabelo:

A utilização do termo **gênero** desenvolve-se nas análises feministas a partir de meados da década de 1970 onde é definido como uma construção social de atributos diferentes a homens e mulheres efectivada durante toda a vida, o que acaba por determinar as relações entre os sexos em vários aspectos (RABELO, 2010, p. 161, grifo da autora).

Faz-se necessário, primeiramente, recuperar alguns dos momentos mais significativos da trajetória dos Estudos Feministas para podermos compreender a origem e o engendramento do conceito de gênero e, também, para esclarecer alguns equívocos relacionados à utilização do termo.

As primeiras manifestações feministas sob o prisma de um movimento social organizado aconteceram, ainda, no final do século XIX, embora diversas ações de menor visibilidade tivessem acontecido, anteriormente. O “sufragismo”, que lutou pelo direito ao voto para as mulheres em vários países do ocidente, na virada para o século XX, ficou conhecido como a “primeira onda” do feminismo. As reivindicações do movimento sufragista, no entanto, eram bastante limitadas, visto que estavam direcionadas, somente, para os interesses das mulheres brancas e de classe média, que seriam as únicas beneficiadas com a conquista.

No final da década de 1960, as construções teóricas começam a figurar entre as principais preocupações do feminismo. Conforme Guacira Lopes Louro, em “A emergência do gênero” (1997, p. 15): “No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero”. Essa etapa é denominada de “segunda onda” do feminismo.

O ano de 1968 foi um marco para o movimento feminista, em particular, em países como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha e a França, pois diferentes grupos passaram a demonstrar sua insatisfação com a segregação social, com a discriminação, com as práticas políticas tradicionais, com as teorias universais, etc. Louro (1997) afirma que em meio a esse cenário de grande efervescência social:

[...] o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. Algumas obras hoje clássicas – como, por exemplo, *Le deuxième sexe*, de Simone de Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969) – marcaram esse novo momento. Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e ‘contaminando’ o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política. Surgem os estudos da mulher (LOURO, 1997, p. 16).

Essa etapa inicial dos Estudos Feministas tinha a intenção de dar visibilidade às mulheres, de dar voz àquelas que, durante tanto tempo, haviam sido silenciadas, mas também, silenciosas (LOURO, 1997). Buscava, ainda, denunciar a ausência das mulheres no campo científico, artístico e no mundo das letras. Nesse período, as estudiosas feministas fundaram revistas, organizaram eventos e grupos de estudo no intuito de contribuir para o avanço de suas pesquisas, o que não impediu, porém, que elas enfrentassem muitas dificuldades e muito preconceito dentro do universo acadêmico.

O mérito desses estudos iniciais consiste no fato de que eles foram os responsáveis por colocar as mulheres e os assuntos que lhes diziam respeito, e que antes eram ignorados nos meios acadêmicos, como objeto central de pesquisas. O cotidiano, a sexualidade, a família, os sentimentos e, até mesmo, o ambiente

doméstico foram abordados. Isso, entretanto, não impediu que esses estudos fossem vistos com desconfiança e com muitas ressalvas pela academia, especialmente, em razão da imparcialidade apresentada pelas pesquisadoras que, não raro, escreviam seus textos em primeira pessoa.

Algumas condições e requisitos que, anteriormente, eram considerados indispensáveis para o fazer acadêmico como a isenção, a neutralidade ou a objetividade acabaram sendo subvertidos ou, então, problematizados pelos Estudos Feministas: “Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança” (LOURO, 1997, p. 19). Para Louro (1997), um dos aspectos mais significativos do feminismo é, justamente, esse caráter político que lhe é inerente.

De acordo com Scott (1995, p. 3): “No seu uso mais recente, o ‘gênero’ parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. De fato, foram as feministas anglo-saxãs as responsáveis por instituir o emprego do termo *gender* de maneira distinta do termo *sex*. Com esse novo conceito, elas procuravam combater o determinismo biológico que ficava subentendido no uso de outros termos como sexo ou diferença sexual e, também, buscavam fazer referência à organização social das relações entre os sexos, redirecionando o foco para os aspectos sócio-históricos que são construídos a partir do caráter biológico. Desse modo, o conceito transformou-se numa ferramenta analítica e, simultaneamente, política. Rabelo (2010) esclarece que:

O uso deste termo visa, assim, sublinhar o caráter social das distinções fundadas sobre o sexo e a rejeição do uso da palavra **sexo** que, etimologicamente, se refere à condição orgânica que distingue o macho da fêmea, enquanto que a palavra gênero se refere ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres (RABELO, 2010, p. 161-162).

Ao destacar o caráter social do gênero, os Estudos Feministas colocam em cena, também, a questão da desigualdade de gênero que, segundo Louro (1997), deve permanecer no âmbito social, uma vez que é nele que são formadas as relações entre os sujeitos e onde se constroem os gêneros. Conforme a autora, é necessário, ainda, buscar na história, nos acordos sociais, na representação dos

sujeitos e nas suas possibilidades de acesso aos bens e serviços da sociedade as explicações para essa desigualdade. O conceito de gênero, portanto, possui um apelo, extremamente, relacional:

[...] ainda que os estudos continuem priorizando as análises sobre as mulheres, eles estarão agora, de forma muito mais explícita, referindo-se também aos homens. Busca-se, intencionalmente, contextualizar o que se afirma ou se supõe sobre os gêneros, tentando evitar as afirmações generalizadas a respeito da 'Mulher' ou do 'Homem' (LOURO, 1997, p. 22).

A historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1995) afirma que o termo gênero, recentemente, acrescentou ao vocabulário analítico um ponto de vista relacional. De acordo com a autora, existe um vínculo de reciprocidade entre homens e mulheres e, portanto, os estudos para a compreensão tanto de um, quanto de outro, não devem, ou melhor, não podem ser feitos de maneira isolada: “[...] as mulheres e homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 3).

Ao problematizar o gênero, Connell (1997) adota uma “perspectiva pró-feminista” (ALVES, 2005, p. 4) e enfatiza a relevância de se compreender o conceito a partir de uma perspectiva de conexão, isto é, o masculino só pode existir em correlação ao feminino e vice-versa, não sendo possível discutir os conceitos de masculinidades e feminilidades separadamente: “Essa concepção pressupõe uma crença nas diferenças individuais e na ação pessoal. Mas, o conceito é, também, inerentemente relacional”³ (CONNELL, 1997, p. 32, tradução nossa).

A utilização do conceito de gênero tornou clara a necessidade de pensar as representações de homens e mulheres de maneira plural. Tendo em vista essas múltiplas concepções de gênero, tanto do masculino, quanto do feminino, é preciso considerar o contexto sócio-histórico em que o sujeito está inserido, bem como os grupos que o constituem (étnicos, raciais, religiosos, de classe, etc.) e, ainda, rejeitar qualquer afirmação essencialista relacionada ao gênero. Louro (1997) alerta que esse caráter relacional e social do gênero pode causar certa confusão entre os papéis sociais e as identidades de gênero.

³ Esta concepción presupone una creencia en las diferencias individuales y en la acción personal. Pero el concepto es también inherentemente relacional (CONNELL, 1997, p. 32).

Os papéis sociais masculinos e femininos seriam os “padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar...” (LOURO, 1997, p. 24). Assim, cada indivíduo, seja homem ou mulher, deveria aprender a se portar de maneira adequada, correspondendo às expectativas da sociedade em que vive. Essa concepção, todavia, deixa de lado as inúmeras formas de masculinidades e feminilidades que podem existir e, também, ignora as relações de poder responsáveis pela hierarquização dos gêneros.

A solução, então, seria compreender o gênero como um componente da “identidade dos sujeitos”. O conceito de identidade, conforme destaca Louro (1997), é bastante complexo e pode ser interpretado a partir de perspectivas diversas. A definição utilizada pela autora advém da aproximação dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais e considera que os sujeitos têm identidades múltiplas, plurais, que se transformam, ou seja, não são fixas ou permanentes e podem, ainda, ser contraditórias. Desse modo:

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” – produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p. 25).

Os indivíduos, portanto, desenvolvem suas identidades de gênero ao se identificarem histórica, cultural e socialmente como masculinos ou femininos. As identidades sexuais, por sua vez, constroem-se a partir da maneira como o sujeito vive sua sexualidade (com parceiros do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos, etc.). Ambas estão, diretamente, relacionadas, no entanto, não são a mesma coisa. Louro (1997) nos lembra que: “Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.)” (LOURO, 1997, p. 27).

Dessa forma, é possível inferir que as identidades de gênero, assim como acontece com as identidades sexuais, nunca estão prontas ou finalizadas, muito pelo contrário, elas estão sendo construídas, continuamente, são bastante instáveis e estão sempre sujeitas à transformação.

O conceito de gênero passou a ser utilizado pelas feministas brasileiras, apenas, no final da década de 1980, entretanto, conforme adverte Louro (1997, p. 23): “implicado linguística e politicamente no debate anglo-saxão, o termo não poderia ser simplesmente transposto para outros contextos sem que sofresse [...] um processo de disputa, de resignificação e de apropriação”. Além disso, o nascimento do conceito no interior dos movimentos de mulheres, também, foi motivo de diversos equívocos na definição e na aplicação do termo que, não raro, é confundido ou, até mesmo, empregado no lugar dos conceitos de “mulher” e de “feminino”. Nas palavras de Moraes (1998, p. 101): “Na verdade, o que se tem, via de regra, é uma utilização restrita e imprecisa de gênero, como sinônimo de homem e mulher”.

De acordo com Scott (1995), a substituição do termo “mulheres” pelo termo “gênero”, está relacionada à aceitabilidade política do campo de pesquisa da história das mulheres, ainda que, em alguns, casos, sejam feitas vagas referências a conceitos analíticos. Para Scott (1995), a utilização do termo gênero denota maior seriedade e erudição aos trabalhos, uma vez que possui uma acepção mais neutra e objetiva que a palavra “mulheres”:

Enquanto o termo ‘história das mulheres’ revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o ‘gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do ‘gênero’ é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980 (SCOTT, 1995, p. 6).

Scott (1995) alerta, entretanto, que esse é, apenas, um dos aspectos, porque o gênero como substituto de “mulheres” sugere que a informação acerca das mulheres é, também, informação sobre os homens, que o estudo de um implica, inevitavelmente, no estudo do outro. O gênero é empregado, ainda, para indicar as relações sociais entre os sexos, rejeitando as explicações biológicas e indicando as “construções sociais”.

A respeito desse assunto, a pesquisadora Adriana Piscitelli (2002) afirma que o equívoco na utilização dos termos “mulheres” e “gênero” é compreensível, pois é preciso levar em consideração a trajetória do pensamento feminista, uma vez que o conceito de gênero desenvolveu-se a partir dos estudos sobre a mulher, apropriando-se de vários de seus pressupostos teóricos. Não se pode esquecer, contudo, que o conceito de gênero tinha, primeiramente, a intenção de superar ou combater algumas das deficiências apresentadas pelos estudos feministas.

No artigo “Usos e limites da categoria gênero” (1998), Maria Lygia Quartim de Moraes aponta “para algumas das dimensões envolvidas na construção teórica da categoria gênero, bem como nos limites semânticos envolvidos no seu uso em português” (MORAES, 1998, p. 99). De acordo com Moraes (1998), a concepção de gênero passou a ser bastante utilizada, a partir de meados dos anos 1990, em vários países do ocidente, em razão do surgimento de novas perspectivas de análise e do grande impacto causado pelo feminismo.

No intuito de elucidar o significado da expressão “relações de gênero”, conforme ela vem sendo empregada na área das Ciências Sociais e que vem sendo bastante utilizada nas pesquisas contemporâneas sobre gênero, Moraes (1998) apresenta a seguinte definição:

[...] designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder (MORAES, 1998, p. 100).

O feminismo contemporâneo influenciou o surgimento daquilo que Moraes (1998) classifica como uma perspectiva feminista de análise que, especialmente, em sua linha marxista, ajudou a compreender as complexidades de um universo em que a divisão do poder está embasada em hierarquias sexuais e em classes sociais. O emprego do conceito de gênero, no entanto, ainda apresenta muitos problemas, em função da inexistência de uma teoria feminista que possua o mesmo alcance do marxismo e, com isso, o gênero tornou-se “uma categoria analítica cuja sustentação teórica excede os limites do feminismo” (MORAES, 1998, p. 100).

Segundo Moraes (1998), o conceito de gênero diz respeito não, apenas às mulheres, mas também aos homens, muito embora, a maior parte dos estudos que lançam mão dessa categoria de análise tenha as mulheres como objeto de estudo. De acordo com Rabelo (2010), é importante lembrar que estudo de gênero não é sinônimo de estudos sobre a mulher ou sobre feminilidades, mas que: “o termo **gênero** é comum aos **dois sexos** e deve ser entendido como uma construção social, elaborada sobre as diferenças sexuais” (RABELO, 2010, p. 164, grifos da autora).

O conceito de gênero, conforme Moraes (1998), precisa ser aprofundado no campo psicanalítico para tornar-se um “instrumento de análise dos deslocamentos do feminino e do masculino” (MORAES, 1998, p. 103). Ainda segundo a autora, é necessário que haja um avanço nas pesquisas referentes à tensão existente entre corpo biológico e corpo simbólico, assim como no que se refere às possibilidades de transformação relacionadas às identidades.

Adriana Piscitelli, no artigo “Re-criando a (categoria) mulher?” (2002), afirma que o conceito de gênero foi bastante inovador e que, embora o pensamento feminista esteja longe de ser unificado, algumas ideias centrais são compartilhadas pelas diversas vertentes teóricas existentes dentro do movimento feminista. A posição social subordinada das mulheres em relação aos homens, por exemplo, é entendida como universal pelas várias correntes do feminismo que, todavia, questionam a suposta naturalidade dessa sujeição e defendem que ela advém da construção social do ser mulher.

Essa ideia é de fundamental importância para o pensamento feminista, que entende que tudo aquilo que é construído pode, também, ser modificado. Assim, as feministas passaram a fazer reivindicações no intuito de atingir a igualdade de direitos, questionando as origens dessa desigualdade, mobilizando-se de várias maneiras: “criaram um sujeito político coletivo – as mulheres – e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo, procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação” (PISCITELLI, 2002, p. 2).

Várias vertentes do feminismo, em especial, a socialista e a radical, atribuem ao corpo, ou melhor, à função reprodutiva da mulher um papel fundamental para a instauração e o progresso da sujeição feminina e, em consequência, da desigualdade de gênero. Sobre esse assunto, Connell (1997) afirma que o gênero é

uma prática social que está, continuamente, relacionada aos corpos e àquilo que os corpos fazem, no entanto, não é uma prática social reduzida aos corpos, pelo contrário, o gênero existe na medida em que o social não é determinado pelo biológico: “Nos processos de gênero, a vida cotidiana está organizada em torno do cenário reprodutivo, definido pelas estruturas corporais e pelos processos de reprodução humana”⁴ (CONNELL, 1997, p. 35, tradução nossa). Para Piscitelli:

O corpo aparece, assim, como o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade. Desenvolvendo a análise dessa condição, essas correntes de pensamento trabalham recorrentemente com uma série de categorias e conceitos fundamentais, particularmente, mulher, opressão e patriarcado. Esses aspectos, centrais no pensamento feminista pós 1960, são importantes para compreender o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero (PISCITELLI, 2002, p. 4).

À medida que o patriarcado foi sendo explorado como categoria de análise, nas reflexões e estudos acadêmicos, ele tornou-se um conceito vago, sem conteúdo e transformou-se em sinônimo da dominação dos homens, em um sistema opressor facilmente criticável, em especial, por sua generalidade e por embasar a dominação masculina nas diferenças físicas existentes entre homens e mulheres.

Essa conjuntura, entretanto, contribuiu para comprovar que a subordinação feminina não era um fenômeno natural e, desse modo, poderia, ou melhor, deveria ser combatida: “As hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão” (PISCITELLI, 2002, p. 7). Esses questionamentos geraram uma agitação intelectual que abriu espaço para o surgimento e desenvolvimento do conceito de gênero.

Com relação às pesquisas contemporâneas sobre gênero, Piscitelli (2002), afirma que existe um grande empenho no sentido de desnaturalizar o conceito da diferença sexual e, ainda, de pensar o gênero numa configuração “não identitária”: “A difusão desses referenciais teóricos que convergem na tentativa de compreender a relação entre sistemas de dominação e produção de diferenças contribuíram na abertura de linhas de pesquisa e reflexão sobre gênero não centradas nas mulheres” (PISCITELLI, 2002, p. 16). A autora se refere às pesquisas sobre masculinidades e,

⁴ “En los procesos de género, la vida cotidiana está organizada en torno al escenario reproductivo, definido por las estructuras corporales y por los procesos de reproducción humana” (CONNELL, 1997, p. 35).

também, à teoria *queer* (estudos que buscam abordar as minorias sexuais como gays, lésbicas e transgêneros).

Uma das mais importantes teóricas contemporâneas a discutir, ou melhor, rediscutir as possibilidades de uso da categoria gênero na história é Joan Scott. No artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (1995) e a partir de um viés pós-estruturalista, a autora critica o uso incorreto ou generalizado do termo: “Ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram de forma figurada os termos gramaticais para evocar traços de caráter ou traços sexuais” (SCOTT, 1995, p. 2). O termo “gênero” no seu sentido mais literal passou a ser utilizado, há pouco tempo, pelas feministas que o empregam como uma forma de fazer referência à estrutura social da relação entre os sexos.

Na opinião de Amílcar Torrão Filho (2005), o mérito do texto de Scott (1995) reside no fato de que ele não restringe a importância do conceito de gênero, apenas, à história das mulheres, pelo contrário, a autora entende o gênero enquanto uma categoria útil à história de maneira geral:

Ele pode lançar luz sobre a história das mulheres, mas também a dos homens, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e igualmente das mulheres entre si, além de propiciar um campo fértil de análise das desigualdades e das hierarquias sociais (TORRÃO FILHO, 2005, p. 129).

O emprego do vocábulo gênero foi proposto por estudiosas que defendiam que as pesquisas relacionadas às mulheres poderiam modificar, irreversivelmente, os paradigmas de cada disciplina e, na opinião de Scott (1995), foi a aplicação mais importante do conceito. Isso porque, além de adicionar novos temas de pesquisa, ele exige, também, uma reavaliação crítica dos critérios e dos princípios dos trabalhos científicos.

A escrita da história das mulheres, conforme Scott (1995), implicaria, conseqüentemente, na escrita de uma nova história. Para escrever essa nova história, as (os) pesquisadoras (es) dos estudos sobre a mulher precisavam recorrer a três categorias: classe, raça e gênero. A abordagem a partir dessas três categorias demonstrava o compromisso dos estudiosos em incluir na história o discurso daqueles que sempre estiveram à margem, bem como de analisar a natureza dessa marginalização. Além disso, eles consideravam, cientificamente, que as desigualdades de poder são organizadas conforme esses três eixos.

Essa nova visão da história, na opinião de Scott (1995), resultou em um desafio teórico que exige a investigação da ligação entre o masculino e o feminino no passado e, ainda, da relação entre a história passada e as práticas históricas da atualidade. Esse desafio lançou, também, as seguintes questões: “Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?” (SCOTT, 1995, p. 5). As respostas a esses questionamentos, no entanto, estão sujeitas ao desempenho do gênero como categoria analítica.

De acordo com Scott (1995), as(os) historiadoras(es) que se empenharam em teorizar sobre o gênero usaram abordagens com formulações de caráter universalizante e limitado, visto que incluíam ideias bastante simples ou redutoras. Ela divide essas abordagens em duas categorias distintas:

A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm (SCOTT, 1995, p. 6).

Os usos descritivos do conceito são, fortemente, criticados pela autora, que os considera superficiais, uma vez que os homens, as mulheres ou, ainda, as relações entre os sexos são abordados sem que haja um aprofundamento dessas questões. Quando utilizado de forma descritiva, o gênero torna-se um conceito relacionado ao “estudo das coisas relativas às mulheres. O gênero é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes” (SCOTT, 1995, p. 8).

No intuito de sanar essa deficiência, esclarecer o conceito de gênero e explicar a mudança histórica, as (os) historiadoras (es) feministas utilizaram várias abordagens que, de acordo com Scott (1995), podem ser divididas em três posições teóricas da análise de gênero: a primeira está relacionada ao patriarcado, a segunda está situada na tradição marxista e a terceira inspira-se na psicanálise.

As teóricas do patriarcado buscavam, a partir de uma perspectiva, totalmente, feminista, explicar a origem do sistema patriarcal, entendendo-o como uma “necessidade” de dominação dos homens sobre as mulheres. Para a autora, porém, elas basearam suas análises nas diferenças físicas o que é um grande erro, pois:

“Toda a diferença física tem um caráter universal e imutável mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade do gênero” (SCOTT, 1995, p. 10). Além disso, elas não conseguiram demonstrar a relação entre a desigualdade de gênero e as outras desigualdades.

Já as feministas marxistas, que possuem uma abordagem mais histórica e buscavam um compromisso com a crítica feminista, defendem que os problemas das relações de gênero estariam, diretamente, relacionados aos modos de produção. A crítica que Scott (1995) faz às teóricas marxistas é que elas não explicam como o patriarcado poderia se desenvolver fora do capitalismo, uma vez que consideravam o patriarcado e o capitalismo como sistemas independentes. Ademais, durante muito tempo, elas trataram o conceito de gênero como um “subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise” (SCOTT, 1995, p. 13).

A teoria psicanalítica segue duas linhas distintas: a escola anglo-americana, que trabalha com a teoria de relações de objeto “*Object Relations-Theory*”, e a escola francesa, que tem como base as leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud e a teoria da linguagem lacaniana. Ambas as diretrizes teóricas, porém, interessam-se pela criação da identidade de gênero do sujeito e tanto uma, quanto a outra, na opinião de Scott (1995), apresentam deficiências: a primeira limita o conceito de gênero ao ambiente doméstico e familiar, enquanto a segunda desconsidera a necessidade de rejeitar o caráter permanente da oposição binária e de desconstruir os termos da diferença sexual:

Insistindo de forma simplificada nos dados históricos e nos resultados mais heterogêneos sobre o sexo e o raciocínio moral para sublinhar a diferença sexual, as feministas reforçam o tipo de pensamento que elas queriam combater. Apesar do fato de que elas insistem na reavaliação da categoria do ‘feminino’ (...) elas não tratam da oposição binária em si mesma (SCOTT, 1995, p. 18).

A definição de gênero formulada por Scott (1995) está dividida em duas partes e várias subpartes e, apesar de analiticamente distintas, estão conectadas uma à outra, já que o foco primordial da sua definição está embasado no vínculo absoluto entre as seguintes proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de

relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21).

Para a autora, o gênero como um elemento que constitui as relações sociais baseadas nas diferenças observadas entre os sexos, implica quatro elementos que se relacionam uns com os outros. O primeiro desses elementos são os símbolos culturais que evocam múltiplas representações, que podem ser, inclusive, contraditórias. Como exemplo, ela cita Eva e Maria que representam a mulher na tradição cristã. O segundo são os conceitos normativos que são expressos nas doutrinas científicas, religiosas, jurídicas, políticas, entre outras, que apresentam a forma de uma oposição binária. Os grupos religiosos fundamentalistas são um exemplo dessas posições normativas.

O terceiro aspecto das relações de gênero, conforme explica Scott (1995), é a inclusão de uma noção do político e uma referência às instituições sociais, pois é necessário um olhar mais amplo, que englobe, não apenas o âmbito familiar, mas também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. O quarto elemento do gênero é a identidade subjetiva, porque o gênero implica na construção e na concepção do poder: “O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 23).

As reflexões de Scott (1995) a respeito do conceito de gênero, a levam a concluir que “o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p. 29). Corroborando com esse ponto de vista de Scott (1995), Connell (1997) afirma que para compreender o gênero, é necessário ir, constantemente, além do próprio gênero e o mesmo ocorre no sentido inverso, já que não é possível entender a classe, a raça ou as desigualdades globais sem levar em consideração o gênero: “As relações de gênero são um importante componente da estrutura social como um todo, e as políticas de gênero estão entre os principais determinantes do nosso destino coletivo”⁵(CONNELL, 1997, p. 38, tradução nossa).

O conceito de gênero vai muito além das relações entre homens e mulheres, é um sistema amplo que incorpora a economia, o estado, a família, a sexualidade, a

⁵ “Las relaciones de género son un componente principal de la estructura social considerada como un todo, y las políticas de género se ubican entre las determinantes principales de nuestro destino colectivo” (CONNELL, 1997, p. 38).

classe e a raça. O gênero é um sistema complexo que está muito acima das oposições binárias, do determinismo biológico e dos papéis sexuais. Na opinião de Connell (1995, p. 189): “O gênero é sempre uma estrutura contraditória. É isso que torna possível sua dinâmica histórica e impede que a história do gênero seja um eterno e repetitivo ciclo das mesmas e imutáveis categorias”.

Ultrapassar as desigualdades e discriminações, um dos principais objetivos dos Estudos de Gênero, não é uma tarefa fácil. É preciso levar em consideração as relações entre os gêneros, entre as classes sociais e entre as raças, pois todas estão, inevitavelmente, entrelaçadas. “As desigualdades só serão superadas se forem abolidas as divisões sociais de gênero, assim como as de classe e raça, numa sociedade assente sobre bases igualitárias” (RABELO, 2010, p. 166), para isso, contudo, é necessário que haja a apropriação de uma consciência crítica e política por parte de toda a sociedade.

3 AS MASCULINIDADES NO ÂMBITO DOS ESTUDOS DE GÊNERO

O objetivo inicial do conceito de gênero, cuja origem está relacionada aos Estudos Feministas, era dar voz e visibilidade às mulheres que, durante séculos, tiveram suas vidas restringidas ao espaço doméstico e privado e estiveram sujeitas aos homens pelo sistema patriarcal. Nesse primeiro momento, portanto, a aproximação dos homens aos estudos de gênero foi vetada pelas estudiosas feministas que entenderam que esse distanciamento era necessário, tendo em vista a dominação masculina vivenciada pelas mulheres ao longo dos anos e levando em consideração, ainda, que os homens foram os únicos favorecidos pelo sistema de gênero vigente, até então.

O afastamento dos homens das discussões referentes ao gênero não impediu, contudo, que o poder masculino ocupasse a posição de objeto central dos estudos feitos pelas mulheres nos primeiros anos dos Estudos de Gênero. Essas pesquisas iniciais tiveram, também, a função de demonstrar o esquema binário de oposição e hierarquização no qual a sociedade estava organizada (cultural X natural, social X biológico, racional X emocional, etc.) e que foi responsável por consolidar a concepção antagônica e reducionista de masculino *versus* feminino. A respeito desse assunto, no artigo “A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico”, Karen Giffin (2005, p. 48) afirma que:

Durante anos os homens foram inseridos como objeto nos estudos segundo este modelo, frequentemente referido como ‘patriarcal’: racional, ativo no público, na produção da ciência e da cultura, provedor, sexualmente ‘irresponsável’, poderoso, universalizado na sua dominação, Homem com ‘H’ maiúsculo. O outro lado desta moeda é a Mulher: emotiva, voltada ao mundo privado da reprodução dos filhos, cuidando das relações de afeto, sexualmente passiva, dependente, obediente, universalizada na sua opressão. Na confrontação entre Homem e Mulher nas relações sociais, fossem na esfera doméstica ou no público, as vantagens todas, segundo os valores dominantes da sociedade individualista, competitiva e monetarizada, pareciam ser dos Homens.

Os questionamentos e reflexões que partiram do movimento feminista provocaram mudanças no comportamento e na postura das mulheres que, conseqüentemente, desestabilizaram a conduta dos homens. Tal conjuntura suscitou uma reconfiguração das identidades masculinas e femininas, já que, ao

colocar em dúvida os padrões de gênero vigentes, que consideravam a masculinidade como uma permanência natural e, ainda, impunham a dominação masculina sobre as mulheres, efetuou-se uma ruptura com o sistema patriarcal. Na opinião de Januario (2013, p. 86): “É pertinente dizer que o feminismo abriu a possibilidade de reconhecer os primeiros tipos de masculinidade”. Dessa forma, novas possibilidades de masculinidades surgiram no horizonte, em particular, aquelas que garantem aos homens o direito à subjetividade que, até então, tinham sido negado.

De acordo com Sócrates Nolasco, na obra *O mito da masculinidade* (1995), depois de várias décadas em que o feminismo denunciou o homem como um “opressor tirânico” que procurou inviabilizar a ascensão profissional das mulheres e, ainda, tentou impedir que elas ultrapassassem as fronteiras do espaço doméstico e privado, finalmente, surgiu no horizonte um novo panorama: “Esta imagem de carrasco de um gênero sobre outro vem gradativamente perdendo espaço, e sendo substituída por uma reflexão também sobre a condição de vida dos homens” (NOLASCO, 1995, p. 132).

Em meados dos anos 1970, a hegemonia da ideologia binária e da dominação masculina viu-se, seriamente, ameaçada e passou a sofrer objeções, tanto da parte das mulheres do movimento feminista, quanto de homens que, também, faziam parte do movimento e daqueles que se dedicavam aos Estudos Gays. Foram organizados, no meio acadêmico e na esfera intelectual da classe média, grupos de homens que empenhados em refletir sobre a sua própria vivência no sistema patriarcal “assumiram as críticas e reconheceram como seus os hábitos masculinos de dominação e desvalorização. Segundo os participantes, havia sentimentos de muita culpa; como no feminismo, havia discordância e conflito” (GIFFIN, 2005, p. 49).

Nos anos 1980, os Estudos de Gênero passam por um período de flexibilização e renovação que abrem as portas para novas perspectivas de estudos. O foco das investigações passa a ser, então, as relações entre os gêneros e não, apenas, as mulheres. A inclusão dos homens como sujeitos históricos nas pesquisas de gênero deu-se a partir do momento que a visão essencialista foi deixada de lado e compreendeu-se que, assim como a identidade feminina, a masculinidade não é inerente ao homem e nem biologicamente determinada, mas sim, construída cultural

e socialmente e, dessa maneira, ela é, também, passível de ser problematizada ou, até mesmo, modificada.

A luta contra a opressão e pela liberdade feminina e a busca pela equidade entre homens e mulheres são outros fatores que também contribuíram para que as pesquisas sobre as masculinidades entrassem na agenda dos Estudos de Gênero. A partir da segunda metade da década de 1980, segundo Januario (2014), começaram a surgir estudos que priorizavam os homens e as masculinidades sob o viés dos Estudos de Gênero e que rejeitavam o padrão tradicional em vigor, até então, que estabelecia a vivência masculina como norma.

Na década de 1990, Joan Scott (1995), ao propor o gênero como categoria de análise, deu uma grande contribuição para a inclusão definitiva dos homens nos Estudos de Gênero, pois, de acordo com a autora, o conceito tornou-se uma categoria útil não, apenas, à história das mulheres, mas também, para a história dos homens e das relações entre homens e mulheres, além de proporcionar uma área de investigação sobre as hierarquias e desigualdades sociais que poderia reformular os paradigmas do conhecimento científico tradicional. Nas palavras de Amílcar Torrão Filho (2005, p. 132): “Scott propõe um uso do gênero muito mais abrangente, incluindo o homem e a mulher em suas múltiplas conexões, suas hierarquias, precedências e relações de poder”.

A masculinidade como objeto de estudo e de reflexão teórica no meio acadêmico brasileiro pode ser considerada uma perspectiva inovadora, uma vez que “ainda são raros os estudos na produção historiográfica brasileira sobre as masculinidades, deixando a impressão de que os homens existem em algum lugar além, constituindo-se num parâmetro extra-histórico e universalizante” (MATOS, 2001, p. 46). Muito embora o número de trabalhos a respeito do assunto venha crescendo nos últimos 10 anos, o foco dos Estudos de Gênero no Brasil são, preferencialmente, as mulheres. Entre as principais tendências de pesquisas relacionadas aos homens e às masculinidades, destacam-se: “[...] a construção social da masculinidade, a paternidade, os arranjos familiares [e] a chamada ‘crise da masculinidade’” (MATOS, 2001, p. 46).

Os estudos que se propõem a investigar as identidades masculinas ou as masculinidades devem priorizar uma abordagem interdisciplinar do tema, realizando uma aproximação de teorias e conceitos de diversos campos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais como, por exemplo, Sociologia, Letras, Psicologia, História,

Antropologia, Filosofia, entre outras. De acordo com Medrado e Lyra (2008, p. 825), refletir a respeito da construção social das masculinidades significa:

não apenas apreender e analisar os signos e significados culturais disponíveis sobre o masculino, mas também discutir preconceitos e estereótipos e repensar a possibilidade de construir outras versões e sentidos. Situa-se, portanto, nos usos e efeitos que orientam os jogos de discursos e práticas, ou mais precisamente práticas discursivas, que tendem a transformar diversidade em desigualdade.

Conforme Soraya Maria Bernardino Barreto Januário (2013), a construção da feminilidade recebeu grande destaque dos Estudos de Gênero, ao longo da segunda metade do século XX. O mesmo, no entanto, não aconteceu com a construção da masculinidade que foi deixada em segundo plano. Para a autora, mais do que entender e combater a dominação masculina, é necessário deixar de lado o senso comum que considera a masculinidade, a agressividade, a força, a sexualidade, etc. como características naturais dos homens para apreender os aspectos que permeiam a formação das masculinidades.

Maria Izilda Santos de Matos, no artigo “Por uma história das sensibilidades: Em foco – a masculinidade” (2001, p. 47), afirma que para desenvolver uma abordagem de análise a respeito da construção da masculinidade, da hegemonia e do poder que envolvem as relações de gênero é preciso pensar criticamente os estereótipos masculinos que, não raro, são relacionados “à força, poder, agressividade, decisão, capacidade de domínio e iniciativa”. A autora destaca, ainda, que a universalização do sujeito pela História Social gerou dificuldades para se trabalhar a masculinidade, já que ela varia de acordo com o contexto, ou seja, mesmo diante das permanências e hegemonias a masculinidade é múltipla:

Assim, sobrevêm a preocupação em desfazer noções abstratas de ‘homem’ enquanto identidade única, a - histórica e essencialista, para pensar a masculinidade como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações, rastreando-a como múltipla, mutante e diferenciada no plano das configurações de práticas, prescrições, representações e subjetivações, campos de disputa e transformações minadas de relações tensas de poder (MATOS, 2001, p. 47).

As relações entre os gêneros são produzidas e legitimadas cultural e historicamente e, portanto, as configurações e práticas de masculinidades variam,

pois estão vinculadas aos padrões sociais de uma determinada época. Segundo Januário (2013, p. 58): “A partir das questões levantadas pelo feminismo sobre o que é ser mulher, sobre gênero, ainda na perspectiva da célebre frase de Simone de Beauvoir, começou-se a compreender que os ‘homens também se tornam homens’”.

Elisabeth Badinter na apresentação da obra *XY: sobre a identidade masculina* (1993) concorda com esse ponto de vista e acrescenta: “O tornar-se masculino envolve fatores psicológicos, sociais e culturais que nada têm a ver com a genética, mas desempenham papel não menos determinante, talvez mais, do que ela”. Januário (2014) nos lembra, também, que esse processo de “fazer-se homem” é individual e, simultaneamente, social, pois ele se dá no cotidiano e nos espaços da constituição do gênero como componente identitário essencial nas relações humanas:

O gênero é experienciado de forma cotidiana e as suas práticas permitem a sua existência e transformação. Desta forma, é impossível falar numa única forma de “fazer-se homem”; o que existe na realidade são formas múltiplas. Esse modelo multifacetado de vivências de homens apresenta-se continuamente complexo, contraditório e em mutação, forjando-se em diferentes tempos e espaços (JANUÁRIO, 2014, p. 403).

Nesse sentido, para colocarmos em prática nosso objetivo de analisar as transformações identitárias que perpassam toda a trajetória de Bento Santiago e que culminam com a sua metamorfose em Dom Casmurro, precisamos afastar, definitivamente, a ideia superficial de homem como categoria naturalizada e acatar a concepção de que as identidades masculinas ou as masculinidades são socialmente construídas e podem variar bastante de uma cultura para outra, pois, dependem de vários fatores subjetivos como, por exemplo, classe social, idade, etnia, momento histórico, orientação sexual, vínculos familiares, entre tantos outros.

Desse modo, levando em consideração que as masculinidades, assim como as feminilidades, são múltiplas ou plurais e que diversos elementos - tanto externos, quanto internos - contribuem para a sua formação, sendo, portanto, instáveis e suscetíveis a transformações, podemos, desde já, afirmar que Dom Casmurro não estava contido dentro de Bentinho, “como a fruta dentro da casca” (ASSIS, 2010, p. 200), pelo contrário, ele foi o resultado de um longo processo de constituição identitária, no qual Bentinho “tornou-se” Dom Casmurro.

3.1 Masculinidades em rotação: do determinismo biológico à construção social

A problematização do conceito de masculinidade no campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, no Brasil, é bastante recente. Diferente do que aconteceu com as mulheres, que se transformaram em objeto de pesquisa já na década de 1970 e ganharam mais visibilidade a partir dos anos 1980 com a adoção da perspectiva de gênero, os homens só se converteram em objeto de estudo, propriamente dito, no início dos anos 1990. Nos países anglo-saxões, o assunto começou a receber atenção dos pesquisadores em meados dos anos 1980, incentivados pelas novas abordagens dos Estudos Feministas e por algumas proposições dos Estudos Gays.

A entrada definitiva dos Estudos Feministas na esfera acadêmica, bem como suas constantes denúncias a respeito da dominação masculina e a consequente subordinação e opressão feminina, incitaram os homens a analisar e questionar sua própria condição enquanto sujeitos históricos e sociais. Tal fato levou ao surgimento, nos Estados Unidos, dos *Men's Studies* (estudos sobre os homens, em referência aos *Women's Studies* ou Estudos da Mulher). O nascimento dos *Men's Studies* está relacionado ao desenvolvimento da teoria feminista e à percepção de que a identidade masculina e as masculinidades possuíam pouca visibilidade na área de gênero das Ciências Sociais.

As pesquisas feitas por esse grupo de estudos tinham como principal objetivo “romper com esse esquema da diferenciação sexual dualista que contrapõe masculino/ feminino que compõe uma prática discursiva que legitima uma posição dominante dos homens e uma subordinação da mulher” (JANUARIO, 2014, p. 401). Com o advento dos *Men's Studies* os homens deixaram de ser vistos como “símbolo da Humanidade” (JANUÁRIO, 2013) e passaram a ser entendidos e analisados como um grupo social, uma vez que os estudos sobre masculinidades tiveram início no campo da Sociologia.

Até a década de 70 do século passado, a masculinidade era compreendida, pelo senso comum, como uma essência, como uma consolidação natural ou como algo primário, inerente, que todos os homens deveriam possuir a partir do momento do nascimento ou, ainda, como símbolo de poder e sinônimo do patriarcado, ou seja, da dominação dos homens sobre as mulheres. Com o desenvolvimento dos Estudos de Gênero e, posteriormente, com o surgimento dos *Men's Studies*, que

intensificaram as pesquisas históricas e sociológicas a respeito dos homens e das masculinidades, essa concepção de “masculino universal” acabou caindo por terra. De acordo com Januario (2014, p. 399):

Ao longo da segunda metade do século XX os estudos de gênero evidenciaram a busca da construção da feminilidade; não obstante, pouco foi dito e pensado acerca da construção da masculinidade. Até então, e ainda hoje, para pessoas não sensibilizadas pelos estudos de gênero, a masculinidade é entendida como atributo “natural” do homem. É frequentemente associada a características como força, virilidade, agressividade, dominação, entre outras. Esses valores, associados a uma suposta natureza da masculinidade, encontram a sua justificação em condutas irracionais e sexistas como a violência doméstica, discursos homofóbicos e atitudes machistas que persistem na vida cotidiana e nas relações sociais.

Para os pesquisadores dos *Men's Studies*, a masculinidade não era uma essência que estava atrelada, apenas, a fatores biológicos, mas sim uma ideologia que tinha o intuito de justificar a dominação masculina na sociedade que colocava as mulheres numa posição de submissão e fragilidade diante dos homens que eram vistos como *viris*, dominadores ou, ainda, como o “sexo forte”.

O conceito de masculinidade, todavia, não pode, ou melhor, não deve ser interpretado como um objeto coerente, a partir do qual se poderia produzir uma ciência generalizadora, dado seu caráter não estático e altamente mutável. Entretanto, é possível adquirir um conhecimento consistente a respeito dos temas levantados pelos pesquisadores que se dedicaram aos estudos acerca das masculinidades: “Se ampliamos nossa perspectiva, podemos ver a masculinidade, não como um objeto isolado, mas sim como um aspecto de uma estrutura maior”⁶ (CONNELL, 1997, p. 31, tradução nossa).

A dominação masculina e a subordinação feminina foram, durante muito tempo, justificadas pelas diferenças biológicas existentes entre os sexos. Até o início do século XVIII, contudo, os sexos não estavam divididos de maneira binária, isto é, homem *versus* mulher. Duas abordagens diferentes relacionadas à representação sexual dividiram o pensamento ocidental, a partir das primeiras décadas do século XVIII. O modelo da semelhança, denominado “*one sex model*” por Thomas Laqueur, e o modelo da oposição que predominou nos séculos XIX e XX (BADINTER, 1993).

⁶ “Si ampliamos nuestro punto de vista, podemos ver la masculinidad, no como un objeto aislado, sino como un aspecto de una estructura mayor” (CONNELL, 1997, p. 1).

No modelo da semelhança, também chamado de “modelo unissex” (BADINTER, 1993, p. 8), existia, apenas, um padrão de referência: o homem. A mulher, desse modo, era classificada como um homem imperfeito ou inferior. O senso comum masculinizou os órgãos sexuais femininos, preconizando que as mulheres possuíam os mesmos órgãos genitais que os homens, porém, de forma invertida, isto é, os órgãos estariam armazenados no interior de seus corpos e não no exterior, como acontece no corpo masculino.

Assim, a distinção entre homens e mulheres não estava, até esse momento, condicionada às diferenças físicas e/ou biológicas existentes entre eles ou, mais precisamente, entre seus órgãos sexuais. Conforme Badinter (1993, p. 8): “Ser homem ou mulher era antes de tudo uma hierarquia, um lugar na sociedade, um papel cultural, e não um ser biologicamente oposto a outro”.

Esse modelo de unicidade sexual, porém, acarretava um problema que Badinter (1993) denominou “dualidade qualitativa”, na qual o homem ocupa o polo principal: “O fato de que as diferenças entre os sexos sejam de grau e não de natureza não impede que a hierarquia permaneça. A mulher é medida segundo o padrão da perfeição masculina. Inversa ao homem, ela é, portanto, menos perfeita” (BADINTER, 1993, p. 8).

Ratificando esse ponto de vista, Raewyn Connell⁷ (1997) afirma que, antes do século XVIII, na cultura europeia, as mulheres foram vistas como diferentes dos homens, “mas no sentido de seres incompletos ou exemplos inferiores do mesmo modelo (por exemplo, tem menos capacidade de raciocínio). Mulheres e homens não foram vistos como portadores de caracteres qualitativamente diferentes”⁸ (CONNELL, 1997, p. 32, tradução nossa).

No final do século XVIII, com base nas novas descobertas biológicas, essa diferença de grau cede lugar à diferença de natureza. A mulher passa a ser definida em razão da sua função reprodutora. O útero e os ovários a diferenciam dos homens e a colocam numa posição oposta a ele. A heterogeneidade sexual determina diferentes destinos e direitos aos homens e às mulheres. Enquanto à mulher cabe a

⁷ A socióloga australiana Raewyn Connell é transexual. Suas principais obras foram escritas antes do processo de transição e publicadas com o nome de Robert W. Connell. Atualmente, as publicações ou reedições de suas obras são lançadas com o nome Raewyn Connell ou, simplesmente, R. W. Connell.

⁸ “pero en el sentido de seres incompletos o ejemplos inferiores del mismo tipo (por ejemplo, tienen menos facultad de razón). Mujeres y hombres no fueron vistos como portadores de caracteres cualitativamente diferentes” (CONNELL, 1997, p. 32).

função de “rainha do lar” e a responsabilidade pela criação e educação dos filhos, aos homens cabe o papel de provedor da família e “a esfera pública é seu elemento natural” (BADINTER, 1993, p. 9).

Com efeito, a superioridade do homem e sua dominação sobre a mulher se fazem presente tanto no modelo da semelhança, quanto no modelo da oposição. Na conclusão de Badinter (1993) a respeito desse assunto, ela afirma que qualquer que seja o modelo adotado para se pensar os sexos, o homem é tomado como “o exemplar mais bem acabado da humanidade” (BADINTER, 1993, p. 9) e em relação ao qual a mulher deve ser situada.

Para o sociólogo Pierre Bourdieu, autor da obra *A dominação masculina* (2014), a divisão sexual parece estar “na ordem das coisas”, já que é vista como normal ou natural tanto pelos homens (dominantes), quanto pelas mulheres (dominadas) e, diante disso, não precisaria ser justificada e, nem mesmo, legitimada. A dominação masculina toma como base as diferenças biológicas existentes entre os sexos que, segundo o autor, foram socialmente construídas para serem percebidas como naturais.

A dominação masculina, conforme explica Bourdieu (2014), é resultado daquilo que ele denomina violência simbólica. Essa violência não é física, tampouco aparente, pelo contrário, ela é suave e, praticamente, invisível às suas vítimas, uma vez que é exercida pelas vias simbólicas do (re)conhecimento, ou melhor, do desconhecimento. Essa soberania masculina transformou-se em uma construção social naturalizada, ou seja, ela já foi incorporada à sociedade e vem sendo reproduzida e compartilhada não só pelos homens, mas também, pelas mulheres:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; (BOURDIEU, 2014, p. 22-24).

Na opinião de Connell (1997), o biológico não pode determinar o social e o gênero deve ser entendido como uma forma de ordenamento das práticas sociais. Sendo assim, o gênero designa um dos pontos de transição no qual o processo

histórico substitui a evolução biológica como modo de mudança. A autora acrescenta, ainda, que “o gênero é um escândalo, um ultraje, do ponto de vista do essencialismo. Os sociobiólogos tentam constantemente aboli-lo, provando que as disposições sociais humanas são um reflexo dos imperativos evolutivos”⁹ (CONNELL, 1997, p. 35, tradução nossa).

Miguel Vale de Almeida (1995, apud RABELO, 2010) acredita que é exatamente na ingenuidade de direcionar as características físicas do corpo àquilo que diz respeito à identidade pessoal e social que reside a complexidade dessa questão, uma vez que ser homem não se reduz, somente, a caracteres físicos ou sexuais, mas está relacionado “a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionadas constantemente reavaliados, negociados, lembrados. Em suma, em constante processo de construção” (ALMEIDA, 1995, p. 127-128 apud RABELO, 2010, p.170-171).

Para Michael S. Kimmel (1997), a masculinidade é um conjunto de significados que muda constantemente e que “construímos através de nossas relações com nós mesmos, com os outros e com nosso mundo”¹⁰, ou seja, não é estática e nem atemporal, é histórica. A virilidade não é a manifestação de uma essência interior, pelo contrário, ela é constituída cultural e socialmente. “A virilidade significa coisas diferentes em diferentes épocas para diferentes pessoas”¹¹ (KIMMEL, 1997, p. 49, tradução nossa).

As concepções de virilidade, de acordo com Kimmel (1997), mudam constantemente e a busca por uma definição de masculinidade que seja transcendente e atemporal é um fenômeno sociológico: “tendemos a buscar o eterno e o atemporal durante os momentos de crise, aqueles pontos de transição quando as antigas definições não servem mais e as novas estão lutando para afirmar-se”¹² (KIMMEL, 1997, p. 50, tradução nossa).

A masculinidade como construção social não pode ser entendida como uma perda para os homens, pelo contrário, ela dá a eles a possibilidade de substituir a

⁹ “El género es un escándalo, un ultraje, desde el punto de vista del esencialismo. Los sociobiólogos tratan constantemente de abolirlo, probando que los arreglos sociales humanos son un reflejo de imperativos evolutivos” (CONNELL, 1997, p. 35).

¹⁰ “[...] construimos a través de nuestras relaciones con nosotros mismos, con los otros, y con nuestro mundo” (KIMMEL, 1997, p. 49).

¹¹ “La virilidad significa cosas diferentes en diferentes épocas para diferentes personas” (KIMMEL, 1997, p. 49).

¹² “[...] tendemos a buscar lo eterno y atemporal durante los momentos de crisis, aquellos puntos de transición cuando las antiguas definiciones no sirven más y las nuevas están luchando por afirmarse” (KIMMEL, 1997, p. 50).

resignação que acompanha os essencialismos a-históricos e atemporais pela ação ou capacidade de agir. As condutas masculinas não são de natureza pura e simplesmente humana: “A partir dos elementos que existem a nossa volta em nossa cultura – pessoas, ideias, objetos – criamos ativamente nossos mundos, nossas identidades. Os homens podem mudar, tanto individual, quanto coletivamente”¹³ (KIMMEL, 1997, p. 50, tradução nossa).

Em contestação à perspectiva determinista, Badinter (1993), assegura que, apenas, os cromossomos XY não são suficientes para caracterizar um homem, embora essa seja a condição primeira do ser humano do sexo masculino. A autora justifica seu ponto de vista afirmando que existem pessoas que possuem os cromossomos XY e, no entanto, não desenvolvem uma identidade masculina, enquanto indivíduos que não possuem a fórmula cromossômica masculina adquirem tal identidade ao longo da vida: “Embora Y simbolize a diferença sexual masculina, ele sozinho, sua presença, necessária para ‘fazer’ um homem, está longe de ser suficiente para definir a identidade masculina” (BADINTER, 1993, p. 37).

O sexo biológico de um embrião é determinado pela fórmula cromossômica do espermatozoide responsável pela fecundação do óvulo. Logo, é o próprio homem que engendra o homem. A formação da masculinidade, entretanto, é muito mais complexa e não envolve, apenas, os fatores genéticos: “Na verdade, a masculinidade é secundária, adquirida e frágil” (BADINTER, 1993, p. 35). Conforme Nolasco (2001, p. 67): “o sentimento de identidade masculina não é adquirido exclusivamente de forma espontânea através da maturação biológica; é também um estado artificial que os meninos devem conquistar face às suas singularidades”.

De acordo com Badinter (1993), o homem é “uma espécie de artefato” e a masculinidade é um construto social que depende de diversos fatores para constituir-se como, por exemplo, época, classe social, raça, idade, orientação sexual, entre outros. Para a autora, portanto, a masculinidade é múltipla, já que depende de diversos elementos que variam de acordo com a sociedade, a cultura, o momento histórico, etc. Desse modo: “Se a masculinidade se ensina e se constrói, não há dúvida de que ela pode mudar. [...] O que se construiu pode [...] ser demolido para ser novamente construído” (BADINTER, 1993, p. 29).

¹³ “A partir de los elementos que existen a nuestro alrededor en nuestra cultura -personas, ideas, objetos- creamos activamente nuestros mundos, nuestras identidades. Los hombres pueden cambiar, tanto individual como colectivamente” (KIMMEL, 1997, p. 50).

Até os anos 1970, segundo Connell (1995), o gênero masculino foi compreendido como sinônimo do “papel do sexo masculino”, o que correspondia a “um conjunto de atitudes e expectativas que definiam a masculinidade apropriada” (CONNELL, 1995, p. 187). Em consonância com essa perspectiva de Connell, Januario (2014) afirma que:

No percurso histórico da sociedade ocidental a identidade sexual e de gênero do homem foi intrinsecamente ligada à representação do seu papel social. Os traços que os descreviam eram diretamente associados ao seu comportamento, fosse a forma de vestir, andar; a maneira de se comportar, o seu trabalho e a constituição da sua família. Além de serem salientados valores biológicos, como a forma física, a musculatura, o vigor físico e a beleza, incluíam-se também as qualidades provenientes do biológico e psicológico, como a rapidez, coragem, distinção e heroísmo (JANUARIO, 2014, p. 404).

Esse conceito de “papel masculino”, no entanto, mostrou-se insuficiente, uma vez que limitava as estratégias de mudança e ocultava as complexidades internas da masculinidade, bem como, suas múltiplas formas, além disso, impossibilitava a compreensão de questões relacionadas ao poder e à violência. Dessa maneira, fez-se necessário o desenvolvimento de um novo referencial.

No artigo “Políticas da masculinidade” (1995), Connell explica esse novo referencial: “A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade” (CONNELL, 1995, p. 188), daí o emprego do conceito no plural: masculinidades.

Connell (1995), contudo, alerta para o perigo de se utilizar o termo pensando-o “simplesmente como um *pout-pourri* de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. [...] é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas” (1995, p. 188). Desse modo, precisamos pensar a masculinidade não, somente, como uma peculiaridade das identidades pessoais, mas, sobretudo, como um elemento que se faz presente nas relações sociais, no mercado de trabalho e, também, nas instituições.

No artigo “A organização social da masculinidade”¹⁴ (1997, tradução nossa), a autora estabelece um sistema baseado na análise contemporânea do quadro das relações de gênero, no intuito de oferecer uma maneira de distinguir tipos de

¹⁴ “La organización social de la masculinidad” (1997)

masculinidades e compreender as dinâmicas de mudança. Connell (1997) define o termo em discussão da seguinte maneira:

A masculinidade, se pode ser definida brevemente, é ao mesmo tempo a posição nas relações de gênero, nas práticas pelas quais os homens e mulheres comprometem-se com essa posição de gênero e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura (CONNELL, 1997, p. 35, tradução nossa)¹⁵.

A masculinidade e a feminilidade são conceitos que se inter-relacionam e que não podem ser compreendidos isoladamente e, portanto, as relações de gênero são fundamentais para a constituição da identidade masculina. De acordo com Connell (1997), nenhum tipo de masculinidade pode ter existência fora de um sistema de relações de gênero.

3.2 Identidades móveis: masculinidades e feminilidades em contradição

As identidades masculinas e as identidades femininas, contrariando essa concepção relacional defendida por Connell (1997), foram colocadas, historicamente, em posições opostas. Para tornar-se um “homem de verdade” seria necessário, antes de tudo, não ser como as mulheres e, também, não apresentar características que são consideradas como naturalmente femininas (como emoção, delicadeza, docilidade, passividade, submissão, etc.). Em suma, a masculinidade tem sido, constantemente, determinada e constituída pela negação: não ser um bebê, não ser uma menina/mulher e, sobretudo, não ser um homossexual (BADINTER, 1993).

De acordo com Badinter (1993) essa necessidade de diferenciação a qual o menino estará condenado durante a maior parte de sua vida está relacionada ao fato dele ter nascido de uma mulher e de ter sido por ela acalentado no decorrer de sua infância. Sua existência somente será possível a partir da oposição à mãe, à feminidade e a sua própria passividade enquanto bebê: “Por três vezes, para afirmar uma identidade masculina, deve convencer-se e convencer os outros de que não é uma mulher, não é um bebê e não é um homossexual” (BADINTER, 1993, p. 34).

¹⁵ “La masculinidad, si se puede definir brevemente, es al mismo tiempo la posición en las relaciones de género, las prácticas por las cuales los hombres y mujeres se comprometen con esa posición de género, y los efectos de estas prácticas en la experiencia corporal, en la personalidad y en la cultura” (CONNELL, 1997, p. 35).

No artigo “Homofobia, medo, vergonha e silêncio na identidade masculina”¹⁶ (1997, tradução nossa), Kimmel também destaca a constituição da masculinidade em contraposição à feminilidade: “Quaisquer que sejam as variações de raça, classe, idade, etnia, ou orientação sexual, ser um homem significa *não ser como as mulheres*”¹⁷ (KIMMEL, 1997, p. 52, grifos do autor, tradução nossa).

Para o autor, só foi possível conhecer o significado de ser um homem na nossa cultura ao colocar as nossas definições em oposição a um grupo de outros: “minorias raciais, minorias sexuais e, sobretudo, as mulheres”¹⁸ (KIMMEL, 1997, p. 49, tradução nossa). Utilizando como base a teoria psicanalítica de Freud, o autor assevera que: “A identidade masculina nasce da renúncia ao feminino, não da afirmação direta do masculino, deixando a identidade de gênero masculina tênue e frágil”¹⁹ (KIMMEL, 1997, p. 53, tradução nossa).

Segundo Kimmel (1997), esse impulso de repudiar a mãe como critério para aquisição da identidade masculina acarreta três consequências para os meninos: primeiro, ao distanciar-se da mãe, o menino afasta-se dos traços de acolhida, compaixão e ternura que poderia ter herdado dela; segundo, suprime em si mesmo esses traços maternos, pois revelam uma incompleta superação da mãe. Sua vida passa, então, a ter como projeto permanente a comprovação de que não possui nenhuma característica da mãe; e terceiro, como forma de efetivar as duas primeiras tarefas, os meninos aprendem a desvalorizar todas as mulheres, pois elas possuem todos os traços que ele aprendeu que deve desprezar.

Outro pesquisador a ratificar essa teoria de que os arquétipos de virilidade e feminilidade são construídos um em oposição ao outro é Bourdieu (2014). O autor assevera que a masculinidade precisa ser, inicialmente, comprovada pelo indivíduo, para que os outros homens possam reconhecê-la e legitimá-la a fim de que ele passe a fazer parte do grupo de “verdadeiros homens”.

Para atingir esse objetivo, eles lançam mão das “provas de virilidade” que fazem parte dos ritos de instituição masculina (como os militares e escolares, por exemplo) que tem a finalidade de fortalecer essas “solidariedades viris”. Para Bourdieu (2014): “A virilidade [...] é uma noção eminentemente *relacional*, construída

¹⁶ “Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina” (1997)

¹⁷ “Cualesquiera sean las variaciones de raza, clase, edad, etnia, u orientación sexual, ser un hombre significa *no ser como las mujeres*” (KIMMEL, 1997, p. 52).

¹⁸ “minorías raciales, minorías sexuales, y, por sobre todo, las mujeres” (KIMMEL, 1997, p. 49).

¹⁹ “La identidad masculina nace de la renuncia a lo femenino, no de la afirmación directa de lo masculino, lo cual deja a la identidad de género masculino tenue y frágil” (KIMMEL, 1997, p. 53).

diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2014, p. 79, grifos do autor).

Connell (1995) acredita na existência de uma “narrativa convencional” sobre a maneira como as masculinidades são construídas nas sociedades, muito embora considere a teoria incompleta. De acordo com essa narrativa, cada cultura possui um modelo de comportamento e de sentimentos apropriados para os homens. Os meninos são coagidos, desde cedo, a seguir o padrão normativo e a se manterem afastados de tudo que está relacionado à conduta feminina. A feminilidade é entendida aqui como o oposto. Os rapazes são pressionados pela família, pela escola, pelos colegas, pela mídia e, até mesmo, pelos empregadores a acatarem o estereótipo pré-determinado.

A maioria dos garotos opta por observar a norma social e adotar o arquétipo que lhes é imposto, assumindo atitudes e interesses que são, tipicamente, masculinos. Eles, porém, constantemente, pagam um preço bastante alto pela obediência ao modelo, já que são obrigados a reprimir seus sentimentos: “Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres” (CONNELL, 1995, p. 190).

Sócrates Nolasco (1995) também acredita que essa polarização que induz os homens a antagonizar o masculino e o feminino acarreta em sérias consequências para eles, uma vez que eles enfrentam grandes dificuldades e obstáculos na construção de uma imagem de si mesmos que leve em consideração caracteres identitários diferentes daqueles que são impostos pela sociedade. Isto é, eles optam por seguir aquele padrão de conduta socialmente instituído, pois julgam que somente ele pode legitimar a sua masculinidade:

O estereótipo do macho exclui estas diferentes dinâmicas subjetivas, fazendo crer ao indivíduo que um homem se faz sob sucessivos absolutos: nunca chora; tem que ser o melhor; competir sempre; ser forte; jamais se envolver afetivamente e nunca renunciar. É a este último modelo que os homens estão procurando renunciar (NOLASCO, 1995, p. 40).

De acordo com Rabelo (2010), homens e mulheres colaboram para ressaltar a diferença entre os sexos ao adotarem, com naturalidade, os modelos de conduta

que são socialmente instituídos e compartilhem seus pressupostos. As masculinidades e a feminilidades são edificadas nas relações entre os sexos e não, de maneira isolada, entre os pares ou por, apenas, um dos sexos. Para a autora: “Se ambos partilham os estereótipos e contribuem para a desigualdade, tanto reprimindo, quanto construindo modos de ser, é possível questionar as regras que tentam fixar o masculino e o feminino a partir desta construção do ser” (RABELO, 2010, p. 170) e, conseqüentemente, colocar em xeque as relações de poder que os formulam.

A masculinidade, a despeito de ser um produto histórico recente, possui uma literatura bastante abrangente e diversificada e, tal como ocorre com a literatura sobre as mulheres, os homens tem sido abordados sob os mais diferentes enfoques teóricos. Raewyn Connell, a principal referência nos estudos sobre as masculinidades, na atualidade, adota uma perspectiva culturalista em suas análises: “As definições de masculinidade tem aceitado, em sua maioria, como verdadeiro nosso ponto de vista cultural, mas tem adotado estratégias diferentes para caracterizar o tipo de pessoa que se considera masculina”²⁰ (CONNELL, 1997, p. 32, tradução nossa).

Na opinião da autora, existem quatro enfoques principais nos estudos da masculinidade que podem ser facilmente distinguidos quanto a sua lógica, porém, reiteradamente, eles combinam-se na prática. São eles: os enfoques *essencialistas*, os *positivistas*, os *normativos* e os *semióticos*.

O enfoque *essencialista* da masculinidade, de maneira geral, elege um aspecto distintivo que tem o objetivo de definir o núcleo do masculino, acrescentando-lhe várias especificidades da vida dos homens. A deficiência desse enfoque, segundo Connell (1997), está no fato de que a escolha de uma essência como base universal da masculinidade é arbitrária e isso diz muito mais a respeito do *ethos*²¹ de quem efetua essa definição do que sobre aquilo que se pretendia realmente investigar.

Já a ciência social *positivista* apresenta uma definição bastante simples sobre a masculinidade: “aquilo que os homens realmente são”. O problema apontado por

²⁰ “Las definiciones de masculinidad han aceptado en su mayoría como verdadero nuestro punto de vista cultural, pero han adoptado estrategias diferentes para caracterizar el tipo de persona que se considera masculina” (CONNELL, 1997, p. 32).

²¹ Palavra de origem grega, utilizada para descrever um conjunto de hábitos ou crenças que definem uma sociedade ou nação.

Connell nessa abordagem é que ela diferencia os homens e as mulheres como se eles fossem dois grupos homogêneos e, dessa forma, seria desnecessária a existência dos termos masculino e feminino, já que seria possível falar somente de homens e mulheres ou, ainda, de macho e fêmea: “Os termos masculino e feminino apontam para além das diferenças sexuais, para a forma como os homens diferem entre eles, e as mulheres entre elas, em matéria de gênero”²² (CONNELL, 1997, p. 33, tradução nossa).

Reconhecendo essas diferenças, as definições *normativas* apresentam um modelo de como os homens deveriam ser. Connell (1997) destaca a teoria dos papéis sexuais que aborda a masculinidade como uma norma ou um padrão social que busca regulamentar o comportamento masculino. Na prática, entretanto, as teorias sobre o papel sexual masculino misturam definições normativas com conceitos essencialistas o que acarreta certa confusão entre papel sexual e identidade: “Penso que essa é a razão pela qual muitos teóricos dos papéis sexuais, frequentemente, desviam em direção ao essencialismo”²³ (CONNELL, 1997, p. 34, tradução nossa).

O último enfoque apontado por Connell (1997) é o semiótico que, deixando de lado o nível da personalidade, “[...] define a masculinidade por meio de um sistema de diferença simbólica em que os lugares masculino e feminino são contrastantes. A masculinidade é, com efeito, definida como não-feminilidade”²⁴ (CONNELL, 1997, p. 34, tradução nossa). Embora essa abordagem apresente algumas evoluções em relação às anteriores, uma vez que foge da arbitrariedade do essencialismo e das oposições das definições positivistas e normativas, a autora assevera que ela possui uma visão limitada, pois não abrange todos os elementos que compõem um sistema de relações de gênero.

Connell (1997) ressalta que mais importante do que delimitar a masculinidade como um objeto teórico (seja como uma característica natural, como uma conduta ou como um padrão), é preciso concentrar a investigação sobre as masculinidades nos processos e relações por intermédio dos quais os homens e as mulheres seguem suas vidas imbuídas no gênero.

²² “Los términos masculino y femenino apuntan más allá de las diferencias de sexo sobre cómo los hombres difieren entre ellos, y las mujeres entre ellas, en materia de género” (CONNELL, 1997, p. 33).

²³ “Pienso que esta es la razón por la que muchos teóricos de los roles sexuales a menudo derivan hacia el esencialismo” (CONNELL, 1997, p. 34).

²⁴ “[...] definen la masculinidad mediante un sistema de diferencia simbólica en que se contrastan los lugares masculino y femenino. Masculinidad es, en efecto, definida como no-femineidad” (CONNELL, 1997, p. 34).

3.3 As relações entre as múltiplas masculinidades

O reconhecimento das múltiplas masculinidades pode levar a uma simplificação exagerada do conceito, reduzindo-o a uma “tipologia de caracteres”. Para evitar que isso aconteça e, ainda, para conservar a dinâmica das análises, Connell (1997) afirma que é preciso pensar as relações de gênero entre os homens: “Reconhecer mais de um tipo de masculinidade é, apenas, o primeiro passo. Temos que examinar as relações entre elas. Mais ainda, temos que separar o contexto da classe e da raça e perscrutar as relações de gênero que operam dentro delas”²⁵ (CONNELL, 1997, p. 39, tradução nossa).

Na opinião da autora, enfatizar as relações ao invés de, somente, constatar a existência de múltiplas masculinidades apresenta, ainda, uma segunda vantagem: “Um enfoque relacional torna mais fácil reconhecer as difíceis compulsões sob as quais se formam as configurações de gênero, a amargura, assim como o prazer na experiência de gênero”²⁶ (CONNELL, 1997, p. 39, tradução nossa).

A pluralidade de masculinidades em coexistência implica em múltiplas relações de hierarquia e, também, de poder, não apenas, no tocante às mulheres, mas, sobretudo, entre os diferentes grupos de homens, o que torna as construções de gênero para os homens bastante complexa. Essa noção de gradação das masculinidades desenvolveu-se a partir da vivência dos homens homossexuais com o preconceito e com a violência sofrida, principalmente, por parte dos homens heterossexuais.

3.3.1 A hierarquia das masculinidades: hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização

A partir da ideia da existência de múltiplas masculinidades, Connell (1997) instaura os conceitos de *masculinidade hegemônica*, *subordinada*, *cúmplice e marginalizada*. O primeiro deles, a masculinidade hegemônica, não se configura como um tipo fixo de masculinidade, que é igual em qualquer tempo e lugar, mas

²⁵ “Reconocer más de un tipo de masculinidad es sólo un primer paso. Tenemos que examinar las relaciones entre ellas. Más aún, tenemos que separar el contexto de la clase y la raza y escrutar las relaciones de género que operan dentro de ellas” (CONNELL, 1997, p. 39).

²⁶ “Un enfoque relacional hace más fácil reconocer las difíciles compulsiones bajo las cuales se forman las configuraciones de género, la amargura así como el placer en la experiencia de género” (CONNELL, 1997, p. 39).

sim como aquele que, num determinado modelo de relações de gênero, ocupa uma posição de soberania em relação às outras. De fato, esse tipo de masculinidade não está associado ao número de homens que adotam o padrão hegemônico: “A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Essa posição hegemônica, porém, é sempre disputável.

O conceito de hegemonia é decorrente das análises das relações de classe de Antonio Gramsci e está relacionado a uma dinâmica cultural, na qual um determinado grupo reivindica e sustenta uma posição de liderança na vivência social. Hegemonia não é sinônimo de violência, embora possa ser sustentada pela força. Sua ascensão foi alcançada por meio da cultura, das instituições e da persuasão. Nas palavras de Connell (1997):

A masculinidade hegemônica pode ser definida como uma configuração de prática genérica que encarna a resposta correntemente aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, o que garante (ou tenta garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres²⁷ (Connell, 1997, p. 39, tradução nossa).

A hegemonia é uma relação, historicamente, móvel e instável que personifica uma estratégia habitualmente reconhecida, no entanto, ela é, também, normativa: “Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Contudo, quando o status de resistência do patriarcado muda, as bases para o domínio de uma masculinidade específica são corrompidas e novos grupos hegemônicos podem surgir, assim como, as mulheres podem vir a desafiar a soberania de qualquer grupo de homens.

A masculinidade hegemônica refere-se, de modo geral, à dominação cultural estabelecida na sociedade que engendra relações de gênero específicas entre grupos de homens. Para Connell (1997), nas sociedades europeia e americana contemporâneas, o caso mais marcante dessas relações é a dominação dos

²⁷ “La masculinidad hegemónica se puede definir como la configuración de práctica genérica que encarna la respuesta corrientemente aceptada al problema de la legitimidad del patriarcado, la que garantiza (o se toma para garantizar) la posición dominante de los hombres y la subordinación de las mujeres” (CONNELL, 1997, p. 39).

homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. Tal situação é “muito mais que uma estigmatização cultural da homossexualidade ou da identidade *gay*. Os homens *gays* estão subordinados aos homens heterossexuais por um conjunto de práticas quase materiais”²⁸ (CONNELL, 1997, p. 40, tradução nossa).

As masculinidades homossexuais são, constantemente, oprimidas e ocupam a posição mais baixa na hierarquia de gênero masculina. Para a ideologia patriarcal, a homossexualidade assemelha-se à feminilidade e, por isso, sofre com a ferocidade dos ataques homofóbicos. Connell (1997) destaca, ainda, que a masculinidade *gay*, apesar de ser a mais evidente, não é o único tipo de masculinidade subordinada existente, já que alguns homens e meninos heterossexuais também acabam sendo excluídos da esfera de legitimidade masculina.

Esse processo é marcado por um farto vocabulário pejorativo que tem por objetivo denegrir a imagem dos homens enquadrados nas masculinidades subordinadas como, por exemplo: covarde, doentio, maricas, filhinho da mamãe, efeminado, entre outros. A utilização de tais termos torna ainda mais evidente a confusão simbólica com a feminilidade.

A quantidade de homens que segue os padrões hegemônicos, em sua totalidade, é bastante reduzida. A maior parte dos homens, todavia, obtém os lucros advindos da hegemonia, ainda que não sigam o modelo dominante, uma vez que se beneficiam daquilo que Connell (1997) denomina de “dividendo patriarcal”, isto é, aquela vantagem que o sexo masculino, de maneira geral, adquire em razão da subordinação das mulheres: “Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Diante desse quadro, Connell (1997) afirma que se um grande número de homens não incorpora a masculinidade hegemônica, mas mantém um tipo de vínculo com o projeto hegemônico, torna-se necessário, então, reconhecer outro tipo de relação entre os grupos de homens que ela classifica como uma relação de cumplicidade com o projeto hegemônico: “As masculinidades que são construídas de forma que permitem a realização do dividendo patriarcal, sem as tensões ou

²⁸ “Esto es mucho más que una estigmatización cultural de la homosexualidad o de la identidad *gay*. Los hombres *gay* están subordinados a los hombres heterossexuales por un conjunto de prácticas cuasi materiales” (CONNELL, 1997, p. 40).

riscos de ser a primeira linha do patriarcado, são cúmplices nesse sentido”²⁹ (CONNELL, 1997, p. 41, tradução nossa).

Connell (1997) alerta que, embora possa ser tentador considerar a masculinidade cúmplice como uma versão pusilânime da masculinidade hegemônica, ela é muito mais do que isso. O matrimônio, a paternidade e a vida em comunidade envolvem compromissos importantes com as mulheres, que vão muito além da dominação e da autoridade masculina. Os homens que adquirem e se beneficiam do dividendo patriarcal, em sua maioria, respeitam suas mães e suas esposas e não tratam as mulheres com violência: “eles fazem sua parte dos afazeres domésticos, trazem para casa o sustento familiar e podem convencer-se facilmente que as feministas devem ser extremistas que queimam seus sutiãs”³⁰ (CONNELL, 1997, p. 41-42, tradução nossa).

A hegemonia, a subordinação e a cumplicidade são relações internas ao sistema de gênero. A associação do gênero com a raça, com a classe e com outras estruturas estabelecem relações mais abrangentes entre as masculinidades. As relações de raça podem ser convertidas em uma parte fundamental da dinâmica das masculinidades:

Ainda que o termo ‘marginalização’ não seja o ideal, não posso utilizar um melhor para referir-me às relações entre as masculinidades nas classes dominante e subordinada ou em grupos étnicos. A marginalização é sempre relativa a uma *autorização* da masculinidade hegemônica do grupo dominante. Assim, nos Estados Unidos, alguns atletas negros podem ser exemplos da masculinidade hegemônica. Porém, a fama e a riqueza de estrelas individuais não tem um efeito de gotejamento e não fornece autoridade social aos homens negros em geral³¹ (CONNELL, 1997, p. 42, grifo da autora, tradução nossa).

Entre as masculinidades subordinadas também pode existir essa relação de marginalização e autorização. Esses tipos de relações – de um lado a hegemonia, a dominação/subordinação e a cumplicidade, e do outro a marginalização/autorização

²⁹ “Las masculinidades construidas en formas que permiten realizar el dividendo patriarcal, sin las tensiones o riesgos de ser la primera línea del patriarcado, son cómplices en este sentido” (CONNELL, 1997, p. 41).

³⁰ “ellos hacen su parte en los quehaceres domésticos, traen al hogar el sustento familiar, y pueden convencerse fácilmente de que las feministas deben ser extremistas que queman sus sostenes” (CONNELL, 1997, p. 41-42).

³¹ “Aunque el término ‘marginación’ no es el ideal, no puedo utilizar uno mejor para referirme a las relaciones entre las masculinidades en las clases dominante y subordinada o en los grupos étnicos. La marginación es siempre relativa a una *autorización* de la masculinidad hegemónica del grupo dominante. Así, en Estados Unidos, algunos atletas negros pueden ser ejemplares para la masculinidad hegemónica. Pero la fama y la riqueza de estrellas individuales no tiene un efecto de chorreo y no brinda autoridad social a los hombres negros en general” (CONNELL, 1997, p. 42).

– oferecem um panorama no qual é possível analisar masculinidades específicas. Termos como “masculinidade hegemônica” e “marginalizada”, determinam não tipos fixos de caráter, mas configurações de prática geradas em circunstâncias específicas, em uma estrutura variável de relações. Para Connell (1997), qualquer teoria relativa às masculinidades deve dar conta desse processo de mudança.

O conceito de masculinidade hegemônica foi proposto em estudos realizados na Austrália, na década de 1980, mas ganhou evidência com a publicação de *Gender and Power*, de R. W. Connell, no ano de 1987. De acordo com Connell e Messerschmidt (2013), o termo encontrou aplicação imediata, sendo usado em estudos de diversas áreas, como a educação, a criminologia, a saúde, o combate à violência e estudos sobre a representação masculina na mídia. Não obstante, o conceito sofreu diversas críticas e contestações no campo da sociologia, da psicologia, do materialismo e do pós-estruturalismo. Diante disso, no artigo *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito* (2013), os autores procuraram reavaliar o conceito, reformulando-o em termos contemporâneos.

As concepções de masculinidade hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada, em sua formulação inicial, eram pouco precisas, foram estabelecidas dentro de um sistema patriarcal de gênero e levavam em conta que as relações de gênero são históricas e, com isso, as hierarquias de gênero estariam sujeitas a modificações. As masculinidades hegemônicas existiam em situações específicas e estariam expostas à variação histórica: “Talvez fosse possível que uma maneira de ser homem mais humana, menos opressiva, pudesse se tornar hegemônica como parte de um processo que levaria à abolição das hierarquias de gênero” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Depois de avaliar as críticas sofridas pelo conceito de hegemonia, os autores fizeram a revisão e a reformulação do conceito. Os aspectos que precisam ser reformulados foram divididos em quatro grandes áreas. O primeiro deles diz respeito às hierarquias de gênero, pois, conforme comprovaram pesquisas contemporâneas, as relações entre construções diversas de masculinidade tornaram-se complexas e a capacidade de sobrevivência das masculinidades não hegemônicas aumentou.

Connell e Messerschmidt (2013) consideram essencial incluir nas pesquisas sobre masculinidades as práticas femininas e, também, as ações históricas recíprocas entre as masculinidades e as feminilidades, além disso, é necessário “incorporar um entendimento mais holístico da hierarquia de gênero, reconhecendo

a agência dos grupos subordinados, tanto quanto o poder dos grupos dominantes e o condicionamento mútuo das dinâmicas de gênero e outras dinâmicas sociais” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 266).

Outro aspecto que precisa ser reformulado é a geografia das masculinidades que ganhou destaque com o processo de globalização, pois, assim como as arenas transnacionais, exerce forte influência na construção das masculinidades. Levando em consideração o fator geográfico, os autores sugerem, então, três níveis de análise para a masculinidade hegemônica: o local, o regional e o global.

A “incorporação social” é o terceiro aspecto apontado por Connell e Messerschmidt (2013) e, apesar de fazer parte da configuração inicial do conceito, ainda não foi suficientemente teorizado. As práticas “trans” tornaram evidente a necessidade de um tratamento mais adequado dos processos de incorporação na masculinidade hegemônica. Para entender a incorporação e a hegemonia é preciso compreender que os corpos são tanto objetos, quanto agentes na prática social.

O quarto e último aspecto que deve ser reformulado, conforme Connell e Messerschmidt (2013), é a dinâmica das masculinidades que, aos poucos, tem conquistado seu espaço dentro das pesquisas, não obstante toda sua complexidade e levando em consideração que as “masculinidades são configurações da prática que são construídas, reveladas e transformadas ao longo do tempo” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 271).

Diversas aplicações e mudanças do conceito de masculinidade hegemônica foram acatadas como colaboração ao entendimento das dinâmicas de gênero. Os autores rejeitaram os usos que deixaram claro um tipo único de caráter ou um grupo de traços tóxicos:

Esses usos não são triviais – eles tentam nomear questões significantes sobre gênero, tais como a persistência da violência ou as consequências da dominação. Mas esses usos são feitos de uma maneira que entra em conflito com as análises da hegemonia nas relações de gênero e são, portanto, incompatíveis (e não apenas uma variação) tanto com as declarações iniciais como com os principais desenvolvimentos do conceito (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 270).

Connell e Messerschmidt (2013) asseveram que uma avaliação renovada das masculinidades hegemônicas se faz necessária e é de grande importância para o momento atual das políticas de gênero. Ademais, a construção e o questionamento

da hegemonia das hierarquias de gênero que estão sujeitas a mudanças são imprescindíveis e demandam uma busca por novas ferramentas conceituais.

3.3.2 As masculinidades como relações de poder

A virilidade norte-americana é regida pelas normas que são definidas pela masculinidade vigente no mercado que é responsável por prescrever, também, suas principais características: agressividade, competência e ansiedade. Desse modo, o mercado transforma-se em um cenário “generizado” no qual a virilidade é verificada e provada e onde as tensões entre homens e mulheres e entre diferentes grupos de homens estão carregadas de significados: “Essas tensões sugerem que as definições culturais de gênero são colocadas em cena em um terreno de disputa e são, em si mesmas, relações de poder”³² (KIMMEL, 1997, p. 50, tradução nossa).

As definições de masculinidade não são valorizadas igualmente na sociedade. Existe, sempre, uma definição de virilidade utilizada como norma e em relação à qual se medem e avaliam as demais formas de virilidade. Segundo Kimmel (1997), em uma cultura dominante o modelo de masculinidade que determina os homens brancos, de classe média, adultos, porém jovens e heterossexuais, é aquele que institui os padrões normativos para outros homens, que é usado como base para medir a masculinidade de outros varões. Ao contrário do que se poderia imaginar, esse modelo, também chamado por Kimmel (1997) de masculinidade hegemônica, é almejado pela maioria dos homens:

A definição hegemônica da virilidade é um homem *no* poder, um homem *com* poder e um homem *de* poder. Equiparamos a masculinidade com ser forte, bem sucedido, capaz, confiável e controlado. As próprias definições de virilidade que temos desenvolvido em nossa cultura perpetuam o poder que alguns homens tem sobre outros e que os homens tem sobre as mulheres³³ (KIMMEL, 1997, p. 50, grifos do autor, tradução nossa).

Para Kimmel (1997), a definição cultural da masculinidade versa sobre a busca dos homens para acumular símbolos culturais que designam virilidade. Trata,

³² “Estas tensiones sugieren que las definiciones culturales de género son puestas en escena en un terreno en disputa y son, en sí mismas, relaciones de poder” (KIMMEL, 1997, p. 50).

³³ “La definición hegemónica de la virilidad es un hombre *en* el poder, un hombre *con* poder, y un hombre *de* poder. Igualamos la masculinidad con ser fuerte, exitoso, capaz, confiable, y ostentando control. Las propias definiciones de virilidad que hemos desarrollado en nuestra cultura perpetúan el poder que unos hombres tienen sobre otros, y que los hombres tienen sobre las mujeres” (KIMMEL, 1997, p. 50).

também, de normas utilizadas contra as mulheres para impossibilitar o seu acesso à vida pública, confinando-as ao desvalorizado ambiente doméstico. Engloba, ainda, o acesso diferenciado que distintos grupos de homens têm aos recursos culturais que concedem virilidade e como esses grupos desenvolvem mudanças no intuito de preservar seu modelo de virilidade. E, finalmente, ela incorpora o próprio poder dessa definição, que se presta a conservar o poder efetivo dos homens sobre as mulheres, bem como o poder que alguns grupos de homens exercem sobre outros homens.

Concordando com o psicólogo Robert Brannon (1976), Kimmel afirma que essa definição de virilidade pode ser resumida em alguns pontos principais. O primeiro está relacionado ao repúdio implacável da feminidade. O segundo ponto refere-se aos elementos que medem a masculinidade: o poder, o sucesso, a riqueza e a classe social. O terceiro aspecto tem a ver com autocontrole, jamais demonstrar emoção ou sentimentos e nunca esquecer a premissa de que homem não chora. O último ponto é a coragem e a agressividade masculinas que levam o homem a correr riscos para conseguir aquilo que quer.

Essas regras, de acordo com Kimmel (1997), são usadas para medir virtualmente todos os homens estadunidenses. Caso um homem fracasse no cumprimento delas, estará condenado a uma vida de dor e confusão: “Tal modelo é, certamente, irrealizável para qualquer pessoa. Porém, seguimos tentando alcançá-lo, valente e inutilmente”³⁴ (KIMMEL, 1997, p. 51, tradução nossa). O modelo de masculinidade norte-americana e, de modo geral, da cultura ocidental, é implacável e a maior prova disso está na primeira regra: “Essa noção de antifeminidade está no coração das concepções contemporâneas e históricas de virilidade, de tal forma que a masculinidade define-se mais por aquilo que não é, que por aquilo que é”³⁵ (KIMMEL, 1997, p. 52, tradução nossa).

Kimmel (1997) classifica a masculinidade como uma aprovação “homossocial”, uma vez que os homens devem comprovar sua virilidade diante de outros homens que podem aprová-la, aceitando-o no reino da virilidade e podem, ainda, avaliar seu desempenho. Tal fato está relacionado ao sexismo incrustado em

³⁴ “Tal modelo es, por supuesto, irrealizable para cualquier persona. Pero seguimos intentando alcanzarlo, valiente y vanamente” (KIMMEL, 1997, p. 51).

³⁵ “Esta noción de antifemineidad está en el corazón de las concepciones contemporâneas e históricas de la virilidad, de tal forma que la masculinidad se define más por lo que uno no es, que por lo que se es” (KIMMEL, 1997, p. 52).

nossa sociedade que posiciona as mulheres num patamar inferior da escala social, na qual elas chegam a ser utilizadas como um tipo de moeda para que os homens consigam melhorar sua colocação na hierarquia social da masculinidade. “Provamos, executamos ações heroicas, corremos riscos enormes, tudo porque queremos que outros homens admitam nossa virilidade”³⁶ (KIMMEL, 1997, p. 55, tradução nossa). Kimmel (1997) alerta, ainda, que o caminho para a legitimação homosocial da masculinidade é repleto de perigos, de riscos de fracasso e de uma intensa e implacável competição.

3.3.3 Homens mutilados: o *homem duro* e o *homem mole*

O sistema patriarcal, de acordo com Badinter (1993), foi o responsável por instituir e colocar no mundo um “homem mutilado” que enfrenta adversidades para reconciliar X e Y, isto é, suas heranças paterna e materna. A constituição da masculinidade emaranhou-se com um procedimento de diferenciação: “Considera-se o homem digno deste nome quando se cortam todas as suas amarras com o feminino materno, ou seja, com o seu território original” (BADINTER, 1993, p. 125). Esse quadro, porém, piorou ainda mais, com o advento da sociedade industrial que afastou pais e filhos, o que fez com que os homens deixassem de engendrar os homens. Os pais adquiriram, então, um status, apenas, simbólico e tornaram-se modelos inexpressivos de identificação. Os filhos, que ficaram à mercê das mães, tiveram muitas dificuldades no processo de diferenciação e na construção da identidade. A reação antipatriarcal também gerou um homem mutilado que, por sua vez, ignorou a herança paterna.

O conceito proposto por Badinter (1993) não se refere a uma mutilação física, na verdade, ele está relacionado à identidade masculina e pode atingir tanto os homens heterossexuais, quanto os homens homossexuais. Essas mutilações psicológicas podem ser de dois tipos: a primeira corresponde à “amputação da feminidade, que engendra o *homem durão*, o machista que jamais se reconciliou com os valores maternos”. Já o segundo tipo de mutilação refere-se “à ausência de virilidade, constatada em muitos homens educados pela mãe e órfãos de pai” (BADINTER, 1993, p. 131, grifo da autora).

³⁶ “Nos probamos, ejecutamos actos heroicos, tomamos riesgos enormes, todo porque queremos que otros hombres admitan nuestra virilidad” (KIMMEL, 1997, p. 55).

O primeiro tipo, o *homem duro*, é uma vitrine dos piores estereótipos do masculino: ele é obcecado por competição e desempenho, seguro de si, agressivo, possui dificuldades em se relacionar, centra-se no poder e na objetividade e nunca cede à fraqueza e à passividade. O ideal masculino é um homem duro, solitário, viril e impassível. Em algum momento da vida, todos os homens sonharam ser assim: “uma besta sexual com as mulheres, mas que não se liga a nenhuma delas; um ser que só encontra seus congêneres masculinos na competição, na guerra ou no esporte. [...] o mais duro dos duros, [...] feito mais para morrer do que para se casar” (BADINTER, 1993, p. 134). Grande parte das culturas ocidentais aderiu a esse ideal masculino, criando seus próprios estereótipos, mas foi a América que conseguiu impor ao mundo todo seu modelo de virilidade:

Do caubói ao Exterminador, passando por Rambo, encarnados por atores *cult* (John Wayne, Sylvester Stallone, Arnold Schwarzenegger), esses heróis do cinema serviram de exatidão e ainda povoam as fantasias de milhões de homens. [...] ninguém pode deixar de notar que do caubói ao Exterminador passou-se de um homem em carne e osso para uma máquina... (BADINTER, 1993, p. 135).

Esse ideal masculino, contudo, é inacessível à maioria dos homens e, mais cedo ou mais tarde, grande parte deles percebe que estão diante de um tipo de masculinidade que não pode ser concretizado. Surge daí uma inquietação entre o “ideal coletivo” e a realidade. O “mito da masculinidade”, entretanto, sobrevive em razão da cumplicidade daqueles que são por ele oprimidos. Esse ideal inatingível de virilidade suscita nos homens uma sensação de incompletude e, para lutar contra esse sentimento, alguns encontram alívio na promoção da hipervirilidade.

O segundo tipo de homem mutilado a que se refere Badinter (1993), é denominado de *homem mole* e é aquele que abre mão dos privilégios masculinos e do poder que o sistema patriarcal lhe proporciona. É adepto da igualdade entre os gêneros em qualquer instância, divide as tarefas domésticas com a esposa e consegue dominar sua tendência agressiva. Esse tipo de homem apareceu nos países onde o feminismo foi mais ostensivo. Ele substituiu o *homem duro* como seu oposto perfeito: “alguns homens imaginaram que deviam desprezar toda virilidade e adotar os valores e comportamentos femininos mais tradicionais. O homem duro, de

feminidade reprimida, cedeu lugar ao homem mole, de masculinidade ignorada” (BADINTER, 1993, p. 147).

O *homem mole* figura entre os filhos carentes que sofreram mais com a ausência afetiva do pai do que com a onipotência da mãe. Essa ausência está relacionada tanto à sociedade industrial, quanto ao ideal de masculinidade tradicional. A revolução das mulheres, que colocou os homens numa posição desconfortável e de impassibilidade, contribuiu para aumentar ainda mais a distância entre pais e filhos. O *homem mole*, portanto, configura-se como um homem desestruturado que vive uma desordem interna, que pode oscilar de uma pequena confusão superficial até uma desorganização mental. Segundo Badinter (1993), os psicanalistas constataram que a falta ou a ausência do pai para um filho é como a falta da coluna vertebral:

Afetivamente, o jovem abandonado pelo pai e iniciado pela mãe arrisca-se a permanecer durante toda a vida um *mama's boy*: um rapaz gentil, irresponsável, que foge aos compromissos do adulto. Inconscientemente, quer continuar sendo o 'maridinho de sua mãe', ou reencontrar o mesmo tipo de relação (infantil) com outras mulheres (BADINTER, 1993, p. 154).

Os dois modelos de homens mutilados apresentados por Badinter (1993) – o *homem duro* e o *homem mole* – mostraram-se incompletos ou insuficientes. Tornou-se necessário, então, o nascimento de um novo modelo chamado de *homem reconciliado*. Este, porém, não é, apenas, uma síntese dos dois tipos de homens mutilados citados anteriormente. Ele é o “*gentle man*” (homem amável), aquele que foi capaz de harmonizar solidez e sensibilidade e aquele que conseguiu encontrar o pai e reencontrar a mãe, ou seja, que construiu sua identidade masculina sem lesar o feminino-materno.

Segundo Badinter (1993), atualmente, assim como aconteceu no passado, os jovens não podem esquivar-se do processo de diferenciação masculina, que só é efetivado a partir do distanciamento da mãe e da adesão a outro modelo de identificação. Para que a reconciliação aconteça, de fato, nenhuma das duas partes pode ser eliminada, o homem adulto precisa reencontrar-se com a sua feminidade original: “É verdade que o homem reconciliado não é educado no desprezo e no medo do feminino que caracterizavam a educação de seu avô. Por isso, aliás, o reencontro é menos difícil e dramático que outrora” (BADINTER, 1993, p. 165).

Além disso, para o nascimento desse homem reconciliado, é preciso que aconteça uma revolução paternal. Essa renovação, porém, precisará de muitas gerações para ser concretizada, uma vez que ela depende de uma transformação substancial das mentalidades e, também, de uma significativa mudança nas condições da vida privada e profissional masculina. Isso não quer dizer, porém, que a paternidade e as relações entre pais e filhos não tenham sofrido grandes modificações ao longo dos séculos.

3.4 O “Filho do homem”³⁷? - O renascimento ou o crepúsculo dos pais

A paternidade tornou-se uma questão bastante polêmica. Os pais de hoje são radicalmente diferentes dos de ontem. Além dos pais típicos, aqueles que vivem sob o mesmo teto da esposa e dos filhos, surgiram outros modelos de pais: os separados ou divorciados, os homossexuais e, ainda, aqueles que se responsabilizaram sozinhos pela criação dos filhos. Os especialistas em família proclamam o renascimento ou o crepúsculo dos pais, entretanto, esboçar um retrato do pai tradicional na atualidade tornou-se uma tarefa quase impossível de ser realizada, em razão da pluralização dos referenciais paternos (Badinter, 1993).

Conforme Nolasco (1995), entre os mais diversos temas relacionados às modificações no comportamento masculino, a paternidade ocupa uma posição de destaque, visto que é em torno dela que se instaura a principal direção de mudança: “A paternidade, portanto, mantém a discussão sobre o *novo homem* a partir de reflexões feitas sobre o *novo pai*” (NOLASCO, 1995, p. 149, grifos do autor). Esse novo pai do qual fala Nolasco (1995) teve sua edificação embasada no silêncio e na ausência dos homens das gerações anteriores que não demonstravam interesse em estabelecer nenhum tipo de ligação emocional ou afetiva com seus filhos, já que suas vidas não estavam centradas nem nas demandas familiares, nem no ambiente doméstico e privado, mas sim na vida profissional e na esfera pública.

O surgimento de um novo tipo de paternidade está diretamente relacionado ao fim do patriarcado. O *homem reconciliado* não apresenta semelhanças com o modelo paterno de outrora. Aquela imagem do pai autoritário, que representa a lei, que está sempre distante e que deixa os filhos aos cuidados exclusivos da mãe

³⁷ A expressão “Filho do homem” aqui utilizada faz referência ao título do capítulo 116 da obra *Dom Casmurro* (2010), de Machado de Assis.

começou a sofrer modificações a partir do momento em que o sistema patriarcal entrou em declínio na sociedade e que estudos sobre a importância do papel masculino na educação dos filhos começaram a ganhar espaço no meio acadêmico, especialmente, nos Estados Unidos: “O desaparecimento progressivo do patriarcado e as pesquisas empreendidas nos últimos vinte anos fizeram surgir uma imagem bem diferente dos pais e de suas funções, sobretudo em relação ao filho” (BADINTER, 1993, p. 171).

A maior parte das pesquisas que adotavam a função paterna ou o processo de construção da paternidade como objeto de estudo tinha como prioridade uma busca por modificações no relacionamento entre pais e filhos e, ao mesmo tempo, uma ruptura com aquele modelo tradicional de pai que o vinculavam, invariavelmente, à autoridade, à rigidez, à frieza, à disciplina e ao poder, distanciando-o das verdadeiras necessidades dos filhos e de uma relação mais próxima, amorosa e cúmplice com eles. Esse estereótipo do pai típico está sendo desconstruído pelos estudos masculinos na atualidade. Essas pesquisas indicam: “os descaminhos e carências vividos por uma legião de filhos e podem ser pensadas como expressões de relações em que o pai é alguém omissos e distante afetivamente” (NOLASCO, 1995, p. 150).

Segundo Mary Del Priore, no artigo “Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX” (2013), os discursos e as imagens referentes à paternidade são inúmeros e contraditórios e podem tanto transformá-lo numa divindade, quanto numa autoridade protetora. Na opinião da autora, é preciso compreender que a função paterna é frágil e que reconstituir o papel do pai, ao longo dos anos, é muito difícil, uma vez que pressupõe a unificação de um objeto por meio de olhares diferentes:

E se trata de observar mudanças. Mudanças, pois a construção do sentimento do que chamaríamos ‘paternidade’, ou seja, o ‘estado ou qualidade do pai’ estava em curso na primeira metade do século XIX. Modelada por múltiplas circunstâncias econômicas, culturais e sociais, a sensibilidade do genitor diante dos filhos não foi a mesma ao longo do tempo. Suas funções e imagem também se modificaram. A começar pelo sentido da palavra ‘pai’ (PRIORE, 2013, p. 154).

Se no início do século XVIII o termo “pai” possuía um longo verbete no dicionário que o aproximava de uma divindade, em meados do século XIX o

vocábulo era bem mais simples e reduzido e definia “pai” como o indivíduo que fez filho ou filha, ou seja, “o pai sagrado declinava à medida que emergia o século da razão e da ciência” (PRIORE, 2013, p. 154). E um dos principais motivos para esse declínio é que enquanto o Pai Eterno era uma figura onipresente, o pai humano era, quase sempre, uma figura bastante ausente. Em contrapartida a esse esvaziamento da função paterna, a maternidade passou a ser cada vez mais “sacralizada” pela sociedade (Nolasco, 1995).

A paternidade está sujeita aos mais diversos focos de discussão e pode ser apreendida como uma maneira de inserir os homens na sociedade, contribuindo, dessa forma, para a consolidação do “processo de construção do modelo de identidade”: “Homem, masculino e pai são qualificações que definem um modo de inserção do sujeito na cultura da qual ele faz parte, mesmo que sejam meras ficções sutis, utilizadas para controle e normatização da subjetividade dos indivíduos” (NOLASCO, 1995, p. 150-151).

De acordo com Nolasco (1995), essas três qualificações – homem, masculino e pai – quando somadas estabelecem o modelo, ou melhor, o padrão de comportamento que deve ser observado e reproduzido pelos homens na sociedade. As expressões “*bom pai*”, “*pai honrado*” e “*pai provedor*” adicionadas àquela imagem estereotipada do masculino, isto é, virilidade, objetividade, atitude, racionalidade, entre outras, reforçam, ainda mais, o modelo de autoridade e poder que deve ser desempenhado pelos homens.

Além disso, a grandiosidade atribuída à função materna e a exaltação da figura da mãe na sociedade relegam a figura paterna a uma condição de inferioridade no âmbito familiar. Ao ser preterida a uma posição sem expressividade ou, até mesmo, sem importância, a paternidade dissipa-se frente à magnitude conferida à maternidade em nossa cultura e, então, numa vã tentativa de equiparação com o ofício da mãe, ela traveste-se de uma representação temível e grandiosa, como Urano, Crono e Zeus, exemplos mitológicos de pais devoradores, sedentos de poder e que não dão atenção aos próprios filhos.

Nas palavras de Nolasco (1995, p. 154): “reforçar a imagem da mãe grandiosa e acolhedora é fortalecer a de um pai eminentemente autoritário e castrador, com o qual não se consegue dialogar”. Desse modo, para que a concepção desse estereótipo do pai destruidor, tirano e castrador seja constituída e

nutrida no imaginário social, é necessário, primeiramente, engrandecer, honrar ou, até mesmo, sacralizar a função materna:

As ações do cotidiano reforçarão essas representações, na medida em que a 'retirada' do pai da cena cotidiana potencializará os atributos da mãe, engrandecendo-a. Diante do esvaziamento da paternidade, as referências afetivas passam a ser definidas, inicialmente, no cotidiano, por meio dos cuidados físicos e das primeiras necessidades emocionais, das quais o pai, pelas atribuições que recebe, está excluído. Todavia, aquele que publicamente é representado por um 'super-homem' recebe na esfera doméstica uma atribuição do mesmo calibre: *pai protetor e provedor material*, reforçando o estereótipo masculino (NOLASCO, 1995, p. 154, grifos do autor).

Nos primeiros anos de colonização do Brasil, ainda que distante, o pai desfrutava de uma imagem forte, de dominação, de comando e de poder. Era ele o responsável por estabelecer a lei e a ordem dentro de casa, era o chefe da família e a ele cabia "a transmissão de valores patrimoniais, culturais e o patronímico que assegurariam à criança sua passagem e, depois, sua inclusão na sociedade" (PRIORE, 2013, p. 155). A paternidade era, nesse período, mais uma oportunidade que os homens tinham de demonstrar sua autoridade, sua força e sua competência e, de maneira geral, seu papel limitava-se a oferecer conforto material à prole. Foi, somente, no período do Renascimento que preocupações com o papel masculino e as atribuições paternas na educação dos filhos começaram a se delinear.

Na primeira metade do século XIX, já era possível notar as primeiras transformações significativas ocorridas na essência da paternidade. Aquele pai tirano e ausente agora dava lugar a um pai mais amoroso e presente e a relação de brutalidade e ignorância com os filhos, muito comum durante o Antigo Regime, foram substituídas pela criação de laços afetivos e cuidados com seus rebentos. O sangue e a linhagem deixaram de ser os fatores determinantes para a paternidade que se converteu no produto do desejo ou da vontade masculina: "O homem deixava de ser simplesmente um genitor, para responsabilizar-se pelo amor à criança e o bem da família" (PRIORE, 2013, p. 174).

A imagem autoritária do pai começou a sofrer um declínio efetivo a partir dos anos 1970 ou 1980. A intervenção do Estado que por meio de leis esvaziou o poder do patriarca também contribuiu para o fim desse modelo tradicional de paternidade, embora muitas características do *pater familiae* ainda subsistam, mas agora,

dividindo espaço com novos modelos de paternidade: “o pai divorciado, homossexual, viúvo, migrante, adotivo, ausente, enfim, novas realidades para uma nova ordem social” (PRIORE, 2013, p. 182). A construção da identidade paterna passa a ser feita diariamente.

Modificações profundas na estrutura da sociedade ocasionadas, sobretudo, pela decadência do patriarcado e pelas conquistas do Feminismo contribuíram para a consolidação do papel do pai. O autoritarismo do patriarca já não é mais o único responsável pelo equilíbrio familiar, muito pelo contrário, responsabilidade, zelo e afeto são características esperadas de um pai para que ele possa dar bom encaminhamento à criança, até sua maturidade e emancipação.

Até mesmo a função de provedor material deixou de ser uma exclusividade paterna, já que as mulheres também passaram a contribuir financeiramente para o sustento da família, a partir de sua inserção no mercado de trabalho. Conforme Priore (2013), três fenômenos contemporâneos podem explicar os conceitos que caracterizam a nova paternidade:

as modificações nas formas de casamento e nos tipos de família; mudanças no direito da família e dos filhos; e os rápidos progressos das ciências biomédicas. De ‘patriarcal, a família tornou-se conjugal, limitada ao pai, mãe e filhos. Se no início o pai detinha todos os poderes paternos e conjugais, pico de uma pirâmide nas quais filhos e mãe constituíam a base, as posições se modificaram. Hoje, no alto do triângulo encontram-se os filhos. Numa lateral encontram-se os pais e, na outra, o mediador entre pais e filhos: o Estado. Os ‘direitos’ paternos foram substituídos por ‘deveres’. Não estamos numa sociedade sem pais. Mas, sim, numa que reorganiza as funções paternas (PRIORE, 2013, p. 182).

Na opinião de Priore (2013) a redução verificada no papel paterno não foi pequena. A autoridade na família ainda existe, contudo, ela agora precisa ser compartilhada com a mãe. A autora enfatiza, ainda, que o ofício de ser pai não é natural, uma vez que a paternidade precisa de uma elaboração psíquica para ser desenvolvida e, assim como as masculinidades, as paternidades também são plurais e variam conforme o momento histórico e a sociedade na qual o pai está inserido. Cada sociedade: “marca por um nome e um rito o espaço dos seus. Esse lugar significa a culturalidade da função paterna [...] que se vai construindo ao longo do tempo, feita de rupturas e permanências, de valores novos e outros tradicionais” (PRIORE, 2013, p. 184).

Para Nolasco (1995) a paternidade ainda tem servido como um espaço de tensões, competições e distanciamentos entre pais e filhos e a consciência que os homens têm a respeito da paternidade é menor do que a percepção que eles têm sobre si mesmos. De qualquer maneira, não tomar conhecimento das representações e significados outorgados à função paterna é, de certa forma, como “deixar-se conduzir por situações ansiogênicas, referidas à história anteriormente vivida com o pai, em que aquele que hoje vive a paternidade sucumbe aos fantasmas da relação com um pai ausente” (NOLASCO, 1995, p. 156).

Para reverter esse quadro, é necessário fazer com que a paternidade dê sentido à vida dos homens, visto que, desse modo, “ela pode servir de fio condutor para experiências vivas e plenas de encontro com os filhos, que possibilitarão descobertas e crescimento” (NOLASCO, 1995, p. 159). Diante desse cenário e no intuito de dar início a uma reestruturação da paternidade, os homens foram encorajados, a partir de meados da década de 1980, a participar do parto e a assistir de perto ao nascimento de seus filhos.

Nolasco (1995) preconiza, ainda, que os homens deveriam ser mais participativos na vida dos filhos, mesmo antes do seu nascimento. Acompanhar de perto a gravidez e as transformações no corpo da mulher e demonstrar comprometimento com o processo de gestação da criança são atitudes fundamentais para a construção de uma paternidade saudável:

devemos considerar que o vínculo mãe-filho não é uma fortaleza impenetrável, mas para que não seja único, é importante que durante noites e dias o bebê possa sentir, em seu cotidiano, que o calor do pai que lhe toca o corpo é particular e diferenciado do da mãe (NOLASCO, 1995, p. 166).

Para a construção desse novo pai, ou melhor, de um bom pai, Badinter (1993) propõe que os homens transitem entre a maternagem e a paternagem. Segundo a autora, o processo de maternagem, contrariando as tradições cultural e linguística, não tem sexo. Sendo assim, durante os primeiros meses de vida da criança, o homem deve desempenhar a função de um “pai-mãe” ou de uma “mãe masculina” para ajudar a suprir as necessidades do bebê.

A única forma de se aprender a maternar é através da experiência prática e tanto os homens, quanto as mulheres aprendem mais rapidamente quando eles tiveram um exemplo nas suas famílias, ou seja, quando seus próprios pais foram

maternais. Também a qualidade da maternagem é uma questão de oportunidade: “Mais que de uma diferença de gênero, a maternagem de um homem ou de uma mulher depende muito da infância de cada um, ou de circunstâncias externas, que nada têm a ver com a fisiologia” (BADINTER, 1993, p. 179).

O pai deve lançar mão de toda sua feminidade original para poder cuidar bem de seu bebê. Ele precisa encarar o retorno do “feminino primário” de sua mãe e a recordação, ainda que inconsciente, da fusão com a sua masculinidade. A maternagem será mais eficiente à medida que o homem conseguir reviver as relações iniciais com sua mãe. Quanto mais se deixar levar pela feminidade, maior será a intimidade com o filho e melhor pai será: “O pai pode, como a mãe, estabelecer uma verdadeira relação simbiótica com seu bebê. Com a condição de saber adormecer a sua masculinidade tradicional”. A autora vai ainda mais longe ao concluir que: “Só são bons genitores aqueles que sabem jogar com a bissexualidade” (BADINTER, 1993, p. 179).

Várias diferenças podem ser apontadas entre as maternagens masculina e feminina. Badinter (1993) assevera, porém, que uma idiosincrasia da maternagem paterna merece especial atenção: o pai comporta-se de forma diferente com o menino e com a menina, principalmente, depois que as crianças completam o primeiro ano de vida:

Ao contrário da mãe, que trata o menino e a menina da mesma maneira, o pai se preocupa mais com a virilidade do seu bebê homem. Não só tende a passar mais tempo brincando com ele, como encoraja as atitudes viris, como a atividade física, a independência, a curiosidade, enquanto é mais carinhoso com a filha, na qual estimula as características femininas: doçura, passividade, tranquilidade... (BADINTER, 1993, p. 180).

Esse novo modelo de pai apresenta algumas vantagens, em particular, para os filhos do sexo masculino. A primeira delas é que não haverá mais a necessidade de separar o menino da mãe ou de submetê-lo a rituais bárbaros ou, até mesmo, cruéis para que ele possa construir sua identidade masculina. A segunda é que os meninos serão poupados dos sofrimentos e das dores da masculinização, visto que ela será menos evidente e diferenciada do que era anteriormente e que eles terão um contato mais estreito com o pai desde o seu nascimento. O processo de

masculinização será centrado nas “diferenças sutis” que serão tão importantes no futuro, quanto o dualismo oposicional o foi outrora.

Depois dos primeiros anos de vida da criança, é necessário que o pai mobilize toda a sua masculinidade para transmiti-la ao filho. Ele deve fazer uso da sua bissexualidade para poder transitar do “pai-mãe” para o “pai-mentor”. Essas duas etapas são tão importantes, quanto necessárias para o processo de construção da paternidade. O problema, de acordo com Badinter (1993), é que, até o momento, são poucos os pais que conseguiram cumpri-las.

A principal consequência da revolução paternal, que trará preocupações para as futuras gerações, é o surgimento de uma nova masculinidade que será mais sutil e diversificada. Essa nova masculinidade, contudo, implica num relacionamento mais democrático dos casais e, também, demanda que as mulheres abram mão da sua hegemonia materna, permitindo que os homens cumpram seu papel de pai em condições de igualdade: “Até agora, as instâncias dirigentes das sociedades ocidentais ainda não compreenderam que uma mulher equivale a um homem, e menos ainda que um pai equivale a uma mãe” (BADINTER, 1993, p. 182).

A transição do “pai-mãe” para o “pai-mentor”, processo denominado de “dupla paternidade” por Badinter (1993), precisará de tempo para ser concretizado e, portanto, a *reconciliação* masculina ficará pendente. Isso não quer dizer, porém, que mudanças nas masculinidades não sejam possíveis. O *homem duro* e o *homem mole* são, apenas, estereótipos que não dão conta da diversidade de modelos de masculino existentes na sociedade. Sempre existiram (e vão continuar existindo) homens de coragem que se recusaram a seguir os padrões impostos. Contrariar o modelo socialmente dominante de masculinidade: eis aí o grande desafio dos homens e dos pais na atualidade.

3.5 “A polêmica”³⁸: Crise da masculinidade?

Afastar-se dos padrões normativos socialmente impostos e assumir uma identidade masculina mais equilibrada, mais próxima do *homem reconciliado* proposto por Badinter (1993) e, até mesmo, mais feminilizada ou seguir à risca os modelos de masculinidades tradicionais? Essa dúvida tem sido motivo de grande

³⁸ A expressão “A polêmica” aqui utilizada faz referência ao título do capítulo 90 da obra *Dom Casmurro* (2010).

angústia para os homens, a partir da segunda metade do século XX, e tem contribuído para agravar esse cenário instável denominado, por alguns autores, de “crise da masculinidade”, embora sua existência não seja consenso entre os pesquisadores dos estudos masculinistas.

Os autores que defendem a existência da crise (BADINTER, 1993; NOLASCO, 1995; CECCARELLI, 1997, entre outros) alegam que ela seria um reflexo das conquistas obtidas pelas mulheres, por meio do movimento feminista, a partir de meados da década de 1960. Tal fato teria levado os homens a buscar uma nova referência de masculinidade que fosse mais adequada ao seu contexto sócio-histórico e que levasse em conta também as suas subjetividades. Essa, entretanto, não foi a única crise masculina da história. De acordo com Badinter (1993), já haviam acontecido outras crises, a primeira nos séculos XVII e XVIII, teve lugar na França e na Inglaterra, ao passo que a segunda, na virada do século XIX para o XX, ocorreu na Europa e nos Estados Unidos.

Esses conflitos identitários precedentes tiveram lugar nos países de civilização mais avançada (nos quais as mulheres gozavam de maior liberdade) e expressavam uma necessidade de modificações nos valores dominantes, além de serem subsequentes a inquietações ideológicas, sociais ou econômicas. Essas crises tiveram reflexos na organização familiar e profissional das sociedades. Existem, contudo, diferenças importantes entre as duas crises anteriores e a contemporânea: enquanto as crises antecedentes serviram para questionar os valores que imperavam, até então, a mais recente tem colocado em xeque os modelos de masculinidades e a construção da identidade masculina:

Mas o que distingue as duas crises precedentes daquela que hoje conhecemos é que elas tinham um caráter socialmente limitado. Nos séculos XVII e XVIII, a crise só concerne às classes dominantes, ou seja, à aristocracia e à burguesia urbana. Mais extensa e mais profunda no final do século XIX, a inquietação masculina encontrará exutórios sucessivos nas duas grandes guerras mundiais (BADINTER, 1993, p. 11).

A despeito das controvérsias sobre a existência ou não de uma crise da masculinidade, levamos em consideração aqui os argumentos de Stuart Hall (2003) acerca da “crise de identidade”. Hall (2003) apresenta uma posição simpática à ideia de que as identidades modernas estão sendo fragmentadas ou descentradas. O

autor argumenta que uma mudança estrutural transformou as sociedades no final do século XX e que isso fragmentou os cenários culturais, não apenas, do gênero, mas também de classe, da sexualidade, da etnia e da nacionalidade que, anteriormente, tinham servido para nos situar como indivíduos sociais:

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um 'sentido de si' estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma 'crise de identidade' para o indivíduo (HALL, 2003, p. 9).

Kobena Mercer (1990), citado por Hall (2003), afirma que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p. 43 apud HALL, 2003, p. 9). Conforme Badinter (1993), nas sociedades patriarcais, os grandes questionamentos são sempre suscitados pelas mulheres e isso pode ser prontamente explicado pelo “*status* privilegiado” de que os homens dispõem nesse sistema social. Em contrapartida, os homens, em sua maioria, reagem com hostilidade ao movimento de emancipação feminino.

De fato, as conquistas do movimento feminista, que proporcionaram maior liberdade às mulheres, somadas à conseqüente decadência do sistema patriarcal nas sociedades ocidentais, serviram de estopim para o mal-estar e para a incerteza dos homens, uma vez que acarretaram na perda da estabilidade da identidade masculina que, até esse momento, não havia sido questionada ou, nem mesmo, ameaçada em sua soberania.

Bento Santiago, objeto de estudo deste trabalho, não presenciou, propriamente, o desenvolvimento de nenhuma das três crises supracitadas, todavia, é possível afirmar que ele vivenciou sua própria crise de masculinidade. Durante a infância e a adolescência, o menino Bentinho adotou um modelo de masculinidade mais feminilizado, no qual abundavam características que são, geralmente, associadas ao feminino como emoção, sensibilidade e submissão. Já na vida adulta, Santiago apresenta-se como um homem arrogante, ríspido e insensível.

Na obra *O Otelo brasileiro de Machado de Assis* (2008), Helen Caldwell afirma que Bento Santiago leva o leitor a concluir que a traição de sua amada

esposa e de seu melhor amigo agiu sobre ele “transformando o gentil, amável e ingênuo Bentinho no duro, cruel e cínico Dom Casmurro” (CALDWELL, 2008, p. 29). A transformação de Bentinho em Casmurro, no entanto, é um processo gradativo, fruto das dúvidas e incertezas do personagem. Dúvidas essas que não estão relacionadas à infidelidade de Capitu e de Escobar, mas sim às masculinidades por ele adotadas e à construção de sua identidade.

4 “O MENINO É O PAI DO HOMEM?”³⁹ – DE BENTINHO A CASMURRO⁴⁰

Bento Santiago é o narrador-protagonista de um dos maiores clássicos da literatura brasileira, o romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, publicado pela primeira vez no ano de 1900. Joaquim Maria Machado de Assis (1839 – 1908), nascido no Rio de Janeiro, é considerado por críticos e leitores um grande conhecedor das profundezas da alma humana, haja vista, as análises psicológicas de seus personagens, uma das características mais marcantes de sua produção literária. Além disso, através de suas narrativas “conhecemos a emergência firme e consistente de um intelecto, de uma concepção da obra literária e do papel do artista no progresso humano” (CALDWELL, 2008, p. 218-219).

Sua vasta produção é composta por poemas, ensaios críticos, peças, contos, crônicas e romances. Várias de suas obras já foram traduzidas e publicadas em diversos países, alcançando também o reconhecimento de críticos e leitores estrangeiros. Nas palavras da pesquisadora norte-americana Helen Caldwell (2008): “Os brasileiros possuem uma joia que deve ser motivo de inveja para todo o mundo, um verdadeiro Kohinoor⁴¹ entre escritores de ficção: Machado de Assis” (CALDWELL, 2008, p. 11).

Dom Casmurro é uma obra complexa que permite ou, até mesmo, exige múltiplas leituras e, como bem pontuou Cancelier (1989), ela vale por si mesma, é completa e ampla, apesar de indeterminável e indefinível, visto que pode ser submetida aos mais variados enfoques analíticos: “É, portanto, narrativa inesgotável quanto ao seu foco de interesse e às suas características estruturais” (CANCELIER, 1989, p. 125). Tais fatores contribuem para que o romance publicado há mais de um século esteja, ainda hoje, entre os mais lidos, discutidos e estudados da nossa literatura. Caldwell (2008) vai ainda mais longe ao afirmar que “*Dom Casmurro* é a obra-prima de Machado de Assis e a estrela mais brilhante na galáxia da literatura brasileira” (CALDWELL, 2008, p. 215).

Para Roberto Schwarz (1997), Machado de Assis foi um escritor de vanguarda e a distância que o separava de seus contemporâneos era muito grande.

³⁹ “O menino é o pai do homem” é um verso de William Wordsworth (1770-1850), que foi transformado em título do capítulo XI do livro de Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado originalmente em folhetins, a partir de março de 1880.

⁴⁰ Optamos por ordenações curtas nesse capítulo, em referência à estrutura da obra *Dom Casmurro*.

⁴¹ Diamante indiano, famoso por seu tamanho, que pertence ao tesouro britânico.

Uma das principais evidências desse pioneirismo de Machado é o livro *Dom Casmurro*. O romance possui uma organização narrativa tão intrincada que Schwarz (1997) sugere que sejam feitas três leituras sucessivas da obra:

uma, romanesca, onde acompanhamos a formação e decomposição de um amor; outra, de ânimo patriarcal e policial, à cata de prenúncios e evidências do adultério, dado como indubitável; e a terceira, efetuada a contracorrente, cujo suspeito e logo réu é o próprio Bento Santiago, na sua ânsia de convencer a si e ao leitor da culpa da mulher” (SCHWARZ, 1997, p. 10).

Desse modo, para melhor analisarmos a construção identitária e as masculinidades de Bento Santiago até sua completa transformação em Dom Casmurro, levaremos em conta, sobretudo, a terceira recomendação de leitura de Schwarz (1997), isto é, faremos a leitura na contracorrente da narrativa, transferindo o centro de atenção, que o narrador tenta, de todas as formas, manter em Capitu, para o próprio protagonista da trama e nosso objeto de estudo. Vamos ao capítulo, ou melhor, a análise!

4.1 “Aceito a teoria”⁴² – o contexto da constituição identitária de Bentinho

O processo de metamorfose identitária que transformou Bentinho em Dom Casmurro foi lento e gradual e essa transmutação foi influenciada por vários acontecimentos e também por pessoas que fizeram parte da vida do personagem. Conforme vimos no capítulo anterior dessa dissertação, a formação das identidades e das masculinidades abrange fatores tanto externos, quanto internos - psicológicos, sociais, culturais, temporais, etc. A virilidade não é inerente ao indivíduo, pelo contrário, ela “deve ser construída, digamos, ‘fabricada’. O homem é, portanto, uma espécie de *artefato* e, como tal, corre sempre o risco de apresentar defeito. Defeito de fabricação, falha na maquinaria viril, enfim, um homem frustrado” (BADINTER, 1993, p. 4, grifos da autora).

O procedimento de aquisição da identidade é bastante complexo e, conforme Badinter (1993, p. 33), “comporta uma relação positiva de inclusão e uma relação negativa de exclusão. Nós nos definimos pelas semelhanças com algumas pessoas e as diferenças com outras”. Diante disso, precisamos ponderar o contexto no qual

⁴² A expressão “Aceito a teoria” faz referência ao título do capítulo 10 da obra *Dom Casmurro* (2010).

as masculinidades de Santiago foram constituídas ou “fabricadas”, como no dizer de Badinter (1993), bem como verificar as influências positivas e negativas que receberam. “Abane a cabeça, leitor; faça todos os gestos de incredulidade” (ASSIS, 2010, p. 85), mas antes de nos focarmos em Bentinho e de evocarmos aquela “célebre tarde de novembro”, precisamos voltar nossa atenção para os outros personagens que compõem o romance e que fazem parte do estreito círculo de relações de Bento Santiago.

4.1.1 “O agregado”⁴³ – o homem parasita

José Dias é o agregado da família Santiago. Não era parente de sangue, mas vivia com a família há muitos anos, convidado por Pedro de Albuquerque Santiago, pai de Bentinho, depois que ele apresentou-se em sua fazenda como médico homeopata e curou dois de seus empregados de uma febre que estava assolando a região. Como José Dias recusou-se a receber qualquer remuneração, foi convidado a ficar na fazenda morando com a família. Ele aceitou dizendo que voltaria dali a três meses, mas voltou em duas semanas e continuou com os Santiago mesmo depois de ter confessado que não era médico: “Não foi despedido, como pedia então; meu pai já não podia dispensá-lo. Tinha o dom de se fazer aceite e necessário; dava-se por falta dele como de pessoa da família” (ASSIS, 2010, p. 27).

O relacionamento entre José Dias e a família Santiago pode ser comparado, de forma alegórica, com a relação de simbiose existente entre as plantas epífitas e seu hospedeiro. As epífitas são espécies vegetais que crescem sobre outras plantas ou árvores, utilizando-as como suporte e que mantêm com o hospedeiro uma relação de simbiose, ou seja, uma associação na qual ambos contribuem para a sobrevivência um do outro; há uma troca de benefícios, sem que nenhuma das partes seja prejudicada. A função do agregado na família era fazer companhia, ser parceiro no jogo de gamão, aconselhar, citar, explicar, opinar, bajular, divertir, etc. Além disso, ele também desempenhava o papel de “protetor da família Santiago” (CALDWELL, 2008, p. 65). Em contrapartida, ele recebia “casa e comida sem outro estipêndio, salvo o que quisessem dar por festas” (ASSIS, 2010, p. 26).

⁴³ Em referência ao título do capítulo 5 da obra Dom Casmurro (2010).

Em alguns momentos, porém, essa relação torna-se parasitária. As plantas parasitas são aquelas que se alimentam da seiva de seu hospedeiro, retirando dele todos os nutrientes que precisam para sobreviver, sem que haja, no entanto, reciprocidade. José Dias tinha consciência da influência que exercia sobre dona Glória e sabia tirar proveito disso, como, por exemplo, quando denuncia o possível namoro entre Bentinho e Capitu, fazendo com que a matriarca tomasse a resolução de mandar o filho para o seminário o quanto antes. Pouco tempo depois, contudo, ele muda de ideia e resolve ajudar Bentinho a escapar do seminário, motivado pela possibilidade de acompanhá-lo na viagem à Europa, caso ele conseguisse trocar o celibato pela faculdade de Direito. O próprio Santiago nos faz uma advertência sobre o caráter do agregado: “não lhe suponhas alma subalterna; as cortesias que fizesse vinham antes do cálculo que da índole” (ASSIS, 2010, p. 27).

Na opinião de Caldwell: “José Dias resume e simboliza a mediocridade e superficialidade de Dona Glória e seu círculo” (CALDWELL, 2008, p. 73). Não obstante, o conflito do agregado começa com o mal em vantagem, mas, no final, o bem prevalece. Ele surge, inicialmente, como um “mediocre calculista” preocupado consigo mesmo, um “criador de caso”, mas, ao longo da narrativa, ele transforma-se e “seus interesses pessoais cedem passagem prioritariamente a sua dedicação aos Santiago e a Capitu. Sua derradeira vontade é ver ‘o céu azul’ – o que o identifica definitivamente com o bem, a vida, o amor” (CALDWELL, 2008, p. 149).

José Dias desempenha um papel importante na narrativa, pois, ainda que intencionalmente, ele “faz um bom trabalho em despertar os impulsos sexuais adolescentes de Santiago e direcioná-los a um objeto” (CALDWELL, 2008, p. 24). Não obstante, o agregado era uma figura que beirava à vulgaridade, um homem submisso, não somente à matriarca, mas também a Bentinho e aos outros membros da família; não tinha uma profissão, nem mesmo salário, contentava-se, apenas, com os tostões que recebia, ocasionalmente, de dona Glória; passava a maior parte de seu tempo em casa, ou seja, no ambiente doméstico ou privado que, até então, era considerado um território feminino.

Em outras palavras, José Dias contraria o padrão de masculinidade hegemônica que vigorava na segunda metade do século XIX: o do homem patriarcal. Tal homem deveria ser forte, viril, dominador e provedor do lar, além de ativo na vida pública e, quase sempre, ausente na vida familiar e doméstica. Ao invés do modelo normativo do homem patriarcal, o agregado da família Santiago

preferiu seguir um modelo oposto que pode ser definido como o “homem parasita” que, conforme podemos apreender na obra de Machado de Assis, era um tipo comum à época, já que o autor retrata tipos como esse também em outras obras como, por exemplo, Brás Cubas, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e Cristiano Palha e sua esposa Sofia de *Quincas Borba*.

4.1.2 “Tio Cosme”⁴⁴ – o colono preguiçoso

Tio Cosme é a outra figura masculina da família Santiago. O irmão de dona Glória era também viúvo, porém, não tinha filhos. Trabalhava no foro da cidade, mas não era um profissional bem sucedido, apenas cumpria suas obrigações de forma burocrática, sem nenhum amor ao ofício: “Formado para as funções do capitalismo, tio Cosme não enriquecia no foro: ia comendo” (ASSIS, 2010, p. 28). Era um homem gordo, de olhos dorminhocos, que gostava de jogar e não era afeito a romances. Nos seus momentos de lazer ele ficava olhando a esmo ou jogava e de vez em quando contava piadas: “Contam que, em rapaz, foi aceito de muitas damas, além de partidário exaltado; mas os anos levaram-lhe o mais do ardor político e sexual. E a gordura acabou com o resto de ideias públicas e específicas” (ASSIS, 2010, p. 29).

A grande devoção religiosa de dona Glória não era partilhada pelo irmão: “Deus, para ele, é um hábito conveniente que protege seu conforto (assim como seu hábito de ir ao foro em uma besta mansa) e elimina a necessidade de ponderar o certo e o errado” (CALDWELL, 2008, p. 62). Para Caldwell (2008), tio Cosme era um homem resignado com seu insucesso que sucumbiu às regalias da vida cômoda que levava na casa da irmã: “comer, beber, jogar gamão, frequentar o clero, sua poltrona e alguns chistes inocentes. Capitu o chama de *boa vida* – isto é, uma pessoa que habitualmente segue o curso que menos interfira em seu conforto pessoal” (CALDWELL, 2008, p. 63, grifo da autora).

Comodismo, indolência e gula são as principais características de tio Cosme. Apesar de não ser uma figura tão medíocre quanto José Dias, ele também não pode ser considerado um modelo hegemônico de masculinidade. É um homem de idade avançada, com a saúde fragilizada, sem esposa ou filhos; tem um trabalho que não lhe agrada e no qual é mal remunerado; não possui uma voz de autoridade dentro

⁴⁴ Em referência ao título do capítulo 6 da obra *Dom Casmurro* (2010).

do lar e não desempenhou um papel paterno para Bentinho, durante sua infância; além disso, não foi capaz de conduzir o sobrinho adolescente na construção de suas masculinidades. Nas palavras de Caldwell (2008), tio Cosme contentou-se em assumir “o papel de um colono preguiçoso e indistinto” (CALDWELL, 2008, p. 62).

4.1.3 “D. Glória”⁴⁵ - vestígios patriarcais na construção do papel materno

A mãe de Bentinho, dona Glória, ficou viúva aos trinta e um anos, quando o filho contava, aproximadamente, quatro anos e, apesar de ser ainda uma mulher bastante jovem, optou por não se casar outra vez, algo que não era comum em meados do século XIX. Com isso, ela precisou assumir sozinha a responsabilidade de administrar a casa, a família e os bens deixados pelo falecido marido Pedro de Albuquerque Santiago. Após a viuvez, ela optou por continuar vivendo na cidade, ao invés de voltar à fazenda em Itaguaí onde tinha passado a maior parte de sua vida: “Vendeu a fazendola e os escravos, comprou alguns que pôs ao ganho ou alugou, uma dúzia de prédios, certo número de apólices, e deixou-se estar na casa de Matacavalos, onde vivera os dois últimos anos de casada” (ASSIS, 2010, p. 29).

Maria da Glória Fernandes, na ausência do marido ou de outro homem que pudesse assumir tal responsabilidade, visto que nem seu irmão Cosme, tampouco José Dias teriam competência para tanto, apropriou-se do papel de matriarca da família e encarou a situação com seriedade: “Ela passa o dia inteiro percorrendo a casa para supervisionar o trabalho de seus escravos; manda alguns deles para a rua ganhar dinheiro; compra-os e os vende” (CALDWELL, 2008, p. 63). Para Caldwell (2008), a mãe de Bentinho pode ser definida como uma mulher dinâmica, pois:

Ela não somente dirige seu corpo de escravos, como também dirige sua família e outros dependentes, com a mesma sutileza. Mas sua capacidade nos negócios não se resume aos escravos: ela investe ainda em papéis e bens imobiliários; empresta dinheiro a Escobar, mas com um pé atrás; mantém José Dias satisfeito com alguns tostões; tem uma parenta como companhia – não é preciso pagá-la, pressupõe-se (CALDWELL, 2008, p. 64).

Embora fosse uma mulher muito religiosa, inclusive sendo considerada uma santa pelos membros de sua família, dona Glória tem algumas atitudes que vão de encontro ao seu papel de cristã: além da usura que lhe é peculiar, ela também

⁴⁵ Em referência ao título do capítulo 7 da obra Dom Casmurro (2010).

obriga o filho a ir para o seminário, por causa de uma promessa feita antes de seu nascimento: “Tendo-lhe nascido morto o primeiro filho, minha mãe pegou-se com Deus para que o segundo vingasse, prometendo, se fosse varão, metê-lo na Igreja. Talvez esperasse uma menina” (ASSIS, 2010, p. 34). Depois da morte do marido, dona Glória ficou aterrorizada com a possibilidade de separar-se do filho, mas como era muito devota e temente a Deus optou por cumprir a promessa.

Desde cedo, ela esforçou-se para fazer com que o filho se afeioasse à ideia de ser padre: “brincos de criança, livros devotos, imagens de santos, conversações de casa, tudo convergia para o altar. Quando íamos à missa, dizia-me sempre que era para aprender a ser padre, não tirasse os olhos do padre” (ASSIS, 2010, p. 34). Mesmo sabendo que o filho não tinha vocação para o sacerdócio e a despeito de todo o amor que sentia por ele, ela tem medo de quebrar o juramento e ser castigada por Deus. Mais adiante, contudo, a matriarca apega-se a Capitu e passa a desejar que ela se case com Bentinho. Ela, então, desiste de cumprir sua promessa, substituindo-a por aquilo que Caldwell (2008) denominou “estratagema casuístico”.

Dona Glória, portanto, assume uma postura quase patriarcal na administração do lar e dos bens e na educação do filho, apesar de Bentinho ter sido um garoto bastante mimado e superprotegido. Com efeito, ela foi a principal referência identitária que Bento Santiago teve ao longo da infância. Ela era a voz de autoridade dentro de casa e nos negócios; ela tomava as decisões e resolvia os problemas; ela esteve mais próxima do modelo de masculinidade hegemônica do que José Dias e tio Cosme que eram, comumente, passivos e submissos à matriarca: dona Glória “como a imagem de madeira e vestes de seda de Nossa Senhora da Glória da igreja vizinha, é, por fora, uma dama cristã brasileira boa e rica, mas, por dentro, dura feito um pau, um osso duro de roer” (CALDWELL, 2008, p. 64).

4.1.4 “Capitu”⁴⁶ - a desconstrução da lógica patriarcal

Capitolina é a vizinha e amiga de infância por quem Bento Santiago se apaixonou. Contava quatorze anos no início da narrativa e, diferente do amigo, pertencia a uma família de origem humilde. Era um pouco mais alta que Bentinho, forte, cheia, usava um vestido simples de chita, já um pouco desbotado e sapatos

⁴⁶ Em referência ao título do capítulo 13 da obra *Dom Casmurro* (2010).

rasos e velhos que ela mesma consertara. Era dona de uma beleza singela, mas, ao mesmo tempo, encantadora: “Os cabelos grossos, feitos em duas tranças, com as pontas atadas uma à outra, à moda do tempo, desciam-lhe pelas costas. Morena, olhos claros e grandes, nariz reto e comprido, tinha a boca fina e o queixo largo” (ASSIS, 2010, p. 38).

Os olhos de Capitu desempenham papel importante na trama e, por isso, recebem atenção especial no decorrer da narrativa. Depois de ser alertado por José Dias sobre os olhos de “cigana oblíqua e dissimulada” de sua amiga, Bentinho resolve examiná-los com profundo cuidado para ver se a descrição do agregado tinha algum fundamento. Depois de fitá-los de perto por um longo tempo, o narrador discorda da opinião de José Dias, contudo encontra dificuldades para transformar em palavras o que viu naqueles olhos e o que sentiu ao analisá-los, mas, por fim, descreve-os da seguinte maneira:

Retórica dos namorados, dá-me uma comparação exata e poética para dizer o que foram aqueles olhos de Capitu. Não me acode imagem capaz de dizer, sem quebra da dignidade do estilo, o que eles foram e me fizeram. Olhos de ressaca? Vá, de ressaca. É o que me dá ideia daquela feição nova. Traziam não sei que fluido misterioso e enérgico, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. Para não ser arrastado, agarrei-me às outras partes vizinhas, às orelhas, aos braços, aos cabelos espalhados pelos ombros; mas tão depressa buscava as pupilas, a onda que saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me (ASSIS, 2010, p. 65).

A descrição dos olhos de Capitu resultou numa das passagens mais belas do romance, no entanto, não são apenas as características físicas da moça que chamam atenção. A futura esposa de Bentinho é inteligente, perspicaz, lúcida e equilibrada, mesmo nos momentos de crise. Além disso, era uma menina bastante madura para sua idade e dava mostras de que era uma jovem muito à frente de seu tempo. Diferente de Bentinho que se deixava levar, facilmente, pelas emoções, ela procurava dominar seus sentimentos e usava sua racionalidade para tentar encontrar uma maneira de libertar Bentinho da promessa feita por dona Glória de mandá-lo para o seminário: “Capitu refletia. A reflexão não era coisa rara nela” (ASSIS, 2010, p. 45).

Capitu era também bastante curiosa, gostava muito de aprender. Frequentara o colégio desde os sete anos e lá aprendera a ler, escrever, contar, francês, doutrina e, ainda, trabalhos manuais. Entretanto, não satisfeita apenas com os ensinamentos da escola, quis aprender a arte de fazer renda com prima Justina e, até mesmo, latim: “Se não estudou latim com o Padre Cabral foi porque o padre, depois de lho propor gracejando, acabou dizendo que latim não era língua de meninas. Capitu confessou-me um dia que esta razão acendeu nela o desejo de o saber” (ASSIS, 2010, p. 62).

Embora fosse muito jovem, “tinha já ideias atrevidas, muito menos que outras que lhe vieram depois; mas eram só atrevidas em si, na prática faziam-se hábeis, sinuosas, surdas, e alcançavam o fim proposto, não de saltos, mas aos saltinhos” (ASSIS, 2010, p. 46). Foi de Capitu, por exemplo, a ideia de intimar José Dias para que intercedesse junto à dona Glória pela libertação de Santiago do seminário. Bentinho, em princípio, reluta em aceitar a sugestão da moça, mas depois acaba convencido pelos argumentos dela e promete que vai conversar com o agregado. No relacionamento inicial entre os dois amigos, Capitu representa a razão, enquanto Bentinho a emoção.

Há, portanto, uma inversão de papéis, uma vez que, nas sociedades patriarcais, não é dado aos homens o direito de expressar emoções ou sentimentos, que são sempre associados ao feminino. Os homens devem ser duros, frios e insensíveis e a racionalidade deve ser uma de suas principais características. Em contrapartida, na segunda metade do século XIX, não era comum que as mulheres e, muito menos, as meninas tivessem liberdade para pensar, refletir ou argumentar, pois esse era o papel dos homens. Nas mulheres era incentivado o cultivo da sensibilidade, das emoções e dos sentimentos, bem como do extinto materno. Elas eram ensinadas a serem submissas aos homens e a ouvi-los, pois eles ocupavam a posição de “cérebro” da família.

Capitu, durante a adolescência, desconstrói ou inverte essa lógica patriarcal, posicionando-se como o “cérebro”, como a razão e como o ponto de equilíbrio do futuro casal. De acordo com Badinter (1993) a feminidade da menina é mais precoce e mais estável que a masculinidade do menino o que justifica a seguinte afirmação do narrador: “Capitu era Capitu, isto é, uma criatura mui particular, mais mulher do que eu era homem” (ASSIS, 2010, p. 62).

4.1.5 Seja homem - “O administrador interino”⁴⁷

João Pádua, pai de Capitu, é um homem roliço, de baixa estatura, braços e pernas curtos e as costas abauladas que lhe renderam o apelido de “tartaruga”, facultado por José Dias. Pádua é um funcionário público “empregado em repartição dependente do ministério da guerra” (ASSIS, 2010, p. 41). Não era um profissional bem remunerado, assim como tio Cosme, mas sua esposa, dona Fortunata, era uma mulher econômica e cautelosa na administração do dinheiro e, além disso, “a vida era barata” (ASSIS, 2010, p. 41). Ele amava passarinhos e possuía uma grande coleção deles, no quintal de sua casa: “Trocava pássaros com outros amadores, comprava-os, apanhava alguns, no próprio quintal, armando alçapões. Também, se adoeciam, tratava deles como se fossem gente” (ASSIS, 2010, p. 41).

Dois episódios narrados por Santiago são bastante significativos a respeito da identidade masculina do pai de Capitu. No primeiro deles, Santiago nos conta que Pádua tirou a sorte grande com um bilhete de loteria: um prêmio de dez contos de réis. Após receber o dinheiro, seus planos iniciais eram “comprar um cavalo do Cabo, um adereço de brilhantes para a mulher, uma sepultura perpétua de família, mandar vir da Europa alguns pássaros, etc.” (ASSIS, 2010, p. 41). Dona Fortunata, entretanto, tenta dissuadi-lo dessa ideia e esforça-se para convencê-lo a comprar a casa onde moram e guardar o restante do dinheiro para uma situação de emergência ou necessidade. Vendo que o marido hesita em lhe atender, ela pede ajuda a sua vizinha dona Glória que consegue, finalmente, persuadi-lo a ouvir os conselhos de sua sensata esposa.

No outro episódio, que foi, cronologicamente, anterior ao prêmio da loteria, João Pádua é designado a substituir o administrador da repartição em que trabalhava, quando este precisou viajar para o norte. Com a promoção temporária, ele passa a receber também os honorários do cargo. O pai de Capitu, porém, fica deslumbrado com sua nova condição financeira e passa a esbanjar o dinheiro, como se sua posição fosse permanente e não apenas interina: “Não se contentou de reformar a roupa e a copa, atirou-se às despesas supérfluas, deu joias à mulher, nos dias de festa matava um leitão, era visto em teatros, chegou aos sapatos de verniz” (ASSIS, 2010, p. 42).

⁴⁷ Em referência ao título do capítulo 16 da obra Dom Casmurro (2010).

Pádua permaneceu na função temporária durante longos vinte e dois meses. Quando o administrador permanente retornou de sua viagem, ele perdeu não somente o cargo e a gratificação de administrador interino, mas também a sanidade e o orgulho. Depois de deixar a repartição, ele foi até a casa de dona Glória e pediu a ela que “velasse pelas infelizes que deixava; não podia sofrer a desgraça, matava-se” (ASSIS, 2010, p. 42). A matriarca tenta dialogar, mas ele mostra-se irredutível, dizendo que não pode confessar à família tal miséria. Além disso, preocupa-se com o que vão dizer os vizinhos, os amigos e o público, ao que dona Glória responde: “Que público, Sr. Pádua? Deixe-se disso; seja homem. Lembre-se que sua mulher não tem outra pessoa... e que há de fazer? Pois um homem... Seja homem, ande” (ASSIS, 2010, p. 42).

Depois da repreensão veemente de dona Glória, ele aceita voltar para casa, no entanto, permanece calado, deprimido e cabisbaixo durante vários dias e continua a acalantar a ideia do suicídio. Dona Fortunata fica bastante preocupada e uma vez que não consegue convencê-lo a conformar-se com a situação e seguir em frente, ela solicita, novamente, a intervenção da vizinha matriarca que vai encontrá-lo à beira do poço com as seguintes palavras de ordem:

Que maluquice era aquela de parecer que ia ficar desgraçado, por causa de uma gratificação menos, e perder um emprego interino? Não, senhor, devia ser homem, pai de família, imitar a mulher e a filha... Pádua obedeceu; confessou que acharia forças para cumprir a vontade de minha mãe.
 - Vontade minha, não; é obrigação sua.
 - Pois seja obrigação; não desconheço que é assim mesmo (ASSIS, 2010, p. 42).

A respeito da exortação “seja homem”, proferida por dona Glória no episódio acima, Badinter (1993) afirma que ela é ouvida com frequência por meninos, adolescentes e homens adultos, tornando-se lugar comum na maioria das sociedades. A expressão dá a entender que o “ser homem” não é tão evidente, nem a virilidade tão natural quanto se pretende. A ordem demonstra, ainda, que a presença do cromossomo Y ou de órgãos sexuais masculinos não são suficientes para definir o macho humano: “Ser homem implica um trabalho, um esforço que não parece ser exigido das mulheres (BADINTER, 1993, p. 3).

Pádua é um homem fraco, insensato, incapaz de administrar o lar e a família com autoridade e competência e não faz nenhum esforço para “ser ou tornar-se

homem”. É a esposa, dona Fortunata, quem tenta colocar um pouco de juízo e prudência na cabeça do marido e é ela também a responsável por administrar o lar e o dinheiro da família com ajuda da filha Capitu. Quando sua sensatez não é suficiente para conter o marido, ela recorre à dona Glória que utiliza toda sua autoridade para lembrá-lo de suas responsabilidades como pai, marido e, principalmente, como homem.

De acordo com Caldwell (2008), o pai de Capitu é um homem comum, chulo, insignificante e, além disso, dado a más companhias, como frisou José Dias: “João Pádua é um daqueles brasileiros de espírito fraco governados por mulheres superiores de seu parentesco, que Machado tanto retratou” (CALDWELL, 2008, p. 75). Pádua, portanto, está no mesmo patamar de José Dias e tio Cosme: um homem que não condiz com os padrões de masculinidade patriarcais. É mandado pela mulher, expõe suas fraquezas diante de todos, deixa as responsabilidades a cargo da esposa e da filha para dedicar seu tempo a sua coleção de pássaros. E, sobretudo, precisa ser lembrado, pela vizinha matriarca, de suas obrigações como homem e pai de família. A sentença “seja homem” proferida por dona Glória, no entanto, parece não ter produzido um efeito permanente no pai de Capitu.

4.1.6 “Prima Justina”⁴⁸ e uma semente plantada

Prima Justina era também viúva, morava com dona Glória, dependia dela financeiramente e servia-lhe de acompanhante. Era uma mulher na casa dos quarenta anos “magra e pálida, boca fina e olhos curiosos. Vivia conosco por favor de minha mãe, e também por interesse; minha mãe queria ter uma senhora íntima ao pé de si, e antes parenta que estranha” (ASSIS, 2010, p. 50). Era uma mulher franca, que dizia o que pensava. Nas palavras de Caldwell (2008), prima Justina “nunca diz mais sobre alguém do que o merecido” (CALDWELL, 2008, p. 82).

A acompanhante de dona Glória alerta Bentinho a respeito das maldades e das intrigas de José Dias que está sempre a recordar a matriarca da promessa que fez antes do nascimento do filho: “Prima Glória pode ser que, em passando os dias, vá esquecendo a promessa; mas como há de esquecer se uma pessoa estiver sempre, nos ouvidos, zás que darás, falando do seminário?” (ASSIS, 2010, p. 50).

⁴⁸ Em referência ao título do capítulo 21 da obra Dom Casmurro (2010).

Ela, todavia, recusa-se a conversar com a prima, advogando em favor de Bentinho: “Isso não [...] Lá avivar-lhe a memória, não, que eu não trabalho para a desgraça dos outros; mas também, pedir outra coisa, não peço. Se ela me consultasse, bem; [...] Agora, ir falar-lhe sem ser chamada, não faço” (ASSIS, 2010, p. 51).

Apesar de ser uma personagem pouco atuante e sem grande destaque na trama de Machado de Assis, a parenta tem um papel relevante no desenvolvimento identitário do protagonista: “Se prima Justina não exerce uma influência em Santiago, pelo menos reflete um elemento pouco generoso de seu caráter: uma tendência a ver o pior de uma pessoa e a suspeitar de suas motivações” (CALDWELL, 2008, p. 81). Deveras, prima Justina plantou a semente da desconfiança no coração do Bentinho adolescente; essa semente germinou e produziu frutos no coração de Bento Santiago em sua vida adulta.

4.1.7 “O protonotário apostólico”⁴⁹ – Padre Cabral e a isenção da norma

O padre Cabral era um amigo de longa data de tio Cosme que ministrava aulas de latim para Bentinho na casa de Matacavalos. Era um homem velho, magro e sereno que apoiava a amiga matriarca em seu intento de fazer do filho adolescente um futuro sacerdote. De acordo com Santiago, o padre possuía qualidades, mas também alguns defeitos: “o mais excelso deles era ser guloso, não propriamente glutão; comia pouco, mas estimava o fino e o raro, e a nossa cozinha, se era simples, era menos pobre que a dele” (ASSIS, 2010, p. 71).

Outro defeito do professor de latim de Bentinho era a vaidade. Depois de receber o título de “protonotário apostólico”, por meio de um decreto pontifício, padre Cabral aparece bastante orgulhoso na casa de dona Glória. Todos o felicitam pelo título, embora ninguém saiba, com precisão, seu significado. O padre, então, explica que “não era propriamente o cargo da cúria, mas as honras dele” (ASSIS, 2010, p. 69), ou seja, tratava-se, apenas, de *status* e não de uma função importante, de fato. Para agradá-lo, contudo, os membros da família Santiago repetiam incontáveis vezes o título “protonotário apostólico” ou, ainda, “protonotário Cabral”, ao que ele ouvia com muito gosto.

⁴⁹ Em referência ao título do capítulo 35 da obra Dom Casmurro (2010).

Além de seu lado *gourmet* e da vaidade, o protonotário, assim como tio Cosme, era afeito ao jogo. Segundo Caldwell (2008), a narrativa de Santiago apresenta referências de que “o auge de padre Cabral se desse diante do tabuleiro de jogo” (CALDWELL, 2008, p. 81). Numa conversa entre Bento Santiago e um vigário, antigo colega do protonotário, após a morte de dona Glória, esse aspecto de sua personalidade parece receber mais destaque do que os méritos de sua vida como sacerdote:

- [...] Conheceu então o protonotário?
- Conheci-o. Era um padre modelo.
- Bom canonista, bom latinista, pio e caridoso – continuou o vigário.
- E possuía algumas prendas da sociedade – disse eu. – Lá em casa sempre ouvi dizer que era insigne parceiro ao gamão...
- Tinha muito bom dado! – suspirou lentamente o vigário. – Um dado de mestre! (ASSIS, 2010, p. 194).

De acordo com Caldwell (2008), o protonotário Cabral era “um bom espécime para fazer companhia ao tio Cosme -, um cômodo padre confessor para um cômodo senhor colonial! O sangue esmoreceu” (CALDWELL, 2008, p. 81). De fato, padre Cabral é mais um personagem que contribui para denegrir o círculo de relações sociais de dona Glória. Outro homem acomodado, sem grandes ambições, embora vaidoso e, ainda, dado ao jogo e propenso a requintes culinários. Além disso, não segue os padrões de masculinidade hegemônica da época, posto que optou pela vida sacerdotal e, como tal, está isento das obrigações masculinas. Desse modo, ele também não pode ser considerado um bom referencial da identidade masculina patriarcal para o menino Bentinho.

4.1.8 “Adiemos a virtude”⁵⁰ - Bentinho e a ausência de modelos normativos

Durante a infância, Bentinho não teve a presença paterna e, nem mesmo, alguém que pudesse representar esse papel. Nem tio Cosme, tampouco José Dias puderam exercer essa função, em parte porque não tinham filhos e, talvez, não soubessem como fazer isso, mas, sobretudo, porque preferiam evitar conflitos com dona Glória, a matriarca da família. Essa ausência, porém, pode ter interferido na

⁵⁰ Em referência ao título do capítulo 68 da obra *Dom Casmurro* (2010).

construção de sua identidade, pois, conforme Badinter (1993), para a formação do gênero masculino nas sociedades patriarcais:

[...] o genitor, ou qualquer outro homem (ou mesmo um grupo de homens) encarnando a imagem do pai, deve concluir o processo de diferenciação masculina. Trata-se sempre de ajudar a criança a transformar sua primitiva identidade feminina em uma identidade masculina secundária. No sistema patriarcal, os homens utilizaram diferentes métodos para conseguir fazer do jovem, por sua vez, um 'homem de verdade' (BADINTER, 1993, p. 69).

Bentinho, ao longo da infância e parte da adolescência, não conviveu com nenhum homem que seguisse ou, pelo menos, tentasse seguir o padrão de masculinidade hegemônica. Ele não teve sequer um referencial significativo de virilidade ou alguém que pudesse conduzi-lo na construção das suas masculinidades. Todos os homens com os quais ele teve contato (José Dias, tio Cosme, João Pádua e o protonotário Cabral) são tipos que contrariam os padrões normativos, ou seja, são fracassados profissionalmente, passivos, submissos e não exercem autoridade dentro do lar. Somente depois de entrar para o seminário é que Bentinho tem contato com o primeiro modelo de "homem de verdade", segundo os padrões patriarcais.

4.1.9 "Um seminarista"⁵¹ – surge, enfim, o modelo hegemônico

Ezequiel de Souza Escobar foi colega de Bentinho no seminário e, em pouco tempo de convivência, tornou-se seu melhor amigo. Ele era três anos mais velho que o filho de dona Glória e, diferente deste, teve a presença de figuras masculinas bastante significativas, tanto na infância, quanto no início da adolescência: "[era] filho de um advogado de Curitiba, aparentado com um comerciante do Rio de Janeiro, que servia de correspondente ao pai" (ASSIS, 2010, p. 98).

Mas essa não era a única diferença entre os dois amigos, Escobar era um rapaz seguro, independente, que tomava suas próprias decisões e lutava pelos seus interesses. Além disso, não vinha de uma família abastada como Bentinho. Ele entrou para o seminário por vontade própria, mas assim como Santiago, não tinha a intenção de seguir a carreira eclesiástica, seu plano era trabalhar no comércio. Ele

⁵¹ Em referência ao título do capítulo 56 da obra Dom Casmurro (2010).

queria, apenas, aproveitar a oportunidade de estudo, como forma de preparação para ser bem sucedido nos negócios.

Bento Santiago descreve-o como “um rapaz esbelto, olhos claros, um pouco fugitivos, como as mãos, como os pés, como a fala, como tudo (ASSIS, 2010, p. 97). Na descrição de Caldwell (2008): “Escobar é um fino espécime da raça humana: fisicamente forte e atraente, dotado de raros dons intelectuais, gentil e generoso” (CALDWELL, 2008, p. 82). Ezequiel Escobar era um homem alto e de porte atlético, em razão da prática da natação; tinha também talento para números: “sabia calcular depressa e bem. [...] Não se imagina a facilidade com que ele somava ou multiplicava de cor” (ASSIS, 2010, p. 141).

Outra competência de Escobar era a reflexão; passava muito tempo quieto, meditando. E foi assim, refletindo, que ele teve a ideia que libertou Bentinho da antiga promessa de dona Glória: “Pois bem, dê-lhe um sacerdote, que não seja você. Ela pode muito bem tomar a si algum mocinho órfão, fazê-lo ordenar à sua custa, está dado um padre ao altar, sem que você...” (ASSIS, 2010, p. 145). A amizade entre os dois ficou ainda mais estreita depois desse episódio que culminou com a saída de ambos do seminário.

Escobar foi, portanto, o primeiro referencial significativo de masculinidade com o qual Bentinho teve contato. O futuro comerciante é, na verdade, o único personagem masculino que se aproxima do modelo de masculinidade hegemônica: um próspero homem de negócios, ágil, viril, inteligente, forte, perspicaz e que soube conquistar a confiança e a amizade de Bentinho que, até o momento, não possuía nenhum outro amigo. A ingenuidade, a sensibilidade e a passividade do Bento Santiago adolescente contrastam com a sagacidade, a funcionalidade e a capacidade de ação de Ezequiel de Souza Escobar.

Com efeito, o ex-colega de seminário abriu caminho para que Bentinho encontrasse novos referenciais de masculinidade, mais condizentes com os padrões normativos da sociedade patriarcal, depois que ele deixou o seminário e foi estudar direito em São Paulo. Foi na faculdade de direito, um ambiente extremamente viril na época, que ele pôde ter contato, por um período expressivo de tempo, com diversos modelos de masculino que representavam o “verdadeiro homem patriarcal”.

“Basta de prefácio ao capítulo;” (ASSIS, 2010, p. 126) “é tempo de tornar àquela tarde de novembro, uma tarde clara e fresca...” (ASSIS, 2010, p. 30).

4.2 “Vamos ao capítulo”⁵² – Bentinho: hibridização e instabilidade identitária

Bento Santiago, já na condição de Casmurro, inicia sua narrativa, depois de explicar o título do livro e os motivos que o levaram a escrevê-lo, “por uma célebre tarde de novembro” (ASSIS, 2010, p. 23) do ano de 1857, quando ele contava quinze anos de idade. Logo na primeira cena, em que o narrador descreve a denúncia de José Dias, uma atitude de Bentinho nos chama atenção: “la a entrar na sala de visitas, quando ouvi proferir o meu nome e escondi-me atrás da porta” (ASSIS, 2010, p. 23). Ele permanece assim, escondido, para poder ouvir a conversa dos familiares a seu respeito.

Escutar a conversa alheia, fazer fofoca ou intrometer-se na vida dos outros são comportamentos, comumente, associados ao sexo feminino ou descritos como “coisas de mulher”. As mulheres, que nas sociedades patriarcais tem suas vidas limitadas ao ambiente doméstico, têm mais tempo para ocupar-se com essas coisas, enquanto os homens, quase sempre, estão ocupados com assuntos masculinos como o trabalho, a política e demais questões da vida pública. Essa atitude inicial de Bentinho, portanto, nos mostra um pouco de seu caráter ainda em formação: um garoto covarde que se deixa ficar atrás da porta ouvindo a conversa alheia, enquanto sua família discute seu futuro na sala de visitas. A covardia, porém, já o acompanhava desde a infância.

Bentinho, provavelmente por ser filho único de mãe viúva, foi um garoto bastante mimado e superprotegido; quando criança, ele praticamente não teve contato com pessoas que não fossem do seu convívio familiar ou do estreito círculo de relações sociais de sua mãe. Segundo Nolasco (2001), a partir da adesão à representação do “*homem de verdade*” como referência para a socialização dos meninos admite-se que “do ponto de vista emocional, é necessário tomar uma série de cuidados em suas vidas para que quando adultos eles se transformem nestes *tais homens*” (NOLASCO, 2001, p. 84, grifos do autor). Dona Glória, no entanto, não tomou esses cuidados, pelo contrário, ela fazia tudo para preservar, defender e manter junto de si seu adorado filho: “Unicamente, para que nos separássemos o mais tarde possível, fez-me aprender em casa primeiras letras, latim e doutrina, por aquele Padre Cabral, velho amigo do tio Cosme” (ASSIS, 2010, p. 34).

⁵² Em referência ao título do capítulo 79 da obra Dom Casmurro (2010).

De acordo com Badinter (1993), quanto mais longa, íntima e proporcionadora de prazer mútuo for a simbiose entre mãe e filho, maiores serão as chances de que o garoto torne-se feminino. E se a fusão entre mãe e filho não for interrompida pelo pai do menino, o efeito persistirá. Bentinho, porém, foi educado sem a presença do pai, que morreu quando ele tinha quatro anos: “a ausência do pai é mais carregada de consequências para seu filho quando este tem menos de cinco anos” (BADINTER, 1993, p. 68). O trecho a seguir é bastante significativo a respeito de sua infância e do modo como foi criado por dona Glória:

Posto que nascido na roça [...] e apesar dos costumes do tempo, eu não sabia montar, e tinha medo ao cavalo. Tio Cosme pegou em mim e escanchou-me em cima da besta. Quando me vi no alto (tinha nove anos) sozinho e desamparado, o chão lá embaixo, entrei a gritar desesperadamente: ‘Mamãe! mamãe!’ Ela acudiu, pálida e trêmula [...] apeou-me, afagou-me, enquanto o irmão perguntava:

- Mana Glória, pois um tamanhão destes tem medo de besta mansa?
- Não está acostumado.
- Deve acostumar-se. Padre que seja, se for vigário na roça, é preciso que monte a cavalo; e, aqui mesmo, ainda não sendo padre, se quiser florear como os outros rapazes, e não souber, há de queixar-se de você, mana Glória (ASSIS, 2010, p. 28).

Dona Glória sabia que aprender a montar era necessário para o filho, pois era costume à época, e sabia também que os garotos da mesma idade de Bentinho já praticavam a montaria com destreza; ela, entretanto, impede tio Cosme de ensiná-lo, por temer que o menino se machucasse. Bento Santiago convive com o medo, com a covardia e com a insegurança desde sua infância e, por isso, encara-os com certa naturalidade, inclusive durante a adolescência. Mas voltemos à tarde de novembro...

José Dias faz a denúncia: “Não me parece bonito que o nosso Bentinho ande metido nos cantos com a filha do *Tartaruga*, e esta é a dificuldade, porque se eles pegam de namoro, a senhora terá muito que lutar para separá-los” (ASSIS, 2010, p. 24, grifo do autor). Depois de alguma discussão sobre o assunto, dona Glória conclui que o melhor a fazer é mandá-lo logo ao seminário. Contudo, ela deixa-se dominar pela emoção e suas lágrimas confirmam a falta de convicção da matriarca no propósito de fazê-lo padre. Bentinho, então, pensa em aproveitar o momento para deixar o seu esconderijo: “Seguiu-se um alto silêncio, durante o qual estive a pique de entrar na sala, mas outra força maior, outra emoção...” (ASSIS, 2010, p. 25). Falta-lhe coragem e autocontrole para entrar na sala e aproveitar o momento de

indecisão de sua mãe para dizer a ela que não queria ser padre; ele, então, foge para a varanda com suas emoções, sem ser notado pelos familiares.

Bentinho, nesse momento, estava dominado pela emoção, sentia-se: “tonto, atordoado, as pernas bambas, o coração parecendo querer sair[-me] pela boca fora”; tudo isso em razão da descoberta que acabara de fazer: “Com que então eu amava Capitu, e Capitu a mim?” (ASSIS, 2010, p. 35). Uma das características mais tradicionais da masculinidade é a negação, ou mesmo, a ausência de sensibilidade no homem. Eles são ensinados desde pequenos a controlar suas emoções e a dissimular ou ocultar seus sentimentos.

De acordo com Grossi (2004, p. 23): “Os sentimentos, assim como todos os comportamentos humanos, não são naturais, eles são aprendidos em nosso processo de socialização”. As emoções são culturalmente determinadas e, sobretudo no sistema patriarcal, elas estão atreladas à feminilidade. Qualquer homem que demonstre uma sensibilidade um pouco mais acentuada é, imediatamente, associado ao feminino.

A denúncia feita por José Dias desestabilizou a vida de Bentinho. Ele sabia, desde pequeno, da promessa feita pela mãe, mas julgou que ela tivesse esquecido ou mudado de ideia: “Ultimamente não me falavam já do seminário, a tal ponto que eu supunha ser negócio findo. Quinze anos, não havendo vocação, pediam antes o seminário do mundo que o de S. José” (ASSIS, 2010, p. 35). No mesmo momento em que o jovem descobre-se apaixonado por Capitu, descobre também que sua mãe não desistiu da promessa de fazê-lo padre: “Em todo caso, vai sendo tempo [...]. Vou tratar de metê-lo no seminário quanto antes” (ASSIS, 2010, p. 24).

Essas revelações simultâneas converteram-no num turbilhão de emoções: “Eu amava Capitu! Capitu amava-me! E as minhas pernas andavam, desandavam, estacavam, trêmulas e crentes de abarcar o mundo. Esse primeiro palpitar da seiva, essa revelação da consciência a si própria, nunca mais me esqueceu” (ASSIS, 2010, p. 37). A partir de então, a possibilidade de ir para o seminário tornou-se um motivo de aflição e angústia para Bentinho. Depois da descoberta de que seus sentimentos por Capitu eram também correspondidos, o jovem casal une forças para encontrar uma solução para o problema e libertá-lo da promessa feita pela mãe.

Mas é Capitu quem tem as ideias; é ela quem faz as reflexões, analisa a situação e pondera os prós e os contras. Bentinho, enquanto isso, come cocadas: “Vi que, em meio a crise, eu conservava um canto para as cocadas, o que tanto

pode ser perfeição como imperfeição [...]. a minha amiga, apesar de equilibrada e lúcida, não quis saber de doce, e gostava muito de doce” (ASSIS, 2010, p. 46). Sobre esse episódio, Caldwell (2008) afirma que “Santiago é, em alguns pontos, o legítimo sobrinho de tio Cosme. Quando Capitu recusa a cocada, preocupada com o futuro do casal, Santiago come duas – a sua e a dela” (CALDWELL, 2008, p. 63).

Os padrões sociais de masculinidade impostos aos homens, bem como a necessidade de que eles deem provas constantes de sua “macheza” são discutidos e questionados por Badinter (1993). A autora argumenta que a virilidade não é tão evidente e nem mesmo tão natural; ela só é alcançada depois de um longo e doloroso percurso que, muitas vezes, é marcado por etapas ou rituais violentos que variam de acordo com a cultura na qual o sujeito está inserido. A masculinidade, portanto, precisa ser adquirida, mas o custo dessa aquisição pode ser bastante alto. “O próprio homem e aqueles que o cercam têm tão pouca confiança na sua identidade sexual que lhe exigem provas de sua virilidade. ‘Prove que você é homem’ é o desafio que o ser masculino enfrenta permanentemente” (BADINTER, 1993, p. 4).

Bentinho, entretanto, não precisou enfrentar esse doloroso e extenso trajeto em busca da afirmação de sua identidade masculina. Em parte, porque, como já foi enfatizado, ele não teve figuras masculinas significativas que lhe servissem de exemplo, que lhe ensinassem a agir, pensar e a se comportar como homem ou, ainda, que cobrassem dele evidências concretas de sua virilidade. Mas, sobretudo, porque Bentinho desfrutou de um rito de passagem bastante peculiar: para ele, o beijo trocado com Capitu foi mais do que suficiente para consolidar a sua masculinidade e comprovar a sua falta de vocação para a vida sacerdotal:

[os beijos de Capitu] Sentia-os estirados, embaixo dos meus, igualmente esticados para os dela, e unindo-se uns aos outros. De repente, sem querer, sem pensar, saiu-me da boca esta palavra de orgulho:

- Sou homem! [...]

Quando repeti isto, pela terceira vez, pensei no seminário, mas como se pensa em perigo que passou [...]; todos os meus nervos me disseram que homens não são padres (ASSIS, 2010, p. 68-69).

A falta de atitude de Bentinho é uma de suas características mais marcantes. Ele deixa sob a responsabilidade dos outros, aquilo que ele não tem coragem de fazer, como dizer a sua mãe que não quer ir para o seminário, pois não tem vocação

sacerdotal. Diante disso, Capitu aconselha-o a solicitar a ajuda de José Dias: “Não lhe fale acanhado. Tudo é que você não tenha medo, mostre que há de vir a ser o dono da casa, mostre que quer e que pode. Dê-lhe bem a entender que não é favor”. Ele, inicialmente, reluta em aceitar sua sugestão, mas depois acaba concordando com a namorada: “Prometi falar a José Dias nos termos propostos” (ASSIS, 2010, p. 47). Antes, porém, ele resolve pedir ajuda a prima Justina, que se recusa a intrometer-se no assunto e Bentinho arrepende-se de não ter seguido à risca o conselho de Capitu.

O sujeito masculino deve ser ativo. Essa é uma das principais concepções de masculinidade na cultura ocidental, segundo Grossi (2004). Homem e atividade estão diretamente relacionados. Nas palavras de Badinter (1993, p. 56): “O homem viril encarna a atividade”. Nesse sentido, homem é aquele que age, que toma providências, que chama a responsabilidade para si, que atua e produz. Bentinho, todavia, faz da passividade uma de suas principais idiossincrasias, deixando a ação sempre ao encargo de outros (ora José Dias ou Prima Justina, ora Capitu ou Escobar), enquanto a defensiva é a posição por ele adotada nas situações de conflito, como, por exemplo, quando ao conversar com sua mãe, tentou confessar-lhe que não tinha vocação para a vida sacerdotal: “Como eu buscasse contestá-la, repreendeu-me sem aspereza, mas com alguma força, e eu tornei ao filho submisso que era” (ASSIS, 2010, p. 79).

O rapaz receia enfrentar a mãe, ele não tem coragem de confessar a ela que não quer ser padre, embora tenha admitido para Capitu e, mais tarde, para José Dias, a quem pediu ajuda para convencer dona Glória a desistir da ideia de mandá-lo para o seminário: “Estou por tudo o que ela quiser; mamãe sabe que eu faço tudo o que ela manda; estou pronto a ser o que for do seu agrado, até cocheiro de ônibus. Padre, não; não posso ser padre. A carreira é bonita, mas não é para mim” (ASSIS, 2010, p. 54).

A covardia de Santiago é tão evidente, tão nítida que Capitu resolve confrontá-lo; ela pergunta a Bentinho, repentinamente, se ele tinha medo; na sua ingenuidade característica, ele alega não entender o questionamento da amiga e não responde; ela, então, afagando seu rosto, diz: “Medroso!” (ASSIS, 2010, p. 82). Ele mostra-se ofendido com a afirmação dela, mas insiste em não compreender o sentido de sua indagação, ela, então, desconversa para não se indispor com ele. Coragem, audácia, determinação e atitude são qualidades masculinas escassas em

Bentinho; em contrapartida, sobram nele algumas peculiaridades não tão masculinas. De acordo com Nolasco (2001):

Socialmente é permitido à mulher exprimir sentimentos de insegurança diante de uma situação nova e isto não a desqualifica enquanto mulher. Diferente do que ocorre com os homens, que crescem aprendendo que para se tornarem *homens de verdade* devem excluir de suas vidas a experiência e a expressão de certas emoções (NOLASCO, 2001, p. 81, grifo do autor).

Destoando dessa afirmação de Nolasco (2001), o medo, a insegurança, a sensibilidade e as emoções em Santiago, durante a adolescência, eram bastante aflorados; ele chorava facilmente e com certa frequência: “Eu, que era muito chorão por esse tempo, sentia os olhos molhados...” (ASSIS, 2010, p. 86). Quando deixou a casa de sua mãe para ir para o seminário, por exemplo: “Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva” (ASSIS, 2010, p. 88).

Mais adiante, José Dias vai buscá-lo no seminário para visitar sua mãe que estava doente, com muita febre. Durante o trajeto para casa, Bentinho desconfia da gravidade da doença de dona Glória: “Senti uma angústia grande, um nó na garganta, e não pude mais, chorei de uma vez”, ele, porém, é repreendido pelo agregado: “Enxugue os olhos, que é feio um mocinho de sua idade andar chorando na rua” (ASSIS, 2010, p. 113).

A famosa frase “homem não chora” que tem sido, incansavelmente, repetida aos meninos, desde a mais tenra idade, procura estabelecer um padrão normativo que impõe ao sexo masculino o controle de suas emoções, a qualquer custo (GROSSI, 2004). Para Bentinho, no entanto, a repreensão de José Dias não surtiu nenhum efeito, porque pouco tempo depois, ele voltou a derramar lágrimas, dessa vez, porém, por ciúmes de Capitu: “não escapei a mim mesmo. Corri ao meu quarto, e entrei atrás de mim. Eu falava-me, eu perseguia-me, eu atirava-me à cama e rolava comigo, e chorava, e abafava os soluços com a ponta do lençol” (ASSIS, 2010, p. 121).

O ciúme, a propósito, é o grande mal de Bento Santiago; é um sentimento tão grandioso, tão forte e tão intenso que turva sua visão, fazendo com que ele enxergue as situações de maneira bastante distorcida e tire conclusões absurdas e

precipitadas a respeito delas. O próprio Bentinho, inclusive, reconhece a dimensão do ciúme que ele sentia de Capitu:

[...] sentimento cruel e desconhecido, o puro ciúme, leitor de minhas entranhas. Tal foi o que me mordeu, ao repetir comigo as palavras de José Dias: ‘Algum peralta da vizinhança’. Em verdade, nunca pensara em tal desastre. [...] nunca me acudiu que havia peraltas na vizinhança [...]. Agora lembrava-me que alguns olhavam para Capitu – e tão senhor me sentia dela que era como se olhassem para mim, um simples dever de admiração e inveja. Separados um do outro pelo espaço e pelo destino, o mal aparecia-me agora, não só possível, mas certo. E a alegria de Capitu confirmava a suspeita; se ela vivia alegre é que já namorava a outro (ASSIS, 2010, p. 106).

Esse sentimento, todavia, é considerado tipicamente feminino e contraria a concepção engendrada no sistema patriarcal de “homem de verdade”. A maioria dos sentimentos humanos, como destacado anteriormente, é relacionada à identidade feminina. Para se adaptarem aos parâmetros de virilidade, os homens devem renegar suas necessidades afetivas, em detrimento da racionalidade e do autocontrole. Dessa forma, os homens são, desde cedo, ensinados, ou melhor, coagidos a controlar, disfarçar ou, até mesmo, a abrirem mão de suas emoções e sentimentos para manterem intacta sua identidade masculina. Com Santiago, entretanto, isso não acontece, pelo menos durante essa fase inicial da adolescência. De acordo com Caldwell (2008):

Santiago chama seu mal de ‘ciúme’; e o ciúme também o carcome, a ele, seu amor, sua honestidade e generosidade – todas as suas boas qualidades. Pois Santiago tinha boas qualidades; ele estava se tornando um homem, no melhor sentido da palavra. É por isso que Capitu o ama. É por isso que sentimos a tragédia de sua queda (CALDWELL, 2008, p. 92).

O excessivo ciúme de Bentinho pode ser interpretado, ainda, como um sentimento de posse em relação à Capitu, como é possível inferir através de suas próprias palavras: “tão senhor me sentia dela que era como se olhassem para mim, um simples dever de admiração e inveja.” (ASSIS, 2010, p. 106). Ou seja, ele acredita que é o dono de Capitu, como se ela fosse uma escrava e ele o seu senhor. Essa perspectiva aproxima o comportamento de Santiago dos parâmetros patriarcais, mas também, confirma a instabilidade emocional e a insegurança do personagem, particularmente, no que diz respeito à namorada.

As identidades múltiplas e instáveis apresentadas por Bentinho na primeira parte da narrativa vão de encontro ao padrão de masculinidade vigente no período. Ao longo da infância e de boa parte da adolescência, ele apresenta várias características que contrariam o modelo normativo de “homem de verdade” como, por exemplo, a sensibilidade que o levava às lágrimas facilmente, a passividade diante de situações que exigiam atitude e coragem, a dificuldade de se impor, especialmente, perante a mãe, além da insegurança com relação à Capitu, que o fazia sentir ciúmes de tudo e de todos. Caldwell (2008) descreve o Bentinho adolescente da seguinte maneira:

É um menino de quinze anos, dado a fantasias cotidianas [...]. Não há nada de rijo e bélico em Santiago – ele é até um pouco covarde, algumas vezes; basta-nos, para isso, observar a posição em que primeiro o encontramos, escondido atrás de uma porta. É cristão, católico, avesso a derramamentos de sangue, o filho único de uma viúva abastada, preso à barra da saia da mãe (CALDWELL, 2008, p. 21).

A constituição identitária do Bentinho adolescente, portanto, distancia-se do estereótipo da masculinidade hegemônica patriarcal que está baseado na dominação, no poder, na coragem e na atividade, aproximando-o de um novo modelo de masculino em que o homem é mais sensível, mais afeito à sentimentalidade e à fragilidade, ou seja, possui uma identidade híbrida, mais “feminilizada” e mais próxima da concepção moderna de masculinidade. O perfil identitário de Santiago começa a sofrer as primeiras modificações a partir de sua entrada no seminário, onde ele convive com modelos de masculinidade externos ao seu núcleo familiar, em especial, Ezequiel Escobar, com quem ele constrói uma relação intensa de amizade e cumplicidade.

4.3 “Entre luz e fusco”⁵³ – o percurso oscilante até Bento Santiago

“Entre luz e fusco, tudo há de ser breve como esse instante” (ASSIS, 2010, p. 90). A permanência de Bentinho no seminário não foi tão breve, entretanto, a experiência foi permeada de luz e sombras. Ao despedir-se da família, para dar início à vida de seminarista, José Dias pede a ele que seja paciente e “aguente um

⁵³ Em referência ao título do capítulo 51 da obra Dom Casmurro (2010).

ano; até lá tudo estará arranjado” (ASSIS, 2010, p. 92). A ideia de José Dias era que dona Glória, convencida da falta de vocação do garoto, desistisse da promessa e enviasse o filho à Europa para estudar Direito. O agregado, evidentemente, pretendia acompanhá-lo na viagem.

A mãe, contudo, não se convencia e Bentinho ia ficando. O jovem, então, pressiona o agregado, durante uma das visitas que este lhe fez no seminário: “Não quero saber dos santos óleos da teologia; desejo sair daqui o mais cedo que puder, ou já...” (ASSIS, 2010, p. 104). Nesse ponto da narrativa, o garoto já não demonstra sua peculiar insegurança ao pressionar José Dias para que tome providências no intuito de tirá-lo de lá; o agregado percebe essa mudança de atitude e, adotando um tom conciliador, responde: “Já, meu anjo, não pode ser; mas pode suceder que muito antes do que imaginamos” (ASSIS, 2010, p. 104). Diante da insistência do garoto, José Dias acaba aquiescendo e promete que ele sairá, no máximo, em seis meses, mas Bentinho, obstinado, dá-lhe um prazo de três meses.

Se Bentinho mostrava-se mais autoritário e decidido nas conversas com José Dias o mesmo não acontecia, ainda, em relação à Capitu, que continua sendo o cérebro do casal. Depois de cinco semanas no seminário, ele encontra-se já adaptado à rotina: “acabei afeiçoando-me à vida nova. Ia alternando a casa e o seminário. Os padres gostavam de mim, os rapazes também, e Escobar mais que os rapazes e os padres” (ASSIS, 2010, p. 109). Ele sente-se tão confortável com o novo ambiente que tenciona contar a Escobar, seu melhor amigo, suas “penas e esperanças”; Capitu, todavia, impede-o: “você não tem direito de contar um segredo que não é só seu, mas também meu, e eu não lhe dou licença de dizer nada a pessoa nenhuma”. Sem ter argumentos para contestá-la, ele concorda: “Era justo, calei-me e obedeci” (ASSIS, 2010, p. 109).

A ida para o seminário e o forçoso distanciamento de Capitu, a quem ele só podia ver nos finais de semana quando ia para a casa da mãe, contribuíram para agravar ainda mais os ciúmes de Bentinho. As palavras ditas por José Dias em uma de suas visitas ao seminário - “Aquilo enquanto não pegar algum peralta da vizinhança que case com ela...” (ASSIS, 2010, p. 105) - já haviam servido de combustível para inflamar seu ciúme e com ele a fértil imaginação de um jovem apaixonado e inseguro. Pouco tempo depois, outro episódio desperta, novamente, em Bentinho esse “sentimento cruel”. Depois de despedir-se de Escobar que tinha

ido visitá-lo, ele está conversando com a namorada, embaixo de sua janela, quando avista um rapaz, à rua:

[...] a passagem de um cavaleiro, um *dandy*, como então dizíamos. Montava um belo cavalo alazão, firme na sela, rédea na mão esquerda, a direita à cinta, botas de verniz, figura e postura esbeltas: a cara não me era desconhecida. Tinham passado outros, e ainda outros viriam atrás; todos iam às suas namoradas. Era uso do tempo namorar a cavalo (ASSIS, 2010, p. 120).

O problema foi que o *dandy* não passou, simplesmente, como os outros; conforme o narrador: “O cavaleiro não se contentou de ir andando, mas voltou a cabeça para o nosso lado, o lado de Capitu, e olhou para Capitu, e Capitu para ele; o cavalo andava, a cabeça do homem deixava-se ir voltando para trás” (ASSIS, 2010, p. 120). Bentinho, então, sai em disparada, sem dizer uma palavra à namorada, deixa José Dias falando sozinho na sala de sua casa e corre, desesperadamente, para o quarto, onde ele atira-se à cama e se entrega aos seus devaneios: “A vontade que me dava era cravar-lhe as unhas no pescoço, enterrá-las bem, até ver-lhe sair a vida com o sangue...” (ASSIS, 2010, p. 122).

Bentinho explica a reação excessiva que teve como fruto dos ciúmes de seu “coração de brasa”; esse incêndio, evidentemente, é culpa de Capitu; é a atitude dela que lhe desperta os ciúmes; Capitu que sempre foi dissimulada, interesseira... Contudo, a passagem supracitada chama atenção para outro ponto. Bento Santiago, narrador da obra, descreve, com admirável riqueza de detalhes, o *dandy* que passou em frente à janela de Capitu, o que leva a crer que foi ele, e não Capitu, quem olhou para o cavaleiro com tanto cuidado. Talvez, ao notar que Bentinho olhava para o rapaz com tanto interesse, a moça tenha olhado também, buscando compreender a razão dessa intensa troca de olhares.

O olhar de Santiago para o rapaz é de inveja; inveja pela pose de cavaleiro, pelo porte esbelto, pela postura firme e pela agilidade com que ele monta seu alazão, lembrando que Bentinho tinha medo de montar. Inveja porque o *dandy* corresponde aos padrões masculinos da época: forte, ágil, corajoso e seguro de si. Mas seu olhar é também de insegurança com relação a si mesmo, pois sua identidade masculina é tão frágil e tão instável que o leva a duvidar que uma mulher como Capitu possa estar apaixonada por ele; Bentinho considera-se tão inferior aos outros homens que conclui que a moça só pode estar interessada em dinheiro, em

posição social ou *status*. Ele transforma sua insegurança e seu sentimento de inferioridade em ciúme, direcionando-o a Capitu.

O cavaleiro retratado no fragmento acima pode ser considerado um dos raros exemplares de masculinidade hegemônica apresentados na obra. O modelo hegemônico é definido por Connell e Messerschmidt (2013) como a maneira mais honrada de ser um homem. Em contrapartida, Bentinho seria um exemplo de masculinidade subordinada, ou seja, aquele grupo de homens que não faz parte do círculo de legitimidade masculina: os covardes, os filhinhos de mamãe, os efeminados e quaisquer outros tipos que não se enquadrem nos padrões normativos de virilidade. Escobar, que havia deixado Bentinho poucos momentos antes da passagem do *dandy*, faz parte do primeiro grupo e, portanto, podemos estender o sentimento de inferioridade e de insegurança de Santiago ao seu melhor amigo.

Conforme já destacamos, os homens do convívio de Bento Santiago, até o início da adolescência, são tipos que contrariavam os padrões de virilidade da época, isto é, também fazem parte do grupo de masculinidade subordinada. Desse modo, o filho de dona Glória somente se dá conta da sua “inadequação” masculina a partir de sua entrada no seminário, onde ele relaciona-se com outros modelos de masculino, entre eles, Ezequiel Escobar. Essa constatação desencadeou uma grave crise identitária no personagem, que acarretou na malfadada cena sob a janela de Capitu. Isso justifica o fato de que Bentinho, algum tempo depois de isolar-se no quarto, estivesse sossegado, apesar de abatido e nas palavras do próprio narrador: “Na manhã seguinte não estava melhor, estava diferente” (ASSIS, 2010, p. 122).

Santiago, então, simula uma indisposição para faltar ao seminário e conversar com Capitu: “Podia estar zangada comigo, podia não querer-me agora e preferir o cavaleiro. Quis resolver tudo, ouvi-la e julgá-la; podia ser que tivesse defesa e explicação” (ASSIS, 2010, p. 122). Embora o verbo “julgar” empregado pelo futuro advogado seja bastante significativo a respeito da sua postura com relação à situação – para Bentinho, ele é a vítima e Capitu a culpada – o verbo “preferir” parece ser contundente no que diz respeito ao seu conflito identitário. Ele não se considera digno do amor de Capitu e acha que ela poderia trocá-lo a qualquer momento por um “homem de verdade”.

Quando Santiago conta-lhe os motivos de sua reclusão no dia anterior, Capitu ofende-se, chora e propõe a separação; ao que ele reage: “eu acudi de pronto, peguei-lhe das mãos e beijei-as com tanta alma e calor que as senti estremecer”

(ASSIS, 2010, p. 122). Ou seja, antes que ela se explique ou faça sua defesa, Bentinho a absolve da culpa que ele mesmo tinha atribuído a ela. Para evitar novos equívocos como esse, a moça dispõe-se a não ir mais à janela, mas Bentinho rejeita a proposta. Capitu, então: “Consentiu em retirar a promessa, mas fez outra, e foi que, à primeira suspeita da minha parte, tudo estaria dissolvido entre nós. Aceitei a ameaça, e jurei que nunca a haveria de cumprir; era a primeira suspeita e a última” (ASSIS, 2010, p. 123).

A oscilação identitária do protagonista é notória; ele procura a namorada no intuito de lhe exigir explicações, de julgá-la como ele mesmo diz, mas as lágrimas dela o comovem e ele a perdoa. Depois ele recusa a promessa de Capitu de não mais frequentar a janela para evitar esse tipo de mal entendidos, o que pode parecer absurdo, à primeira vista, mas, numa sociedade patriarcal, seria bastante concebível. Há aqui o conflito entre sua identidade híbrida – vinculada à sensibilidade, à emoção e à feminilidade – e a identidade masculina padrão – atrelada à coragem, à agressividade e ao autocontrole – que Bentinho almeja seguir, assim como a maioria dos homens.

Algum tempo depois, Bentinho resolve contar a Escobar seu segredo, contrariando os conselhos de Capitu. Ele começa dizendo que não pode ser padre, embora seja essa a vontade de sua família, ao que o amigo responde que ele tampouco pretende ordenar-se. Escobar, então, confessa que está no seminário apenas para aproveitar a oportunidade de estudo, pois seu desejo é, na verdade, o comércio. Bentinho mostra-se surpreso com o motivo alegado pelo amigo para não seguir a carreira eclesiástica: “Só isso?” (ASSIS, 2010, p. 124). Para ele, a sua motivação para deixar o seminário é mais nobre ou mais digna que a de seu colega.

De fato, Santiago vê nesse episódio uma oportunidade de afirmar sua masculinidade diante do amigo que ele julga ser superior ou, pelo menos, mais homem do que ele: “Então contei-lhe por alto o que podia, mas demoradamente para ter o gosto de repisar o assunto. Escobar escutava com interesse”. Bentinho narra os detalhes de sua história com Capitu “demoradamente”, com a intenção de prolongar esse momento que fez com que ele se sentisse tão viril quanto Escobar e na expectativa de que a sua própria masculinidade pudesse ser validada pelo outro. Mais adiante, ele confessa: “Não calculas o prazer que me deu a confiança que lhe fiz. Era como que uma felicidade mais” (ASSIS, 2010, p. 124). Para Santiago, a revelação feita ao colega foi como uma “prova de virilidade” (BOURDIEU, 2014).

A amizade entre Bentinho e Escobar foi ficando cada vez mais estreita: “Escobar [...] aqui no seminário você é a pessoa que mais me tem entrado no coração, e lá fora, a não ser a gente da família, não tenho propriamente um amigo” (ASSIS, 2010, p. 124). Já havíamos enfatizado o fato de Santiago não ter tido contato com pessoas que não fizessem parte da esfera de relações sociais de sua mãe. Tal circunstância somada à ingenuidade do garoto e à necessidade de Bentinho de sentir-se aceito num grupo de “verdadeiros homens” (BOURDIEU, 2014) contribuiu para a consolidação dessa amizade. De acordo com Badinter (1993), na ausência do pai ou de um homem que represente um modelo de virilidade: “os jovens machos se unem sob a fêrula de um outro, um pouco mais velho, um pouco mais forte ou um pouco mais desembaraçado, espécie de irmão mais velho, líder, que é admirado e copiado, e cuja autoridade é reconhecida” (BADINTER, 1993, p. 93).

Essa relação fraterna entre os dois seminaristas pode ser comparada àquilo que Bourdieu (2014) denominou de “solidariedades viris”, uma vez que ambos tinham interesse em conservar o vínculo. Bentinho, como já dissemos, precisava ter a sua masculinidade legitimada por outros homens e precisava ser aceito por eles; Escobar, por sua vez, tinha interesses financeiros: “Era opinião de prima Justina que ele afagara a ideia de convidar minha mãe a segundas núpcias; [...] Talvez ele não pensasse em mais que associá-la aos seus primeiros tentâmens comerciais” (ASSIS, 2010, p. 147).

Após o fracasso de José Dias na missão de libertar Santiago da promessa da mãe, é Escobar quem encontra uma solução para o problema; a ideia de substituir o filho por um menino órfão que seria financiado por ela foi bem aceita por dona Glória, depois que o padre Cabral consultou o bispo sobre o assunto. Dessa maneira, Bentinho pôde, enfim, deixar o seminário, quando contava pouco mais de dezessete anos: “a idade em que a metade do homem e a metade do menino formam um só curioso” (ASSIS, 2010, p. 146).

Essa ambivalência homem/menino em Bento Santiago tem ainda outro agravante; como ele mesmo afirma: ele era filho de dona Glória e do seminário, isto é, além de ser um garoto mimado, criado sob as asas da mamãe e sem referenciais masculinos representativos, ele carregava consigo também os valores religiosos e espirituais apreendidos durante a vida de seminarista. Esse quadro vai intensificar, ainda mais, sua crise identitária.

4.4 “É tempo”⁵⁴ – a construção da identidade masculina de Bento Santiago

Depois de deixar o seminário, Bentinho vai para a faculdade em São Paulo: “Passei os dezoito anos, os dezenove, os vinte, os vinte e um; aos vinte e dois era bacharel de Direito” (ASSIS, 2010, p. 147). O narrador não dá detalhes sobre sua vida na faculdade ou sobre a estadia na cidade de São Paulo. Esse período, no entanto, foi determinante para a constituição identitária do personagem, pois é quando ele rompe o cordão umbilical que o prendia à mãe e, também, os laços que o atrelavam ao clã social de dona Glória. Ele adquiriu independência e maturidade, visto que nem mesmo José Dias, que o tratava “com extremos de mãe e atenções de servo” (ASSIS, 2010, p. 53), acompanhou Santiago na viagem. Badinter (1993) destaca a importância desse processo de distanciamento na formação identitária dos meninos:

O caráter peculiar da identidade masculina (por oposição à identidade feminina) está na etapa da diferenciação com respeito ao feminino materno, condição *sine qua non* do sentimento de pertencer ao grupo dos homens. Sua semelhança e sua solidariedade se constroem colocando as mulheres a distância, e antes de tudo a primeira delas, a mãe (BADINTER, 1993, p. 53).

Sobre a faculdade, podemos inferir que era um ambiente exclusivamente masculino, já que, na segunda metade do século XIX, as mulheres ainda não haviam conquistado um espaço significativo no meio acadêmico; mas era, sobretudo, um ambiente extremamente viril, já que era comum que os chefes das famílias patriarcais, aqueles que melhor correspondiam ao padrão hegemônico de virilidade (branco, burguês, dominador), enviassem seus filhos para a faculdade para que, devidamente capacitados, pudessem assumir o seu papel na sociedade e dar continuidade ao sistema patriarcal. Santiago, assim, ao longo dos cinco anos de graduação, pôde conviver com os mais diversos modelos de masculinidade, nos quais ele pôde se espelhar e se inspirar para a construção de sua identidade masculina, diferente do que acontecia no seu ambiente familiar.

Ao voltar para casa, já bacharel em direito, o doutor Bento Santiago, como ele passa a ser chamado pelos familiares, recebe, simbolicamente, o posto de patriarca da família Santiago, que estava ocupado por sua mãe, desde que seu pai falecera.

⁵⁴ Em referência ao título do capítulo 8 da obra Dom Casmurro (2010).

Assim que revê o filho, dona Glória pergunta ao irmão: “Mano Cosme, é a cara do pai, não é?”, ao que ele responde sem muita convicção: “Sim, tem alguma coisa, os olhos, a disposição do rosto. É o pai, um pouco mais moderno – concluiu por chalaça” (ASSIS, 2010, p. 148). Metaforicamente, é como se dona Glória dissesse ao filho que a partir desse momento ele é um homem e deve ocupar o lugar de seu falecido pai como chefe da família.

A respeito de Pedro de Albuquerque Santiago, pai de Bentinho, que faleceu quando ele tinha quatro anos, Caldwell (2008) afirma que, na maior parte do tempo, ele é “apenas uma espécie de santo em um altar, um busto que dá lustro a sua divina família” (CALDWELL, 2008, p. 53). A difícil tarefa de substituir esse pai ausente, mas ao mesmo tempo, tão divinizado pode ter contribuído, consideravelmente, para aumentar sua instabilidade identitária.

Depois de ser recepcionado pela família, no regresso ao lar, Bento Santiago reflete, ou melhor, sonha acordado com seu futuro: “desfazendo a mala e tirando a carta de bacharel de dentro da lata, ia pensando na felicidade e na glória. Via o casamento e a carreira ilustre, enquanto José Dias me ajudava calado e zeloso” (ASSIS, 2010, p. 148). O casamento e uma carreira profissional bem sucedida funcionam como indicadores da masculinidade e servem também para confirmar ou validar a identidade masculina perante a sociedade. O próprio Santiago confessa que, após seu casamento: “Inventava passeios para que me vissem, me confirmassem e me invejassem” (ASSIS, 2010, p. 152). Para Nolasco (1995, p. 50): “O trabalho e o desempenho sexual funcionam como as principais referências para a construção do modelo de comportamento dos homens. [...] os meninos crescem assimilando a ideia de que, com o trabalho, serão reconhecidos como homens”.

Poucas semanas depois do seu retorno ao Rio de Janeiro, Bento Santiago vai pedir licença à dona Glória para se casar com Capitu; a mãe consente e, em março de 1865, quase oito anos depois daquela “célebre tarde de novembro”, eles oficializam a união. A celebração do casamento é descrita, brevemente, pelo narrador sem maiores detalhes. Ele utiliza uma linguagem figurada, mesclando sonho e realidade, para tentar relatar ao leitor esse momento tão esperado e de intensa felicidade para ambos.

O capítulo é curto, menos de uma página, entretanto, duas passagens bíblicas proferidas durante a cerimônia do casamento e transcritas por Santiago chamam atenção. Uma das citações é do livro Cântico dos Cânticos: “Capitu [...]

decorou algumas palavras, como estas, por exemplo: ‘Sentei-me à sombra daquele que tanto havia desejado’” (ASSIS, 2010, p. 151). O outro fragmento faz parte da primeira epístola de São Pedro:

As mulheres sejam sujeitas a seus maridos... Não seja o adorno delas o enfeite dos cabelos riçados ou as rendas de ouro, mas o homem que está escondido no coração... Do mesmo modo, vós, maridos, coabitai com elas, tratando-as com honra, como a vasos, mais fracos, e herdeiras convosco da graça da vida... (ASSIS, 2010, p. 151).

Tanto a primeira, quanto a segunda passagem bíblica nos remetem à ideia dos papéis desempenhados por homens e mulheres dentro do sistema patriarcal em que a sociedade da época estava organizada. A esposa deve ser submissa ao seu marido, deve amá-lo e honrá-lo; além disso, precisa permanecer à sombra do cônjuge, ou seja, a mulher tem que ser passiva, é o homem quem deve tomar as rédeas e direcionar o relacionamento e a família. Já o marido tem a obrigação de cuidar de sua esposa e protegê-la de todos os perigos, pois as mulheres são consideradas frágeis, sensíveis e dependentes; ademais, ele tem o dever de prover o sustento de toda a família.

Somente os planos de casamento e trabalho, contudo, não foram suficientes para que o doutor Bento Santiago conseguisse manter estável sua identidade masculina. Isso porque novas demandas iam surgindo: “Tudo corria bem. Ao fim de dois anos de casado, salvo o desgosto grande de não ter um filho, tudo corria bem” (ASSIS, 2010, p. 153). No que se refere a sua vida profissional: ele “era advogado de algumas casas ricas, e os processos vinham chegando”. Entretanto, para que isso acontecesse ele precisou de ajuda, ainda no início de sua carreira: “Escobar contribuíra muito para as minhas estreias no foro. Interveio com um advogado célebre para que me admitisse à sua banca, e arranjou-me algumas procurações” (ASSIS, 2010, p. 153). Escobar, apesar de não ter posses e nem sobrenome como Santiago, conseguiu construir uma carreira de sucesso negociando café. Quando Bentinho retornou ao Rio de Janeiro, o amigo, que já tinha uma carreira sólida, empenhou-se em ajudá-lo.

O complexo de inferioridade e a inveja de Santiago em relação a Escobar aumentaram ainda mais depois desse episódio, apesar dele ter aceitado

prontamente o favor do amigo. De acordo com Caldwell (2008), Escobar era um homem digno de inveja, em razão das qualidades que possuía:

Ele é inteligente, um verdadeiro gênio em matemática e lógica; é musculoso; tem modos elegantes. A única superioridade de Santiago sobre Escobar (na opinião de Santiago) consiste em ser o filho único de uma mulher santa, aristocrática e abastada. A mãe de Escobar estava morta; e ele era pobre (CALDWELL, 2008, p. 26).

O comerciante, entretanto, não era um homem de sucesso, apenas, na vida profissional: “Escobar e a mulher viviam felizes; tinham uma filhinha” (ASSIS, 2010, p. 154). Escobar parece estar sempre um passo à frente de Santiago e mesmo quando algo sai errado, ele consegue sair ileso da situação: “ouvi falar de uma aventura do marido [Escobar], negócio de teatro, não sei que atriz ou bailarina, mas se foi certo, não deu escândalo” (ASSIS, 2010, p. 154).

Bento Santiago confessa a Escobar seu anseio por um filho e o amigo o aconselha a ser paciente, pois Deus mandará filhos quando for o momento, mas Bento, desconsolado, responde: “Uma criança, um filho é o complemento natural da vida” (ASSIS, 2010, p. 154). De acordo com Nolasco (1995), dar início à caminhada para a paternidade “a partir de buscas internas, articuladas ao desejo de ser pai, não é para os homens uma realidade. Tal como está representada no universo masculino, a paternidade é um símbolo de virilidade e ‘macheza’” (NOLASCO, 1995, p. 160). O intenso desejo de Santiago de tornar-se pai pode ser compreendido como mais uma forma de afirmar sua masculinidade e de tentar equiparar-se a Escobar e aos outros homens que aderiram ao padrão hegemônico de masculinidade. O fragmento abaixo expressa bem essa possibilidade:

Pois nem tudo isso me matava a sede de um filho, um triste menino que fosse, amarelo e magro, mas um filho próprio da minha pessoa. Quando íamos a Andaraí e víamos a filha de Escobar e Sancha [...] ficávamos cheios de inveja. A pequena era graciosa e gorducha, faladeira e curiosa. Os pais, [...] contavam as travessuras e agudezas da menina, e nós, quando voltávamos à noite para a Glória, vínhamos suspirando as nossas invejas, e pedindo mentalmente ao céu que no-las matasse... (ASSIS, 2010, p. 158).

Nem o casamento foi capaz de aplacar os ciúmes do doutor Bento Santiago. Os braços nus da esposa durante um baile serviram para reacender esse sentimento no protagonista. Após uma conversa com Escobar sobre esse assunto,

ambos concordaram em não ir ao próximo baile ou exigir que suas esposas fossem com os braços cobertos. Santiago, então, transmite à esposa sua resolução: “Ela sorriu e respondeu que os braços de Sanchinha eram mal feitos, mas cedeu depressa, e não foi ao baile; a outros foi, mas levou-os meio vestidos de escumilha” (ASSIS, 2010, p. 155). Capitu acatou a doutrina disseminada pela passagem bíblica proferida na cerimônia de seu casamento e tornou-se uma esposa submissa e obediente ao marido: “Depois do casamento, ela protesta, mas ligeiramente, contra a ideia de usar mangas compridas nos bailes. No restante do tempo, ela se submete às vontades de Santiago, independente de quão irracionais elas sejam” (CALDWELL, 2008, p. 106).

Mais tarde, ela abre mão de esperar o marido à janela de casa, aos finais de tarde, quando este retornava do trabalho, numa tentativa frustrada de amenizar os ciúmes do marido. Ela já havia proposto esse confinamento nos tempos de namoro, mas o jovem Bentinho recusou, disse que não era necessário e prometeu que nunca mais desconfiaria dela. Bento Santiago, contudo, aceita prontamente a sugestão de sua esposa. Segundo Caldwell: “Como uma boa esposa luso-brasileira”, e acrescento, da segunda metade do século XIX, “ela nunca ‘contraria’ Santiago” (CALDWELL, 2008, p. 107).

Com o passar do tempo, ele consegue, finalmente, realizar o desejo de ter um filho: “... As invejas morreram, as esperanças nasceram, e não tardou que viesse ao mundo o fruto delas. Não era escasso nem feio, como eu já pedia, mas um rapagão robusto e lindo” (ASSIS, 2010, p. 158). A alegria, que já era grande com a expectativa de um filho, tornou-se ainda maior ao descobrir o sexo da criança. Diferente de Escobar que era pai de uma menina, Santiago tem um filho homem, que viria a ser, um dia, o seu sucessor.

Com o nascimento do filho, novamente, Bento Santiago consegue sentir-se superior a Escobar e, animado, já começa a sonhar com o futuro de seu filho homem: “Eu via meu filho médico, advogado, negociante, meti-o em várias universidades e bancos, e até aceitei a hipótese de ser poeta. A possibilidade de político foi consultada, e cri que me saísse orador, e grande orador” (ASSIS, 2010, p. 159), enquanto isso, Escobar, ao pensar no futuro da filha, sugere que ela se case com o filho do amigo; afinal, não havia muito que pensar a respeito do futuro das meninas nessa época; um bom casamento era a única opção.

4.4.1 “O filho é a cara do pai”⁵⁵?

O protagonista descreve seu filho Ezequiel, já aos cinco anos, como um menino bonito, de olhos claros e inquietos. Mais adiante, diz que era possível adivinhar nele “todas as vocações possíveis, desde vadio até apóstolo. Vadio é aqui posto no bom sentido, no sentido de homem que pensa e cala; Metia-se às vezes comigo, e nisto fazia lembrar a mãe, desde pequena” (ASSIS, 2010, p. 161). O menino não saiu ao pai; já a partir dos primeiros anos de idade, era notório que a semelhança era maior com a mãe, não apenas, fisicamente – os olhos claros, por exemplo, como os de Capitu – mas, principalmente, o comportamento agitado e inquieto de Ezequiel que em nada lembram o menino Bentinho.

A inquietude do menino, aliás, evocam as maneiras de Escobar no seminário descritas pelo narrador como fugitivas: “Esta dificuldade em pousar foi o maior obstáculo que achou para tomar os costumes do seminário (ASSIS, 2010, p. 98). Escobar aprova os modos do menino e, ao notar certo talento de Ezequiel como negociador, diz a Santiago que pretende torná-lo seu sócio no futuro. Além disso, o filho de Capitu e Santiago também gostava de música e era extremamente curioso, outras características herdadas da mãe. Enquanto Bentinho, durante a infância, brincava de missa com Capitu, Ezequiel preferia brincadeiras mais viris: “Nunca lhe dei oratórios; mas cavalos de pau e espada à cinta eram com ele. Já não falo dos batalhões que passavam na rua, e que ele corria a ver” (ASSIS, 2010, p. 162).

Outro episódio que confirma a disparidade entre pai e filho aconteceu na chácara de Escobar: Ezequiel observava, atentamente, um gato que acabara de caçar um rato, aguardando pelo momento de ver o primeiro devorar a presa que tentava, inutilmente, fugir. Ao perceber que o filho pretendia assistir à cena grotesca, Santiago espanta o animal com palmas, deixando o filho bastante decepcionado. No capítulo seguinte, o narrador conta outro incidente envolvendo animais, no qual ele mesmo era o protagonista: três cães latiam durante a noite toda perto de sua casa, incomodando Capitu que acabara de dar à luz e Sancha que ficou com ela alguns dias: “resolvi matá-los; comprei veneno, mandei fazer três bolas de carne, e eu mesmo inseri nelas a droga” (ASSIS, 2010, p. 163). Ele, porém, não conclui o ato,

⁵⁵ Em referência ao título do capítulo 99 da obra Dom Casmurro (2010).

faltou-lhe coragem: “fiquei assim não sei como, tocado de pena e guardei as bolas no bolso” (ASSIS, 2010, p. 164).

A diferença de personalidade entre pai e filho é tão gritante que o próprio Santiago reconhece o fato: “Tal não fazia Ezequiel. Não comporia bolas envenenadas, suponho [...] O que faria com certeza era ir atrás dos cães, a pedrada, até onde lhe dessem as pernas. E se tivesse um pau, iria a pau” (ASSIS, 2010, p. 164). Capitu também se mostra surpresa com o comportamento do filho, durante uma conversa com o marido:

- Não sai a nós, que gostamos da paz – disse-me ela um dia -, mas papai em moço era assim também; mamãe é que contava.
- Sim, não sairá maricas – repliquei. – Eu só lhe descubro um defeitozinho, gosta de imitar os outros (ASSIS, 2010, p. 164).

Bento Santiago afirma que seu filho, um menino destemido, inquieto, seguro de si e agitado, ou seja, o oposto do que ele foi quando criança, não sairá “maricas”. Essa afirmação é muito significativa a respeito de suas dúvidas sobre a própria virilidade, sobre a maneira como ele se vê e, ao mesmo tempo, confirmam a grave crise identitária enfrentada pelo personagem. Ele gostaria de ser diferente, de ser esse “homem de verdade”, como é Escobar e como seu filho será um dia, mas ele não consegue. Ele não gosta das imitações do filho, porque percebe que o garoto imita várias pessoas, mas não seu próprio pai: “Alguns dos gestos já lhe iam ficando mais repetidos, como o das mãos e pés de Escobar; [...] até apanhara o modo de voltar a cabeça deste, quando falava, e o de deixá-la cair, quando ria” (ASSIS, 2010, p. 169). Santiago percebe que Ezequiel não deseja ser como ele e ressentido por não ser um exemplo para seu filho, seu único filho. E, assim, sua instabilidade identitária vai aumentando.

Em outra conversa entre Capitu e o marido, Santiago diz à esposa que tem achado a mãe, dona Glória, um pouco fria e distante com eles; Capitu responde que é normal, que são “coisas de sogra”. Mas ele insiste dizendo que ela tem sido fria, até mesmo, com o neto. Ela, então, pondera se a sogra não estaria doente e ele sugere que fossem jantar com a mãe na noite seguinte. José Dias também faz algumas suposições tentando justificar o estranho comportamento de dona Glória. Mas a hipótese de que ela trate o neto friamente por percebê-lo tão diferente de seu filho Bentinho quando criança, não lhes passa pela cabeça. Talvez dona Glória

condene, ainda que inconscientemente, Capitu e o marido por permitirem que Ezequiel seja tão diferente do filho que ela criou.

4.4.2 “Uma comparação”⁵⁶ – Bento Santiago e Ezequiel de Souza Escobar

O sentimento de inferioridade de Bento Santiago em relação à Escobar continua crescendo e atinge seu ápice, durante um jantar em casa deste, quando o comerciante diz ao amigo que tem um plano para os quatro: “um projeto em família” e pede que ele volte no dia seguinte para conversarem sobre o assunto. Sancha, empolgada com os planos do marido, revela a Santiago que Escobar está programando uma viagem pela Europa, para os quatro. Bento Santiago, então, descreve a situação que se seguiu, uma mistura de realidade e fantasia, fatos e devaneios: “os olhos de Sancha não convidavam a expansões fraternais, pareciam quentes e intimativos, diziam outra coisa, e não tardou que se afastasse da janela, onde eu fiquei olhando para o mar, pensativo” (ASSIS, 2010, p. 172).

Ele fantasia um flerte com a esposa de seu melhor amigo antes mesmo que suas suspeitas de traição emergissem completamente. Ter um caso com a mulher do amigo seria outra maneira de validar sua masculinidade e de diminuir sua desvantagem viril. Ao conversar, novamente, com Escobar, nessa noite, Santiago pergunta se ele pretende nadar na manhã seguinte, pois o mar estava revoltado: “Tenho entrado com mares maiores, muito maiores. Você não imagina o que é um bom mar em hora bravia. É preciso nadar bem, como eu, e ter estes pulmões [...] e estes braços; apalpa” (ASSIS, 2010, p. 172). Bento Santiago, confirmando seus sentimentos em relação ao amigo, afirma:

Apalpei-lhe os braços, como se fossem os de Sancha. Custa-me esta confissão, mas não posso suprimi-la; era jarretar a verdade. Não só os apalpei com essa ideia, mas ainda senti outra coisa: achei-os mais grossos e fortes que os meus, e tive-lhes inveja; acresce que sabiam nadar (ASSIS, 2010, p. 172).

A identidade masculina, conforme vimos no capítulo anterior, é construída a partir de sucessivos absolutos: homem não pode chorar, tem que ser o melhor em qualquer situação, está sempre em competição com os outros homens, deve ser

⁵⁶ Em referência ao título do capítulo 125 da obra Dom Casmurro (2010).

forte, não pode envolver-se emocionalmente e não deve renunciar jamais (NOLASCO, 1995). Os homens esforçam-se sobremaneira para seguir esse padrão de masculino por acreditarem que, somente assim, terão sua masculinidade legitimada. Daí a necessidade de Bento Santiago de colocar-se em competição com Escobar, de comparar-se a ele, mas ele está sempre em desvantagem; ele tenta ser melhor que o amigo, mas na maioria das vezes ele é derrotado, pois Santiago tenta seguir um modelo identitário que não condiz com a sua personalidade. Segundo Kimmel (1997), o esforço masculino excessivo para corresponder ao modelo normativo pode levar o homem a adotar comportamentos violentos e, ainda, gerar dificuldades no relacionamento com as mulheres.

Mais tarde, Santiago reflete sobre o que se passou entre ele e Sancha naquela noite e admite que tudo não passara de devaneio e da sua vontade inconsciente de equiparar-se com Escobar, de competir e mostrar-se melhor que ele: “a princípio vaguei à toa. Paixão não era, nem inclinação. Capricho seria, ou quê? Ao fim de vinte minutos era nada, inteiramente nada. O retrato de Escobar pareceu falar-me; vi-lhe a atitude franca e simples, sacudi a cabeça e fui deitar-me” (ASSIS, 2010, p. 174). Ainda que não fossem apenas alucinações e Sancha estivesse realmente flertando com o marido de sua melhor amiga, Bento Santiago não teria coragem para ir adiante com Sancha. Coragem nunca foi um componente de sua masculinidade, enquanto a covardia já o acompanhava desde a infância.

Na manhã seguinte, acontece a fatalidade: a morte de Escobar. A princípio, Santiago parece sentir-se resignado com a situação, como se o amigo tivesse perdido a batalha mais importante da competição e ele fosse declarado o vencedor. A catástrofe, como ele mesmo define no título do capítulo, é descrita de forma fria e direta: “Escobar meteu-se a nadar, como usava fazer, arriscou-se um pouco mais fora que de costume, apesar do mar bravio, foi enrolado e morreu. As canoas que acudiram mal puderam trazer-lhe o cadáver” (ASSIS, 2010, p. 175). Ele demonstra um pouco mais de emoção, ao lembrar os momentos de amizade com Escobar, mas, pouco depois, sente-se envaidecido quando José Dias espalha, durante o velório, a notícia de que ele faria um discurso antes do enterro.

No momento da “encomendação e da partida”, Sancha desespera-se, deixando todos os presentes comovidos: “Muitos homens choravam também, as mulheres todas. Só Capitu, amparando a viúva, parecia vencer-se a si mesma. Consolava a outra, queria arrancá-la dali” (ASSIS, 2010, p. 176). O velório de uma

pessoa tão querida, um homem jovem e saudável, pai de família, gerou tão grande comoção que, até mesmo, os homens mostravam-se emocionados e todas as mulheres choravam, com exceção de Capitu. Desde a adolescência, Capitu demonstrava a habilidade de controlar suas emoções e recompor-se depressa, quando necessário, como no episódio do primeiro beijo. Bento Santiago, como Ihe é intrínseco, interpreta erroneamente os gestos de sua esposa, que tentava, deveras, consolar sua amiga: “Momento houve em que os olhos de Capitu fitaram o defunto, quais os da viúva, sem o pranto nem palavras desta, mas grandes e abertos, como a vaga do mar lá fora, como se quisesse tragar também o nadador da manhã” (ASSIS, 2010, p. 176).

Santiago conclui, a partir da cena descrita acima, que Capitu e Escobar tinham um caso, uma vez que sua esposa olhou para o cadáver tal qual a viúva. Essa inferência deixou-o tão transtornado que mal conseguiu proferir seu discurso: “Não era só a emoção nova que me fazia assim, era o próprio texto, as memórias do amigo, as saudades confessadas, os louvores à pessoa e aos seus méritos; tudo isto que eu era obrigado a dizer e dizia mal” (ASSIS, 2010, p. 177). A confusão, a dúvida e, novamente, seu sentimento de inferioridade apropriam-se da razão e ele acredita que Escobar, mesmo morto, é mais digno do amor de sua esposa do que ele: “eu acabava de louvar as virtudes do homem que recebera, defunto, aqueles olhos” (ASSIS, 2010, p. 178). Aqueles olhos que ele descrevera tão poética e amorosamente no início do livro; aqueles mesmos olhos que José Dias dissera, anos antes, serem de cigana oblíqua e dissimulada; a semente da dúvida plantada no coração de Bento Santiago, dá agora seus frutos.

4.5 “Uma reforma dramática”⁵⁷ – Dom Casmurro

A dúvida não durou muito; em pouco tempo transformar-se-ia em certeza. Nem mesmo as palavras de Capitu, ditas depois de pensar na tristeza da amiga e da afilhada órfã, puderam demovê-lo de sua convicção: “ao mirar o filho dormindo, pensara na filhinha de Sancha, e na aflição da viúva. [...] abraçou-me e disse-me que, se quisesse pensar nela, era preciso pensar primeiro na minha vida” (ASSIS, 2010, p. 181). Dias depois, recebeu uma carta que Escobar Ihe deixara em

⁵⁷ Em referência ao título do capítulo 72 da obra Dom Casmurro (2010).

testamento: “as palavras que escrevera [...] eram sublimes de amizade e estima. Capitu desta vez chorou muito; mas compôs-se depressa” (ASSIS, 2010, p. 181). As juras de amizade de Escobar tampouco aliviaram suas inquietações e ele permaneceu quieto e melancólico durante dias.

Alguns meses depois do falecimento do amigo, quando a vida do casal voltara à normalidade, Capitu questiona o marido: “Você já reparou que Ezequiel tem nos olhos uma expressão esquisita? [...] Só vi duas pessoas assim, um amigo de papai e o defunto Escobar”. Note-se que ela falou na expressão dos olhos e não na feitura, no formato ou na estrutura deles e recorde-se, ainda, que os olhos do menino eram parecidos com os da mãe. Bento Santiago, depois de observá-los atentamente, concorda: “achei que Capitu tinha razão; eram os olhos de Escobar, mas não me pareceram esquisitos por isso. Afinal não haveria mais que meia dúzia de expressões no mundo, e muitas semelhanças se dariam naturalmente” (ASSIS, 2010, p. 183). Santiago, depois desse episódio, começa a agir de forma incomum.

Capitu notou o comportamento estranho do marido e propôs, então, viagens e bailes para animá-lo, mas ele recusou. Ela quis saber o que se passava e ele disse que os negócios iam mal; ela sugeriu que vendessem suas joias e outros objetos de valor: “A ternura com que me disse isto era de comover as pedras. Pois nem assim. Respondi-lhe secamente que não era preciso vender nada. Deixei-me estar calado e aborrecido” (ASSIS, 2010, p. 182). E, assim foi, daqui em diante; ele passou a tratar a esposa e o filho com frieza e passava cada vez mais tempo fora de casa.

Com o passar dos meses, ele passa a enxergar outras semelhanças entre Ezequiel e Escobar: “Nem só os olhos, mas as restantes feições, a cara, o corpo, a pessoa inteira, iam-se apurando com o tempo” (ASSIS, 2010, p. 183). Segundo Caldwell (2008, p. 178): “Santiago é o primeiro a notar a semelhança entre Escobar e Ezequiel; ele segue sua crença supersticiosa de que os filhos devem se parecer com os pais e enche essa crença de importância mística”. Bento Santiago tem sua vaidade ferida pelo fato do filho não ser parecido com ele fisicamente, mas seu ressentimento é ainda maior por achar que não é um exemplo de “homem” para Ezequiel. O fantasma de Escobar, o “homem de verdade”, continua a assombrá-lo, mesmo depois de sua morte.

O narrador tenta de todas as formas convencer o leitor de que as semelhanças entre seu filho e seu falecido amigo são reais, embora nenhum outro personagem da narrativa pareça comungar da mesma opinião. O argumento

utilizado para justificar seu comportamento pouco amistoso com o filho e a esposa é sempre o mesmo: “Escobar vinha assim surgindo da sepultura, do seminário e do Flamengo para se sentar comigo à mesa, receber-me na escada, beijar-me no gabinete de manhã, ou pedir-me à noite a benção do costume” (ASSIS, 2010, p. 184). A repulsa de Santiago pelo menino cresce a cada dia e Capitu, não suportando ver a maneira como o marido trata o menino, sugere que ele vá para um colégio interno, no que é atendida prontamente pelo esposo.

As demonstrações de amor e carinho de Ezequiel, quando este vem para casa, aos finais de semana, causam repulsa em Bento Santiago. Seu ódio pelo filho e pela esposa crescem e ele afasta-se cada vez mais de sua família. Ele pensa em suicídio, não apenas, para colocar fim ao seu conflito, mas porque, para ele, seria uma forma de fazer Capitu sentir-se culpada pela (suposta) traição. A honra é um dos principais requisitos para uma identidade masculina consistente, em particular, para os homens da segunda metade do século XIX. No caso de qualquer mácula, o marido tinha o direito de lavar sua honra com sangue, matando a esposa e o amante. No caso de Santiago o (suposto) amante já estava morto, restava, portanto, a esposa. De acordo com Nolasco (1995):

Os homens crescem sendo incentivados a *enganar* uma mulher, bem como desenvolvem atitudes agressivas de modo a evitar o inverso: ser *enganado* por elas. A predisposição para os dois comportamentos aponta novamente para o que representa uma mulher para um homem – um *objeto temido* [...]. Se ao trair os homens se sentem engrandecidos, quando traídos sentem-se esvaziados e sem controle. A mulher não representa simplesmente um objeto descartável, mas um objeto com significado, que mobiliza os homens tanto positiva quanto negativamente (NOLASCO, 1995, p. 141, grifos do autor).

Capitu tornou-se um “objeto temido” para Santiago desde o momento que José Dias fez aquela malfadada descrição de seus olhos. E a desconfiança trouxe à tona o seu pior lado: a crueldade, a frieza, o ódio, o seu lado mais viril. A insegurança que já lhe era inerente, agravou-se a cada um dos acontecimentos de sua vida. A paixão por Capitu que despertara nele os ciúmes (prova maior de sua insegurança); a ida para o seminário que fez nascer nele o medo de ficar longe de Capitu; a amizade com Escobar que despertou em Santiago a necessidade de competir para equiparar-se aos outros homens e a demora em ter um filho que elevou ainda mais esse sentimento; as dessemelhanças de Ezequiel e suas

imitações que fizeram com que se sentisse inferior à Escobar; e, por fim, a suspeita da traição que abriu espaço para que Dom Casmurro emergisse e sufocasse o pouco que restava de Bento Santiago e o quase nada que ainda existia de Bentinho dentro dele.

Como não tem coragem de matar a esposa supostamente adúltera e nem o filho que ele julga não ser seu – assim como não teve coragem para matar os cães anos antes – ele tenta matar o amor que sente por Capitu, mas não obtém sucesso, seu sentimento não diminui. Ele, então, condena a mulher e o filho ao exílio; Conforme Caldwell: “Quando o ‘novo homem de ação’, Casmurro, emerge de Santiago, ele começa a pôr seus desejos em execução: rejeita o amor de Capitu, recusa seus protestos, manda-a para longe e vive em reclusão” (CALDWELL, 2008, p. 153-153). Algumas características reconhecidamente masculinas aparecem e ele torna-se um homem ativo: “Ele espicaça o amor de Capitu, bane-a de si, de sua presença, do calor dos amigos, de sua cidade, de seu país, condena-a à indiferença e ao desamor, a um aprisionamento solitário nos gélidos e tristes Alpes suíços” (CALDWELL, 2008, p. 180).

Dom Casmurro é a face de Bento Santiago que mais se aproxima do modelo hegemônico de masculinidade. A crueldade, a frieza e o ódio que ele demonstra não existiam em Bentinho e pouco aparecem em Bento Santiago. A atitude, a ação, o poder de decisão também não haviam se manifestado anteriormente. Enquanto o menino Bentinho desconstruiu o modelo normativo de masculinidade e Bento Santiago oscilou entre um e outro, Dom Casmurro posiciona-se mais próximo do modelo viril e patriarcal preconizado pela sociedade da época.

5 “E BEM, E O RESTO?”⁵⁸ - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de Dom Casmurro ao escrever sua história era: “atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência”. Ele, porém, não obtém êxito nessa tarefa, pois já não era mais aquele mesmo Bentinho de sua infância e adolescência e, nem mesmo, aquele jovem Bento Santiago que se casou com Capitu. Suas antigas identidades foram, aos poucos, modificando-se e cedendo espaço a novas e diferentes identidades. O próprio narrador, frustradamente, admite: “não consegui recompor o que foi nem o que fui. Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente. Se só me faltassem os outros, vá; um homem consola-se mais ou menos das pessoas que perde; mas falta eu mesmo, e esta lacuna é tudo” (ASSIS, 2010, p. 22).

O principal culpado pela existência dessa lacuna, isto é, pela transformação de Bentinho em Casmurro, na opinião de Caldwell (2008), é o ciúme de Santiago, o objeto real desse ciúme, no entanto, não seria Capitu, como o narrador tenta, incansavelmente, demonstrar ao longo da obra, mas sim Escobar. Para a autora, as dúvidas de Santiago, que são muitas, não estão relacionadas a nenhum fator externo a ele, ou seja, o problema não é Capitu ou Escobar, “suas dúvidas são, na verdade, uma – dúvida de sua capacidade de amar” (CALDWELL, 2008, p. 124). E essa dúvida seria a responsável por todas as outras que ele carrega consigo ao longo de sua vida: “dúvida de sua virilidade – Capitu concebe apenas uma vez, *ele* não poderia ter gerado Ezequiel; dúvida de que Capitu prefira Escobar, mais alto, musculoso, elegante, inteligente, atraente e assim por diante” (CALDWELL, 2008, p. 124, grifo da autora).

Concordamos com o ponto de vista da autora, mas acreditamos que o cerne da questão, antes de sua capacidade de amar, é sua instabilidade identitária. Na sua fase Bentinho, o personagem possuía essa capacidade. Conforme enfatizamos nesse trabalho, ele foi um garoto sensível e que se deixava dominar pelas emoções com facilidade. É na vida adulta que essa faculdade começa a declinar. Depois de conviver com modelos de masculinidade mais próximos do padrão normativo da época e perceber que ele não se enquadra, tem início sua crise de identidade. E é essa crise que vai transformá-lo em Casmurro. Sua tentativa de se aproximar do

⁵⁸ Em referência ao título do capítulo 72 da obra Dom Casmurro (2010).

estereótipo do “verdadeiro homem”, cujo principal parâmetro é Escobar, levam-no, aos poucos, a assumir características mais condizentes com o perfil masculino que ele almeja seguir, deixando de lado aquelas que são comumente associadas ao feminino, como a sensibilidade, a docilidade e a bondade que lhe eram tão peculiares no início da narrativa.

Durante a adolescência, Bentinho apresentava diversas características que contrariavam o padrão normativo de homem patriarcal como, por exemplo, a falta de racionalidade que o tornavam excessivamente sensível e emotivo, a passividade diante de situações que exigiam atitude e coragem, a dificuldade de se impor, em especial, perante a mãe, além de sua insegurança com relação à Capitu, que o levavam a sentir ciúmes de tudo e de todos. Esse perfil identitário do Santiago adolescente contraria o modelo hegemônico e aproxima-o do “homem reconciliado” conceituado por Badinter (1993), aquele homem que consegue reconciliar X e Y, isto é, suas heranças materna e paterna. Em outras palavras, um homem que sabe mesclar aquelas características ditas femininas, mas que também são necessárias para ele, com sua identidade masculina. O resultado é uma identidade híbrida, que gera um homem mais sensível ou feminilizado.

Esse perfil identitário começa a se desestabilizar a partir do momento em que Bentinho convive com outros modelos de masculino, ou seja, quando ele deixa a casa da mãe e vai para o seminário. Sua inadequação ao padrão hegemônico é percebida aos poucos e atinge seu ápice quando ele vai para São Paulo. Ao retornar para o Rio de Janeiro e se casar com Capitu, ele já tem plena consciência de sua inferioridade em relação aos outros homens; ele, então, inicia sua luta para conseguir equiparar-se, tendo sempre como parâmetro seu modelo mais próximo, Escobar. Seu sentimento de inveja em relação ao amigo leva-o a estabelecer uma competição velada entre eles.

A morte de Escobar poderia ter servido como uma declaração de vitória ou, pelo menos, de libertação para Bento Santiago, mas não é o que acontece. A tragédia do amigo acentua seu sentimento de inferioridade e ele acredita não ser digno do amor de Capitu. Ele desloca, então, para a esposa e para o filho a raiva que sente por não ser um homem como Escobar: forte, corajoso, inteligente, enfim, o modelo hegemônico do sistema patriarcal. E esse foi o seu maior erro, abdicar do amor de Capitu e do filho, em favor de uma árdua busca para ser aceito no grupo dos “verdadeiros homens”.

Bento Santiago pode ser compreendido como um sujeito moderno, uma vez que possui identidades múltiplas, instáveis e fragmentadas, conforme assevera Hall (2001), e que enfrenta uma crise identitária, nos mesmos moldes que o conflito vivido pelos homens a partir da segunda metade do século XX. De acordo com Badinter (1993) os homens precisam compreender que o ideal viril pode custar muito caro e precisam perceber, ainda, que existe outro modelo viril que deixa espaço para a vulnerabilidade, para as emoções, para a insegurança, enfim, eles precisam aprender a resolver seus conflitos de forma não violenta. Bento Santiago, contudo, preferiu pagar o preço pela sua identidade masculina e abriu mão de sua felicidade, mas ele não foi o único; Capitu e Ezequiel também pagaram essa conta e com juros.

Levando em consideração que as masculinidades são socialmente construídas, reafirmamos aqui que a transformação de Bentinho em Casmurro foi uma longa metamorfose identitária e que, portanto, Dom Casmurro não estava contido em Bentinho “como a fruta dentro da casca” (ASSIS, 2010, p. 200). Bento Santiago instaura um processo de obliteração de sua identidade masculina primária construída no seu contexto familiar e inicia a “fabricação” de masculinidades que estivessem em harmonia com o estereótipo masculino. Esse procedimento, entretanto, é longo e doloroso, não somente para ele, mas para as pessoas que convivem com ele e assistem impotentes à transfiguração.

A respeito da pergunta que dá título ao capítulo anterior dessa dissertação, “O menino é o pai do homem?”, respondemos de modo afirmativo; Bentinho é o pai do Casmurro porque foram suas dúvidas, sua instabilidade e sua suscetibilidade que abriram espaço para que o Casmurro surgisse e se desenvolvesse. Podemos dizer que Dom Casmurro tenta, de várias formas, desprezar ou, mesmo, suprimir a identidade masculina inicial de Bentinho; ou, ainda, como afirma Caldwell (2008), Casmurro matou Bentinho, espiritualmente, e modificou Bento Santiago com o seu veneno. As próprias palavras do personagem, quase ao final da narrativa, confirmam isso: “logo que minha mãe morreu, querendo ir para lá, fiz primeiro uma longa visita de inspeção por alguns dias, e toda a casa me desconheceu. [...] Corri os olhos pelo ar, buscando algum pensamento que ali deixasse, e não achei nenhum” (ASSIS, 2010, p. 196). A casa de Matacavalos não o reconheceu, nem seus pensamentos lá estavam porque não foi o Casmurro quem lá viveu, mas sim Bentinho que já não existe. Podemos entender que “casa” é uma metáfora para o clã de dona Glória e, assim, caso estivessem vivos, nem mesmo seus familiares o reconheceriam.

Bento Santiago, ao escrever sua autobiografia, constrói, ou melhor, reconstrói sua vida, diante do público e, principalmente, diante de si mesmo, numa frustrada busca por autoconhecimento e numa tentativa de trazer os acontecimentos de sua juventude para o tempo presente. Ao final do relato, porém, ele percebe que aquele Bentinho das primeiras páginas de seu livro já não existe mais. Nas palavras de Bauman (2005, p. 96): “comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado. As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter”.

Ao concluir sua narrativa, finalmente, o processo de transformação está completo e Bento Santiago assume, definitivamente, a identidade de Casmurro. Para o personagem, contudo, essa metamorfose foi uma consequência dos tristes acontecimentos que marcaram sua trajetória de vida: “a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremosos ambos e tão queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... A terra lhes seja leve!” (ASSIS, 2010, p. 200). O adultério, seja ele real ou não, não foi um acontecimento determinante para a metamorfose de Bentinho em Casmurro, pois o que importa nesse ardil é a impossibilidade desse homem “viver” sua sensibilidade frente às imposições geradas no seio de uma sociedade que exige do homem atributos ligados à força e a virilidade, ou seja, o padrão de masculinidade hegemônica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria de Fátima Paz. Masculinidade/s: considerações a partir da leitura crítica de alguns textos que focalizam homens. **Revista Ártemis**, Paraíba, Vol. 3, n. 3, p. 1 – 14, dezembro, 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2206/1945>. Acesso em: 11 mar. 2015.
- ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. 9. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010. 209 p.
- BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 266p. Tradução de: L'identité masculine.
- BATISTA, Danielle Souza. **Entre o ser e o querer: o protagonismo feminino em Jeanne D'Arppo**. 2014. 100fls. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava- PR, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, setembro, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/610/441>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 1ª ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014. 172 p. Tradução de: La domination masculine.
- CALDWELL, Helen. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro**. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. 2ª ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. 223 p. Tradução de: The brazilian Othello of Machado de Assis: a study of Dom Casmurro.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CANCELIER, Natália Lobar. Mundos diversificados em Bentinho e Dom Casmurro. **Travessia**, Santa Catarina, n 19, p. 125-137, 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17352/15920>. Acesso em: 24 jul. 2014.
- CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida. A Masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica. In: Encontro ANPUH-Rio, XIII, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, p. 1 – 8.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 188 p.

_____. Literatura e estudos culturais. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana (Org.). **Teoria Literária: abordagens e tendências contemporâneas**. Maringá: Eduem, 2009. p. 319 – 325.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Florianópolis, 20(2), p.185-206, jul./dez 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1224>. Acesso em: 11 jul. 2014.

_____. La organización social de la masculinidad. In: Valdes, Teresa y José Olavarría (org.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Santiago: ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres, n° 24, 1997. p. 31- 48. Disponível em: http://www.lazoblanco.org/wp-content/uploads/2013/08manual/bibliog/material_masculinidades_0312.pdf. Acesso em 11 mar. 2015.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, mai. 2013. ISSN 0104-026X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 18 Set. 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os estudos culturais**. 2006. Disponível em: WWW.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pdf. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 133 – 166.

GÊNERO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 374.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 47-57, Jan./Mar. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100011. Acesso em 11 jul. 2014.

GOULART, Audemaro Taranto. **Dom Casmurro, ainda e sempre**. 2005. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQ_UI20121011175017.pdf. Acesso em: 23 maio 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. **Antropologia em primeira mão**, Florianópolis: UFSC, n. 75, p. 1- 37, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1265/masculinidades.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jun. 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JANUÁRIO, Soraya Maria Bernardino Barreto. **Gênero e Media**: estereótipos das masculinidades na publicidade das revistas masculinas em Portugal. 2013. 367 fls. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

JANUARIO, Soraya Barreto. De homem para homem: cultura, imagem e representações masculinas na Publicidade. **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, Norteamérica, n. 9, abr. 2014. Disponível em: <http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/284>. Acesso em: 09 jul. 2015.

KIMMEL, Michael S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: Valdes, Teresa y José Olavarría (org.). **Masculinidad/es**: poder y crisis. Santiago: ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres, n° 24, 1997. p. 49- 62. Disponível em: http://www.lazoblanco.org/wp-content/uploads/2013/08manual/bibliog/material_masculinidades_0312.pdf. Acesso em 11 mar. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: _____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco a masculinidade. **História Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001, jan. 2005. ISSN 0100-6932. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/view/2658/2195>. Acesso em: 11 Jul. 2015.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. 215 p. Tradução de Introduction aux cultural studies.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, Dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005. Acesso em 11 Jul. 2014.

MONTEIRO, Marko. Masculinidades em revista: 1960 – 1990. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História dos homens no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 335 – 358.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n° 11, 1998: p. 99-105. Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/cadpagu_1998_11_9_MORAES.pdf. Acesso em: 22 maio 2014.

MORICONI, Italo. Dom Casmurro: o claro enigma. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.15, n.23, jul./dez. 2008, p. 74 – 93.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995 – (Gênero Plural). 187 p.

_____. **De Tarzan a Homer Simpson**: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001 – (Gênero Plural) 315 p.

OLIVEIRA, Pedro Paulo Martins de. Crises, valores e vivências da masculinidade. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 56, mar. 2000, p. 89 – 110.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan. (org.) **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7- 42.

PRIORE, Mary del. Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX. In: _____; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História dos homens no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 153 – 184.

RABELO, Amanda Oliveira. Contribuições dos Estudos de Gênero às investigações que enfocam a masculinidade. **Ex aequo**. Vila Franca de Xira, n. 21, 2010, p. 161 - 176. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602010000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 18 maio 2015.

SACCHETTO, Maria Elizabeth. Dom Casmurro: um nome, uma identidade. In: V Congresso de Letras: Discursos e Identidade Cultural, 2005. **Anais...** Caratinga, centro universitário de Caratinga, 2005, p. 335 – 345.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Masculinidade e virilidade entre a *Belle Époque* e a República. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (orgs.). **História dos homens no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 245 – 266.

SCHULMAN, Norma. *O Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 16- 224.

SCHWARZ, Roberto. A poesia envenenada de *Dom Casmurro*. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 29, mar. 1991, p. 85 – 97.

_____. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 147 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. p. 7-99. Disponível em:

http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 17 abr. 2014.

SENNA, Marta de. **Estratégias de embuste**: relações intertextuais em Dom Casmurro. Disponível em: http://www.geocities.ws/ail_br/estrategiasdeembuste.html
Acesso em: 25 jul. 2014.

TORRAO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 127-152, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 11 Jul. 2015.

VALÉRIO, Maristela Scremin. **Faces da feiúra na escrita de autoria feminina no Paraná**. 2014. 103fls. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava- PR, 2014.